

**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

YASMIN HURTADO SARMIENTO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PENSAMENTO**  
**CRÍTICO:** uma aproximação à Política Nacional de  
Educação Ambiental da Colômbia



ARARAQUARA – S.P.  
2018

YASMIN HURTADO SARMIENTO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PENSAMENTO  
CRÍTICO:** uma aproximação à Política Nacional de  
Educação Ambiental da Colômbia

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Conselho, Programa Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Estado, Sociedade e Políticas Públicas

**Orientador:** Doutor Rafael Alves Orsi

**Bolsa:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

ARARAQUARA – S.P.  
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
UNESP – CAMPUS DE ARARAQUARA**

Hurtado Sarmiento, Yasmin

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PENSAMENTO CRÍTICO: Uma aproximação à Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia / Yasmin Hurtado Sarmiento – 2018  
148 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Rafael Alves Orsi

1. Sociedade de Consumo. 2. Desenvolvimento. 3.  
Políticas Públicas para a Educação Ambiental. I. Título.

YASMIN HURTADO SARMIENTO

# **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PENSAMENTO CRÍTICO: Uma aproximação à Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Estado, Sociedade e Políticas Públicas

**Orientador:** Doutor Rafael Alves Orsi

**Bolsa:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Data da defesa: 21/08/2018

## **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** **Rafael Alves Orsi. Doutor em Geografia**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular:** **Renata Medeiros Paoliello. Doutora Antropóloga Social**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular:** **Alessandra Aparecida Viveiro. Doutora em Educação para a Ciência**  
Universidade Estadual de Campinas

**Local:** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

Para Harlem, o homem que potencializa o meu ser.

Aos meus pais, Ana Isabel e Omar, por ter iniciado  
e preparado o caminho que me trouxe até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Gratidão infinita:

A Harlem, por ter contribuído no desenvolvimento desta dissertação por meio de suas valiosas observações e ideias esclarecedoras. Por sua generosa ajuda e constante presença, por ter me estimulado com sua força moral e emocional, por seus sábios conselhos e por seu amor incondicional.

A minha família, minha mãe Ana Isabel, meu pai Omar, minha sobrinha Ana Sofia, minhas irmãs Mônica, Jennifer, Gerald e meu irmão Jeferson, por seu apoio durante este processo, por me acompanhar a distância e por sua preocupação em meu bem-estar.

A minhas amigas Martha Elena, Alba Lucia, Ana Patricia, Erika e Millerlay por todo seu apoio emocional, por seu contato e proximidade permanentes e por sua desinteressada amizade. A Martha Elena e Alba Lucia por suas valiosas contribuições no meu trabalho e por sua boa vontade e disposição para me ajudar.

Ao professor Jairo Escobar Moncada por ter nos ensinado o caminho da teoria crítica.

A meu amigo Cadu e minhas amigas Leticia, Mariana e Josie, pela amizade sincera que construímos, por sua constante ajuda, por sua solidariedade e por terem revisado e corrigido a escrita em português desta dissertação. Igualmente, pelo companheirismo e por terem contribuído de uma forma positiva na minha experiência de vida no Brasil.

A Ana Clara, Henrique, Meire, Richard, Antônio e Matheus pela ajuda durante minha estadia em Araraquara.

A meu orientador Rafael Alves Orsi, por suas orientações metodológicas, suas sugestões e suas observações durante meu processo de pesquisa e elaboração de dissertação.

Às professoras Renata Medeiros, Karina Mariano, Ana Lúcia de Castro, Teresa Kerbauy, Maria Jardim e ao professor Milton Lahuerta, por suas valiosas contribuições teóricas e metodológicas durante meu processo formativo.

Às professoras da banca de qualificação Renata Medeiros e Alessandra Viveiro, por suas importantes correções, observações e sugestões durante meu exame de qualificação.

À UNESP e a sua Faculdade de Ciências e Letras por ter me dado a oportunidade de viver uma enriquecedora experiência acadêmica. Às funcionárias e os funcionários da Seção

Técnica de Pós-graduação, da Chácara Sapucaia e do escritório de Relações Internacionais por sua diligente ajuda, eficiente e excelente gestão de todos os trâmites administrativos.

À Universidade Federal de São Carlos por ter me dado a oportunidade de estudar como aluna especial e ao professor Amadeu Logarezzi por suas importantes contribuições sobre a Educação Ambiental.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pela oportunidade de desenvolver um projeto acadêmico e viver uma experiência de aprendizagem no Brasil que tem contribuído para meu crescimento pessoal e profissional.

## RESUMO

A presente dissertação de Mestrado se fundamentou em uma reflexão sobre a importância de estudar a sociedade de consumo como uma categoria de análise dentro da educação ambiental crítica orientada a identificar as causas da problemática ambiental, por meio de um desenvolvimento conceitual focado na caracterização da sociedade de consumo e a relação de seus padrões com a degradação do meio ambiente. Portanto, a pesquisa foi desenvolvida sob os pressupostos da teoria crítica, partindo da fundamentação teórica de autores como Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Zygmunt Bauman. Como objetivo geral, a pesquisa pretendeu analisar a forma como as diretrizes da Política Nacional de Educação ambiental da Colômbia têm abordado a problemática ambiental e sua relação com o desenvolvimento capitalista e a sociedade de consumo configurada sob este modelo. Os objetivos específicos se orientaram a analisar o processo de institucionalização da educação ambiental na Colômbia; indagar o tipo de abordagem que a Política Nacional de Educação Ambiental na Colômbia faz sobre a sociedade de consumo e seus efeitos sobre o meio ambiente através de padrões de consumo delimitados pelo mercado; e analisar a concepção de desenvolvimento presente nesta Política. A metodologia foi desenvolvida desde uma perspectiva qualitativa, especificamente através de uma proposta bibliográfica que facilitou a exploração de diversas fontes documentais a fim de coletar informação cuja análise e interpretação permitiu alcançar os objetivos propostos. Concluiu-se que a Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia é um instrumento normativo que, apesar de ter uma perspectiva social e ambiental, tem tido condicionada sua eficácia pelo modelo de crescimento econômico vigente na Colômbia, o qual tem gerado contradições na mesma prática educacional encaminhada para o estudo do meio ambiente.

**Palavras – chave:** Sociedade de Consumo. Políticas Públicas para a Educação Ambiental. Desenvolvimento.

## RESUMEN

La presente disertación de Maestría se fundamentó en una reflexión sobre la importancia de estudiar la sociedad de consumo como una categoría de análisis dentro de la educación ambiental crítica orientada a identificar las causas de la problemática ambiental, a través de un desarrollo conceptual enfocado en la caracterización de la sociedad de consumo y la relación de sus patrones con la degradación del medio ambiente. Por lo tanto, la investigación fue desarrollada bajo los presupuestos de la teoría crítica, partiendo de la fundamentación teórica de autores como Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer y Zygmunt Bauman. Como objetivo general, la investigación pretendió analizar la forma en que las directrices de la Política Nacional de Educación ambiental de Colombia han abordado la problemática ambiental y su relación con el desarrollo capitalista y la sociedad de consumo configurada bajo este modelo. Los objetivos específicos se orientaron a analizar el proceso de institucionalización de la educación ambiental en Colombia; indagar el tipo de abordaje que la Política Nacional de Educación Ambiental en Colombia hace sobre la sociedad de consumo y sus efectos sobre el medio ambiente a través de patrones de consumo delimitados por el mercado; y analizar la concepción de desarrollo presente en esta Política. La metodología fue desarrollada desde una perspectiva cualitativa, específicamente a través de un diseño bibliográfico que facilitó la exploración de diversas fuentes documentales con el fin de recolectar información cuyo análisis e interpretación permitió alcanzar los objetivos propuestos. Se concluyó que la Política Nacional de Educación Ambiental de Colombia es un instrumento normativo que, a pesar de tener una perspectiva social y ambiental, ha tenido su eficacia condicionada por el modelo de crecimiento económico vigente en Colombia, el cual ha generado contradicciones en la misma práctica educativa encaminada hacia el estudio del medio ambiente.

**Palabras-claves:** Sociedad de Consumo. Políticas Públicas para la Educación Ambiental. Desarrollo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 A Teoria Crítica e o Estudo de Fenômenos Sociais .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 A Sociedade de Consumo: Dimensão Social e Cultural .....</b>	<b>23</b>
1.2.1 O consumo e o Mercado como Espaço Social .....	23
1.2.2 Além da Condição Alienada do Consumo .....	33
1.2.3 A Cultura do Consumo na Sociedade Global .....	40
<b>1.3 A Sociedade de Consumo e o Desenvolvimento .....</b>	<b>48</b>
1.3.1 As Implicações Sociais do Desenvolvimento .....	48
1.3.2 O Desenvolvimento como Alvo das Políticas Internacionais .....	57
1.3.3 As Estratégias do Desenvolvimento Sustentável .....	65
<b>1.4 Políticas Públicas para a Educação Ambiental.....</b>	<b>76</b>
1.4.1 A Educação Ambiental como Política Pública.....	76
1.4.2 A Educação Ambiental como Facilitadora da Relação Sociedade e Natureza.....	82
<b>CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DENTRO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS NA COLÔMBIA .....</b>	<b>91</b>
<b>2.1 A Educação Ambiental na Colômbia e sua Formulação como Política Pública.....</b>	<b>91</b>
2.1.1 Implicações do Neoliberalismo para a Formulação de um Projeto Político de Educação Ambiental .....	95
2.1.2 O Processo de Institucionalização da Educação Ambiental como Política Pública.....	99
<b>2.2 A Política Nacional de Educação Ambiental e sua Aproximação à Sociedade de Consumo .....</b>	<b>106</b>
2.2.1 A Dimensão Ética e a Participação Cidadã .....	115
<b>2.3 A Educação Ambiental na Colômbia e o Desenvolvimento .....</b>	<b>122</b>
2.3.1 O Contexto do Desenvolvimento na Colômbia.....	122
2.3.2 A Educação Ambiental e sua Relação com o Desenvolvimento.....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

Os padrões de consumo impostos pelo mercado, assim como a desmesurada produção e a oferta de artigos em torno dos quais giram nossas necessidades, estão alimentando um desenvolvimento econômico cuja lógica representa uma ameaça para a conservação dos ecossistemas como base da vida social e cultural da humanidade. Portanto, é imprescindível abordar desde a educação ambiental, de maneira reflexiva e crítica, o debate sobre as dinâmicas do consumo e seus efeitos no meio ambiente.

A presente dissertação tem como finalidade apresentar uma análise da Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia sob os pressupostos da teoria crítica, partindo da fundamentação teórica de Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Max Horkheimer, e seu exame crítico da racionalidade capitalista; Zygmunt Bauman, que, a partir de seus estudos sobre a sociedade moderna, analisa a sociedade de consumo e as mudanças que produz na condição humana; articuladas à apreciação de Enrique Leff sobre a degradação do meio ambiente como um dos efeitos do sistema capitalista, destacando a racionalidade ambiental como fundamento de um desenvolvimento alternativo.

A pesquisa tem sido desenvolvida a partir de uma reflexão sobre a importância de estudar a sociedade de consumo como uma categoria dentro da educação ambiental crítica, desde uma perspectiva qualitativa, por meio de um desenvolvimento conceitual focado na reflexão sobre a importância de estudar a sociedade de consumo como uma categoria de análise dentro de uma educação ambiental crítica, encaminhada à compreensão da relação de seus padrões com a degradação do meio ambiente. Neste contexto, teve como propósito estudar este dispositivo legal à luz das dinâmicas da sociedade de consumo, indagando se na sua concepção e implementação, tem sido considerada a análise do tipo de valores e práticas fomentados através deste tipo de sociedade.

Através de um desenho bibliográfico que contemplou a consulta de diversas fontes de informação documental, tais como livros, teses, normatividade, portais web oficiais, entre outros, foram coletados dados cuja análise fez possível chegar às conclusões que nos permitiram dar resposta à pergunta orientadora: oferece a Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia, elementos para a reflexão crítica sobre a racionalidade da sociedade de consumo e seus efeitos no meio ambiente?

Por conseguinte, o objetivo geral consiste em avaliar a forma como as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia têm abordado a problemática ambiental e sua relação com o desenvolvimento capitalista e a sociedade de consumo configurada sob este modelo. Pretende-se analisar as dinâmicas da racionalidade de consumo, indagando se estas têm sido tomadas em consideração na formulação da normativa em questão. Partindo da ideia de que a sociedade de consumo exige uma reflexão desde uma perspectiva educativa, foi analisado o corpo normativo que orienta a Educação Ambiental na Colômbia, especificamente a Política Nacional de Educação Ambiental de 2002.

A base conceitual que sustentou a pesquisa é exposta no referencial teórico, por sua vez, subdividido em três seções relacionadas com as categorias sociedade de consumo, desenvolvimento e políticas públicas para a educação ambiental, as quais articulam-se a cada um dos objetivos específicos formulados para alcançar o objetivo geral. As questões relacionadas com a Política Nacional de Educação Ambiental e a normatividade por meio da qual a educação ambiental tem sido instituída na Colômbia nos níveis da educação formal, são abordadas mediante uma análise apresentada no decorrer das três seções que integram o capítulo “A Educação Ambiental dentro da Formulação de Políticas Ambientais na Colômbia”. Nesse sentido, o primeiro objetivo, analisar o processo de institucionalização da educação ambiental na Colômbia, foi desenvolvido a partir da categoria políticas públicas para a educação ambiental, apresentado na seção “A Educação Ambiental na Colômbia e sua Formulação como Política Pública”. O segundo objetivo - indagar o tipo de abordagem que a Política Nacional de Educação Ambiental na Colômbia faz sobre a sociedade de consumo e seus efeitos sobre o meio ambiente através dos padrões de consumo -, fundamentou-se na categoria sociedade de consumo, e é exposto na seção “A Política Nacional de Educação Ambiental e sua Aproximação à Sociedade de Consumo”.

Analisar a concepção de desenvolvimento presente na Política Nacional de Educação Ambiental na Colômbia, é o terceiro objetivo, desenvolvido com base na categoria desenvolvimento, e apresentado na seção “A Educação Ambiental na Colômbia e o Desenvolvimento”.

## CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO

O fenômeno do consumo tem sido estudado desde diferentes perspectivas teóricas, com o propósito de entender as dinâmicas que envolvem as práticas dos sujeitos e os diferentes significados outorgados pelos grupos sociais. O presente capítulo expõe uma reflexão sobre o tipo de racionalidade da sociedade de consumo, através de uma análise das suas dimensões social e cultural, desenvolvida em três seções: a primeira, “A Sociedade de Consumo: Dimensão Social e Cultural”, faz uma abordagem da caracterização desta sociedade, portanto, a discussão será fundamentada nas ideias de Zygmunt Bauman sobre as implicações de uma sociedade consumista desenvolvida no contexto do mercado como espaço social; e as análises da teoria crítica (especificamente dos autores Theodor Adorno, Marx Horkheimer e Herbert Marcuse) sobre a condição alienada deste tipo de sociedade. Também serão valiosas as análises de David Harvey e Cristiam Lavall sobre o neoliberalismo e suas implicações na sociedade.

Dentro desta seção, considera-se também uma aproximação do consumo a partir de suas dimensões culturais, e seus significado sociais, fundamentada na perspectiva teórica de Mary Douglas sobre o uso dos bens como marcadores de diferenças nas relações sociais. Nesta mesma perspectiva, abordam-se as formulações teóricas de Pierre Bourdieu sobre o papel do consumo como um meio de classificação e distinção de classes, dentro das relações de dominação na cultura; complementada pela de Norbert Elias, sobre a civilização como processo histórico condicionado pelas necessidades e mudanças sociais das diferentes épocas. Também será exposto o significado do consumo na sociedade global a partir dos aportes teóricos de Néstor García Canclini, Arjun Appadurai e Renato Ortiz, sobre as dimensões do consumo através da modernidade, dos processos de globalização e mundialização da cultura; as conotações políticas do consumo dentro do contexto do mercado e suas implicações para o exercício da cidadania.

Na segunda seção, “A Sociedade de Consumo e o Desenvolvimento”, expõe-se uma análise em torno ao debate sobre a relação do meio ambiente com o desenvolvimento, - sustentada nas contribuições teóricas de autores como Enrique Leff, Amartya Sen, Celso Furtado, André Gorz e Arturo Escobar-, e uma reflexão sobre o lugar ocupado pelo consumo dentro desta relação em de três partes. Inicialmente se abordam as implicações sociais do desenvolvimento, posteriormente apresentam-se cronologicamente as conferências e eventos internacionais que têm girado em torno a este e sua relação com as problemáticas ambientais, e para finalizar, destaca-se a necessidade de buscar um desenvolvimento

alternativo, mais inclusivo, e uma racionalidade ambiental como seu fundamento. Também se incluem as interpretações de Anthony Giddens sobre as transformações associadas à modernidade e os efeitos das mudanças globais na sociedade. E as reflexões de Ulrich Beck sobre as ameaças sociais, econômicas e políticas do sistema da sociedade mundial pós-industrializada.

Por último, na terceira seção, explicam-se os antecedentes da educação ambiental, através da contextualização deste processo, que inclui um relato cronológico das diferentes conferências internacionais que o postularam como um elemento facilitador na formação para a sustentabilidade, e a importância da compreensão e tomada de consciência do papel das dinâmicas sociais como geradoras de deterioração ambiental. Portanto, serão considerados entre outros autores, Isabel Cristina de Moura Carvalho e Mauro Grün, e seus aportes teóricos sobre a dimensão ética da educação ambiental, somados aos de Theodor Adorno e Enrique Leff, sobre o papel emancipatório da educação.

### **1.1 A Teoria Crítica e o Estudo de Fenômenos Sociais**

A presente análise foi levada a cabo sob os pressupostos da teoria crítica, uma corrente de pensamento que teve suas origens na Escola de Frankfurt, por iniciativa de um grupo de filósofos que assumiu sua materialização através da criação do Instituto de Pesquisa Social em 1923, durante o auge pré-crise do capitalismo ocidental, num contexto caracterizado pelo precedente da Primeira Guerra Mundial. Inicialmente suas pesquisas foram orientadas a estudar o movimento trabalhador e sua proposta teórica e metodológica baseou-se em promover o estudo das constantes transformações da realidade social por meio de um pensamento crítico e emancipatório que se traduzisse em uma práxis revolucionária.

Esta teoria faz uma revisão da modernidade, e uma análise da sua racionalidade assentada num sistema econômico cuja dinâmica determina todas as esferas da vida humana. Desde a sua criação, tem se baseado na importância da ação no mundo histórico, na dimensão material da realidade. Portanto, foi construída como uma teoria materialista da sociedade, cujo objetivo tem sido examinar tanto a realidade cultural e social quanto a sua transformação (JAY, 1974).

Suas formulações contaram com as contribuições de quatro dos seus representantes mais influentes, tais como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas,

que fizeram uma análise social fundamentada em diferentes leituras das tradições filosófica e sociológica, do marxismo e da psicanálise, a partir das quais estudaram a relação entre a base econômica da sociedade e a superestrutura cultural da sociedade moderna, concentrando-se principalmente em questões tais como a estrutura e o desenvolvimento da autoridade, e o surgimento e proliferação da cultura de massa. Seus estudos foram direcionados para explicar o impacto do capitalismo na sociedade, e a revelar os efeitos negativos da sua racionalidade instrumental, bem como mecanismos de controle e dominação concebidos neste sistema. Deste modo, sua maior preocupação radicava em indagar as possibilidades de transformar a ordem social através da práxis humana (JAY, 1974).

Para o Instituto de Pesquisa Social foi fundamental a teoria como uma guia para a ação, já que este defendeu a construção do presente histórico, destacando a importância de manter uma conexão do pensamento crítico com a experiência de encontro a uma atividade histórica concreta. Adorno e Horkheimer (1971) assinalam que ao vincular a pesquisa e a prática, a teoria crítica persegue o objetivo da mudança social, advertindo que todo pensamento realmente útil e proveitoso deve ir além dos fatos existentes, tentando fazer possível uma melhor condição que aumente o valor da vida:

[...] a práxis exige permanentemente se orientar por uma teoria avançada, e a teoria pertinente reside na análise mais penetrante e crítica possível da realidade histórica [...] A representação e análise crítica da realidade que animam em cada caso a práxis são determinados, por sua vez, por impulsos e desejos práticos. De fato, o espírito está entrelaçado na história: está inextricavelmente ligado às vontades, os interesses e as tendências dos homens, à sua situação real (HORKHEIMER; ADORNO, 1971, p. 63-67, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Uma das características desta corrente de pensamento é sua crítica à teoria tradicional, delimitando, com respeito a esta, diferenças relacionadas a duas questões fundamentais: a relação entre teoria e prática, entendida esta última pelos pensadores da teoria crítica como uma práxis na qual destacam-se uma subjetividade inerente, e um propósito que vai além dos objetivos de validade perseguidos pelo método positivista; e a oposição à concepção do método positivista sobre o papel do sujeito frente ao objeto durante o processo de investigação,

---

<sup>1</sup> [...] *la praxis exige permanentemente orientarse por una teoría avanzada, y la teoría pertinente reside en el análisis más penetrante y crítico posible de la realidad histórica [...] La representación y el análisis crítico de la realidad que animan en cada caso la praxis están determinados a su vez, antes bien, por impulsos y afanes prácticos [...] De hecho, el espíritu está entretelado en la historia: se halla unido inextricablemente a las voluntades, los intereses y las tendencias de los hombres, a su situación real.*

demarcando entre eles uma estrita separação que ignora a posterior influência subjetiva do pesquisador sobre o acontecer objetivo. Horkheimer (2003), insiste em que o sujeito pesquisador faz parte do objeto social que tenta estudar, e que será influenciado por seus valores como um acontecimento inevitável por causa da relação intrínseca entre conhecimento e interesse. Observa que todo processo investigativo supõe um comportamento conscientemente crítico que é inerente ao desenvolvimento da sociedade, portanto, não considera o conhecer e o agir como conceitos afastados, já que o sujeito, enquanto integrante da realidade social que pesquisa, não pode se isolar radicalmente das lutas sociais de que participa.

Este autor descreve a teoria tradicional como um conjunto de princípios gerais formulados para descrever o mundo, e de regras empíricas para a construção de um fato provável, cuja validade depende da concordância de suas proposições com eventos específicos, e cuja principal característica é sua ênfase na verificação, e sua estrita separação entre pensamento e ação. Trata-se de um processo rigoroso para a comprovação dos fatos através da experimentação e a explicação teórica destes, no qual a atividade do pesquisador consiste no recebimento, processamento e racionalização da matéria fornecida a partir do exterior, procurando o controle absoluto sobre o conhecimento. No entanto, o autor argumenta que o factual é mediado pela práxis social, bem como o objeto estudado é influenciado pelo instrumento de medição. Essa acumulação de conhecimento da teoria no sentido tradicional opera sob a lógica das ciências naturais com o propósito de caracterizar os fatos da maneira mais completa possível, e comprovar leis hipotéticas, esperando que cada caso se comporte de acordo com elas (HORKHEIMER, 2003):

O mesmo aparato conceitual criado para a determinação da natureza inerte serve para classificar a natureza viva, e uma vez que tem se aprendido o manejo desse aparelho, ou seja, as regras de dedução, o sistema de signos, o processo de comparação das proposições deduzidas com os fatos comprovados, é possível se servir dele em qualquer momento. [...] As ciências do homem e da sociedade se esforçam para imitar o bem sucedido modelo das ciências naturais. [...] Em todas as especialidades que ocupam-se da vida social, a tarefa de coleta, a reunião de grandes quantidades de detalhes sobre certos problemas, as pesquisas empíricas realizadas por meio de cuidadosos questionários ou outros meios auxiliares [...] oferecem, por certo, uma imagem que externamente parece mais próxima dos outros aspectos da vida, próprios do modo de produção industrial, que da formulação de princípios abstratos ou que o exame de conceitos básicos na mesa de trabalho (HORKHEIMER, 2003, p. 223-225, tradução nossa)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> *El mismo aparato conceptual creado para la determinación de la naturaleza inerte sirve para clasificar la naturaleza viva, y una vez que se ha aprendido el manejo de ese aparato, es decir las reglas de deducción, el*

O pensamento tradicional e o pensamento crítico expõem diferenças em sua estrutura lógica, já que enquanto as proposições da teoria tradicional definem conceitos universais sob os quais devem ser entendidos os fatos - considerados como casos isolados -, por sua parte a teoria crítica não se limita a relacionar com a realidade os conceitos hipotéticos, na medida em que leva em consideração as mudanças da época, destacando o caráter social do processo de pesquisa e, por sua vez, enfatizando que não é através das ciências naturais que se faz possível o autoconhecimento do homem. Este torna-se possível através da teoria crítica dirigida pelo interesse de conhecer, interpretar as condições sociais e estabelecer um estado de coisas racional. Os fatos são pré-formados socialmente pela natureza histórica, tanto do objeto quanto do sujeito que o estuda. Ambos são constituídos não só naturalmente, também pela atividade humana, portanto, o caráter social do processo de pesquisa e a aplicação da teoria ao objeto de estudo não pode ser entendida apenas como um processo intracientífico, ignorando sua natureza social, já que “a relação entre as hipóteses e os fatos, finalmente, não é cumprida na cabeça do cientista, mas na indústria. O cientista e sua ciência estão sujeitos ao aparato social” (HORKHEIMER, 2003, p. 230, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Adorno e Horkheimer (1998, p. 51, tradução nossa) focalizaram seus estudos na análise do que consideraram "a autodestruição do Iluminismo", como um paradoxo sobre o qual erigiu-se o projeto da modernidade e as invenções de sua atividade científica. Seu propósito era tentar "compreender por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, afunda-se em um novo tipo de barbárie".<sup>4</sup> Sua crítica ao Iluminismo visava preparar um conceito positivo desta, que a afastasse do domínio dentro do qual estava cativa:

Não temos a menor dúvida - e essa é nossa *petitio principia* - de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecido. Mas acreditamos ter descoberto com igual claridade que o conceito deste mesmo pensamento, não

---

*sistema de signos, el procedimiento de comparación de las proposiciones deducidas con los hechos comprobados, es posible servirse de él en cualquier momento. [...] Las ciencias del hombre y de la sociedad se esfuerzan por imitar el exitoso modelo de las ciencias naturales. [...] En todas las especialidades que se ocupan de la vida social, la prolija tarea de recolección, la reunión de enormes cantidades de detalles sobre determinados problemas, las investigaciones empíricas realizadas mediante cuidadosas encuestas u otros medios auxiliares [...] ofrecen, por cierto, una imagen que exteriormente parece más próxima a los otros aspectos de la vida, propios del modo de producción industrial, que la formulación de principios abstractos o que el examen de conceptos básicos en la mesa de trabajo*

<sup>3</sup> *La relación entre las hipótesis y los hechos, finalmente, no se cumple en la cabeza del científico, sino en la industria. El científico y su ciencia están sujetos al aparato social.*

<sup>4</sup> *comprender por qué la humanidad, en lugar de entrar en un estado verdaderamente humano, se hunde en un nuevo género de barbarie.*

menos do que as formas históricas concretas e as instituições sociais em que está imerso, contém já o germe daquela regressão que hoje é verificada em todos os lugares. Se o Iluminismo não assume em si mesmo a reflexão sobre este momento regressivo, assina sua própria condenação. Na medida em que deixa para seus inimigos a reflexão sobre o momento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente "pragmatizado perde seu caráter superador, e portanto, também a sua relação com a verdade. Na enigmática disposição das massas tecnicamente instruídas a cair sob o feitiço de qualquer despotismo, em sua afinidade auto-destrutiva com a paranoia populista: em todo este mal entendido absurdo revela-se a fraqueza da compreensão teórica atual (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 54, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Estes pensadores examinam a sociedade industrial sob a qual, segundo Marcuse (1993), escondem-se características totalitárias que promovem um modelo de pensamento e conduta unidimensionais em que ideias, aspirações e objetivos, são coordenadas com as requeridas pelo sistema predominante para incluí-los dentro dele e rejeitar aqueles que não são conciliáveis ou redefinidos nos termos da racionalidade desse universo. Dentro deste sistema algumas tendências do capitalismo conduzem a uma sociedade fechada porque disciplina e integra todas as dimensões da existência, tendo como implicações a manipulação, administração e a mobilização metódica dos instintos humanos, através de controles sociais introjetados pelos sujeitos, a tal ponto que afetam o protesto individual em suas raízes, já que a oposição "aparece como um sinal de neurose e impotência" (MARCUSE, 1993, p. 39).

Os múltiplos processos de introjeção parecem ter se ossificados em reações quase mecânicas. O resultado não é a adaptação, mas a mímese, uma identificação imediata do indivíduo com sua sociedade e, através desta, com a sociedade como um todo. [...] Neste processo, a dimensão "interior" da mente, na qual pode criar raízes a oposição ao status quo, é gradualmente reduzida. A perda desta dimensão, na qual reside o poder do pensamento negativo - o poder crítico da Razão - é a contrapartida ideológica do próprio processo material pelo qual a sociedade industrial avançada silencia e reconcilia a oposição. O impacto do progresso converte a Razão em submissão aos fatos da vida e à capacidade dinâmica de produzir mais e maiores fatos da mesma espécie de vida. A eficácia do sistema impede que os indivíduos reconheçam que ele não contém fatos que não comuniquem o poder repressivo

---

<sup>5</sup> *No albergamos la menor duda —y ésta es nuestra petitio principa— de que la libertad en la sociedad es inseparable del pensamiento ilustrado. Pero creemos haber descubierto con igual claridad que el concepto de este mismo pensamiento, no menos que las formas históricas concretas y las instituciones sociales en que se halla inmerso, contiene ya el germen de aquella regresión que hoy se verifica por doquier. Si la Ilustración no asume en sí misma la reflexión sobre este momento regresivo, firma su propia condena. En la medida en que deja a sus enemigos la reflexión sobre el momento destructivo del progreso, el pensamiento ciegamente " pragmatizado pierde su carácter superador, y por tanto también su relación con la verdad. En la enigmática disposición de las masas técnicamente educadas a caer en el hechizo de cualquier despotismo, en su afinidad autodestructora con la paranoia populista: en todo este incomprendido absurdo se revela la debilidad de la comprensión teórica actual.*

da totalidade. Se os indivíduos se encontram nas coisas que moldam suas vidas, eles o fazem não dando, mas aceitando a lei das coisas; não as leis da física, mas as leis da sua sociedade (MARCUSE, 1993, p. 40, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Marcuse (1993) afirma que o aspecto característico da sociedade industrial é o desaparecimento de forças históricas que representam a possibilidade de novas formas de existência, uma vez que os indivíduos reproduzem e perpetuam por si mesmos os controles externos exercidos por sua sociedade, tornando questionável inclusive até o mesmo conceito de alienação, ao identificarem-se “com a existência que lhes é imposta e na qual encontram seu próprio desenvolvimento e satisfação” (MARCUSE, 1993, p. 41, tradução nossa)<sup>7</sup>:

Esta identificação não é ilusão, mas realidade. No entanto, a realidade constitui um estágio mais avançado da alienação. Esta tem-se tornado totalmente objetiva; o sujeito alienado é devorado por sua existência alienada. Há apenas uma dimensão que está em toda parte e em todas as formas. As conquistas do progresso desafiam tanto a denúncia quanto a justificativa ideológica; ante sua corte, a “falsa consciência” de sua racionalidade torna-se a verdadeira consciência (MARCUSE, 1993, p. 41, tradução nossa).<sup>8</sup>

Marcuse (1993, p. 42, tradução nossa) enfatiza que nesta sociedade, caracterizada por uma racionalidade tecnológica predominante, o aparato produtivo produz bens e serviços que impõem o sistema social como um todo, já que “carregam consigo hábitos e atitudes prescritas, certas reações emocionais e intelectuais que vinculam de maneira mais ou menos prazerosa os consumidores aos produtores e, através destes, à totalidade”<sup>9</sup> (MARCUSE, 1993, p. 42, tradução

---

<sup>6</sup> *Los múltiples procesos de introyección parecen haberse osificado en reacciones casi mecánicas. El resultado es, no la adaptación, sino la mimesis, una inmediata identificación del individuo con su sociedad y, a través de ésta, con la sociedad como un todo. [...] En este proceso, la dimensión «interior» de la mente, en la cual puede echar raíces la oposición al statu quo, se ve reducida paulatinamente. La pérdida de esta dimensión, en la que reside el poder del pensamiento negativo —el poder crítico de la Razón—, es la contrapartida ideológica del propio proceso material mediante el cual la sociedad industrial avanzada acalla y reconcilia a la oposición. El impacto del progreso convierte a la Razón en sumisión a los hechos de la vida y a la capacidad dinámica de producir más y mayores hechos de la misma especie de vida. La eficacia del sistema impide que los individuos reconozcan que el mismo no contiene hechos que no comuniquen el poder represivo de la totalidad. Si los individuos se encuentran a sí mismos en las cosas que dan forma a sus vidas, lo hacen no al dar, sino al aceptar la ley de las cosas; no las leyes de la física, sino las leyes de su sociedad.*

<sup>7</sup> *con la existencia que les es impuesta y en la cual encuentran su propio desarrollo y satisfacción*

<sup>8</sup> *Esta identificación no es ilusión, sino realidad. Sin embargo, la realidad constituye un estadio más avanzado de la alienación. Ésta se ha vuelto enteramente objetiva; el sujeto alienado es devorado por su existencia alienada. Hay una sola dimensión que está por todas partes y en todas las formas. Los logros del progreso desafían tanto la denuncia como la justificación ideológica; ante su tribunal, la «falsa conciencia» de su racionalidad se convierte en la verdadera conciencia.*

<sup>9</sup> *“llevan consigo hábitos y actitudes prescritas, ciertas reacciones emocionales e intelectuales que vinculan de forma más o menos agradable los consumidores a los productores y, a través de éstos, a la totalidad”*

nossa). A doutrinação e a manipulação através dos produtos tornam-se um modo de vida e, como tal, opõem-se à mudança qualitativa. Neste processo, os meios de comunicação de massa promovem as necessidades políticas da sociedade como necessidades e aspirações individuais. Nesta perspectiva Adorno e Horkheimer (1998, p. 54, tradução nossa) sublinham:

O aumento da produtividade econômica, que por um lado cria as condições para um mundo mais justo, busca, por outro lado, o aparato técnico e os grupos sociais que dispõem dele uma imensa superioridade sobre o resto da população. O indivíduo é completamente anulado diante dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o domínio da sociedade sobre a natureza a um nível até então insuspeitado. Enquanto o indivíduo desaparece frente ao aparato que ele serve, este lhe provê melhor do que nunca<sup>10</sup>.

Neste sentido, a sociedade industrial e sua racionalidade são caracterizadas por uma produtividade opressiva, uma busca constante do progresso como instrumento de dominação e exploração tanto da natureza quanto do homem, “a transmutação de todos os produtos da atividade humana em mercadorias” (HORKHEIMER, 2003, p. 65, tradução nossa)<sup>11</sup>, e a desenfreada dinâmica econômica, que tem reduzido a maioria dos homens à condição de simples meios, produzindo constantemente e a um ritmo vertiginoso transformações que alimentam o aparelho repressivo dos Estados autoritários (HORKHEIMER, 2002).

[...] a produtividade se torna destruição, destruição que o sistema pratica "externamente", em escala planetária. À destruição excessiva do Vietnã, do homem e da natureza, do habitat e da nutrição, correspondem o desperdício lucrativo das matérias-primas, dos materiais e forças de trabalho, a poluição igualmente lucrativa, da atmosfera e da água na rica metrópole do capitalismo. [...] Com o capital, os computadores e o saber-viver, chegam os outros "valores": relações libidinosas com a mercadoria, com os artefatos motorizados agressivos, com a estética falsa do supermercado (MARCUSE, 1993, p. 7-8, tradução nossa)<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> *El aumento de la productividad económica, que por un lado crea las condiciones para un mundo más justo, procura, por otro, al aparato técnico y a los grupos sociales que disponen de él una inmensa superioridad sobre el resto de la población. El individuo es anulado por completo frente a los poderes económicos. Al mismo tiempo, éstos elevan el dominio de la sociedad sobre la naturaleza a un nivel hasta ahora insospechado. Mientras el individuo desaparece frente al aparato al que sirve, éste le provee mejor que nunca*

<sup>11</sup> *la transmutación de todos los productos de la actividad humana en mercancías*

<sup>12</sup> *[...] la productividad se convierte en destrucción, destrucción que el sistema practica «hacia el exterior», a escala del planeta. A la destrucción desmesurada del Vietnam, del hombre y de la naturaleza, del hábitat y de la nutrición, corresponden el despilfarro lucrativo de las materias primas, de los materiales y fuerzas de trabajo, la polución, igualmente lucrativa, de la atmósfera y del agua en la rica metrópolis del capitalismo. [...] Con el capital, los ordenadores y el saber-vivir, llegan los restantes «valores»: relaciones libidinosas con la mercancía, con los artefactos motorizados agresivos, con la estética falsa del supermercado*

Os pensadores da Escola de Frankfurt exaltam que todas as teorias devem conduzir a tomar uma posição e que precisamente o pensamento crítico, desperta resistência ao não se limitar a comprovar e a classificar os fatos por categorias, e fomenta o interesse por esclarecer a busca de uma sociedade futura racionalmente organizada, que se traduza em uma esperança para melhorar fundamentalmente a existência humana. Portanto, em relação à contemporaneidade, a teoria crítica adquire sentido, porque seus fundamentos consideram a transformação histórica de seu objeto de estudo. Em lugar de acumular hipóteses sobre o andamento de eventos sociais isolados, propõe-se construir a imagem em desenvolvimento da realidade em seu conjunto, de uma sociedade transformada radicalmente, disposta a suprimir a injustiça social, a exploração e a opressão, na qual exista um sujeito e uma humanidade autoconscientes (HORKHEIMER, 2003).

A teoria crítica da sociedade visa aos homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As condições da realidade das que parte a ciência não aparecem a esta teoria como dados que simplesmente tinha que verificar e calcular antecipadamente de acordo com as leis da probabilidade. [...] Persegue de maneira plenamente consciente, na formação de suas categorias e em todas as fases de seu desenvolvimento, o interesse na organização racional da atividade humana, interesse cujo esclarecimento e legitimação também lhe competem. Pois à teoria crítica, não apenas lhe interessam os fins tal e como estão traçados pelas formas de vida existentes, mas também lhe interessam os homens com todas as suas possibilidades. [...] Não é uma hipótese que demonstre sua utilidade na indústria dominante, mas um momento indispensável do esforço histórico por construir um mundo que atenda às necessidades e corresponda às forças dos homens (HORKHEIMER, 2003, p. 80-81, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Esta teoria “não aponta de forma alguma simplesmente para a expansão do saber como tal, mas para emancipar os homens das relações que os escravizam” e compreender as implicações da expansão do poder do homem sobre a natureza e os antagonismos da sociedade capitalista que põem em risco o livre desenvolvimento das faculdades humanas. Tentando encontrar uma alternativa racional ante as contradições da sociedade contemporânea

---

<sup>13</sup> *La teoría crítica de la sociedad tiene por objeto a los hombres en tanto que productores de todas sus formas históricas de vida. Las condiciones de la realidad de las que parte la ciencia no aparecen a esta teoría como datos que simplemente hubiera que constatar y calcular de antemano según las leyes de la probabilidad. [...] Persigue de forma plenamente consciente, en la formación de sus categorías y en todas las fases de su desarrollo, el interés en la organización racional de la actividad humana, interés cuya aclaración y legitimación también le compete a ella. Pues a la teoría crítica no sólo le interesan los fines tal como están trazados por las formas de vida existentes, sino que le interesan los hombres con todas sus posibilidades. [...] No es una hipótesis que demuestre su utilidad en la industria dominante, sino un momento indispensable del esfuerzo histórico por construir un mundo que satisfaga las necesidades y corresponda a las fuerzas de los hombres.*

(HORKHEIMER, 2003, p. 241, tradução nossa)<sup>14</sup>. Portanto, seus aportes são pertinentes para o estudo e análise de fenômenos derivados do modelo de desenvolvimento capitalista, tais como a problemática ambiental e o predomínio do esbanjamento e o excesso da sociedade de consumo. Problemáticas que envolvem processos de transformação econômica e social que exigem ser avaliados desde uma perspectiva teórica que já vislumbrava a sociedade de consumo.

Dentro de seus propósitos, a teoria crítica orienta-se a analisar a sociedade à luz de suas capacidades para melhorar a condição humana, examinar suas alternativas históricas como outras formas possíveis de organizar a sociedade, auxiliando na busca de possibilidades que superem a ordem existente, outras diferentes da acumulação de poder e benefício. Ao mesmo tempo, considera que a superação das condições sociais que perpetuam a miséria e a supressão da desigualdade, constituem o objetivo de uma sociedade verdadeiramente racional (HORKHEIMER, 2002).

Segundo Adorno e Horkheimer (1998), a teoria crítica não renuncia à objetividade histórica, isto é, ao fato de que deve fundamentar seus juízos e valorações em fatos históricos ou em fatos cuja existência possa ser demonstrada no mundo social, uma vez que se abstém de uma especulação subjetiva e inclusive utópica, em suas observações sobre a importância de encontrar evidência empírica de um mundo social regido por princípios morais:

Toda a teoria crítica da sociedade enfrenta-se, assim, com o problema da objetividade histórica, um problema que se estabelece nos dois pontos em que a análise implica juízos de valor: 1. O juízo que afirma que a vida humana merece ser vivida, ou melhor, que pode ser e deve ser feita digna de ser vivida. Este julgamento subjaz todo esforço intelectual; é o a priori da teoria social, e sua rejeição (que é perfeitamente lógica) nega a própria teoria; 2. O juízo de que, em uma determinada sociedade, existem possibilidades específicas para uma melhoria da vida humana e formas e meios específicos para realizar essas possibilidades. A análise crítica deve demonstrar a validade objetiva destes juízos, e a demonstração deve ser feita sobre bases empíricas. A sociedade estabelecida oferece uma quantidade e qualidade de recursos materiais e intelectuais. Como podem ser usados esses recursos para o ótimo desenvolvimento e a satisfação das necessidades e faculdades individuais com um mínimo de esforço e miséria? A teoria social é teoria histórica e a história é o reino da possibilidade no reino da necessidade. Portanto, entre as diferentes maneiras possíveis e atuais de organizar e usar os recursos

---

<sup>14</sup> *no apunta en modo alguno simplemente a la ampliación del saber en cuanto tal, sino a emancipar a los hombres de las relaciones que los esclaviza*

disponíveis, quais oferecem a maior probabilidade de um desenvolvimento ideal? (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 20, tradução nossa).<sup>15</sup>

Pode-se concluir então que, sem renunciar à compreensão objetiva da sociedade, a teoria crítica fundamenta-se em ideias, ou afirmações morais, que considera realizáveis, e que constituem a perspectiva a partir da qual pretende analisar o mundo social e denunciar as injustiças. Nesse sentido, não se limita à narração e descrição de fatos isolados e desagregados, ela contribui para o estudo das complexas problemáticas que atravessam as sociedades, tentando compreender suas causas estruturais (ADORNO; HORKHEIMER, 1998). No entanto, é importante considerar que a afirmação de que a vida humana pode ser digna de se viver, não é um julgamento que deva ser demonstrado empiricamente, este deve ser um axioma, algo que deve ser evidente por si mesmo.

## 1.2 A Sociedade de Consumo: Dimensão Social e Cultural

### 1.2.1 O consumo e o Mercado como Espaço Social

O consumo é entendido como um elemento inseparável da sobrevivência biológica dos seres humanos, que atravessa nossa cotidianidade e está presente no desenvolvimento de diferentes atividades, muitas vezes sem reflexão a respeito. Trata-se de uma condição que teve sua transição para o consumismo, com o auge da sociedade capitalista, no momento em que se tornou num propósito de vida para as pessoas, e nossos desejos e aspirações passaram a sustentar a economia (CAMPBELL, 2001 apud BAUMAN, 2008).

Segundo Marcuse (1969), este é um elemento distintivo da sociedade industrial na qual, desde sua origem, seus membros foram assimilados em um processo de produção e consumo

---

<sup>15</sup>[...] *Toda teoría crítica de la sociedad se enfrenta así con el problema de la objetividad histórica, un problema que se establece en los dos puntos donde el análisis implica juicios de valor: 1. El juicio que afirma que la vida humana merece vivirse, o más bien que puede ser y debe ser hecha digna de vivirse. Este juicio subyace a todo esfuerzo intelectual; es el a priori de la teoría social, y su rechazo (que es perfectamente lógico) niega la teoría misma; 2. El juicio de que, en una sociedad dada, existen posibilidades específicas para un mejoramiento de la vida humana y formas y medios específicos para realizar esas posibilidades. El análisis crítico tiene que demostrar la validez objetiva de estos juicios, y la demostración tiene que realizarse sobre bases empíricas. La sociedad establecida ofrece una cantidad y cualidad averiguable de recursos materiales e intelectuales. ¿Cómo pueden emplearse estos recursos para el óptimo desarrollo y satisfacción de las necesidades y facultades individuales con un mínimo de esfuerzo y miseria? La teoría social es teoría histórica, y la historia es el reino de la posibilidad en el reino de la necesidad. Por tanto, entre las distintas formas posibles y actuales de organizar y utilizar los recursos disponibles, ¿cuáles ofrecen la mayor probabilidad de un desarrollo óptimo?*

de bens e serviços, fundamentado em um progressivo desenvolvimento técnico paralelo a uma obsolescência planejada. Este precedente, deu origem a uma modalidade na qual o consumo adquiriu um significado diferente ao de um processo de satisfação das necessidades, tornando-se um modo ativo de relação não só com os objetos, mas também com a coletividade e com o mundo, no qual as mercadorias foram transformadas em signo (BAUDRILLARD, 2007).

A aceleração da obsolescência, que caminha junto da diminuição da durabilidade dos produtos e da possibilidade de repará-los, torna-se o instrumento decisivo para aumentar o volume das vendas. Ela obriga às firmas a inventar continuamente necessidades e novos desejos, a conferir às mercadorias um valor simbólico, social, erótico; a difundir uma “cultura do consumo” que enfatiza a individualização, a singularização, a rivalidade. [...] Nesse sistema, tudo se opõe à autonomia dos indivíduos, a sua capacidade de pensar em conjunto seus objetivos e suas necessidades comuns; tudo se opõe a que se organizem para aperfeiçoar o modo de eliminar desperdícios, economizar recursos e elaborar conjuntamente, como produtores e consumidores, uma norma comum. [...] Evidentemente, a ruptura com essa tendência de “produzir mais, consumir mais”, e a redefinição de um modelo de vida visando a fazer mais e melhor com menos, supõem a ruptura com uma civilização (GORZ, 2010, p. 22).

A sociedade de consumo é descrita por Bauman (2004) como aquela que se caracteriza pelo afã de uma irrefletida aquisição e descarte de artigos, que perdem sua vida útil em curto prazo, para dar lugar à aquisição de outros. Uma sociedade na qual impera a caducidade e uma enganosa felicidade, já que não se contempla a ideia de satisfação de necessidades, pelo contrário, a atividade dos consumidores é baseada em “comprar, usar, jogar fora,” constituindo-se no ciclo econômico que garante o funcionamento e crescimento da economia.

Este tipo de sociedade está dotado de instrumentos de coerção e meios de persuasão, através dos quais “interpela” seus membros na condição de consumidores, e os julga e avalia segundo a prontidão e adequação da resposta deles à interpelação, de acordo com suas capacidades e sua conduta relacionada ao consumo. Deste modo, promove ou reforça a escolha de um estilo de vida consumista, caracterizado pela curta duração do prazer e uma satisfação transitória na qual predominam a velocidade e o desperdício. Portanto, é considerada como uma sociedade do excesso e do lixo abundante, na qual o valor da novidade está acima do valor da permanência, e é breve o lapso de tempo transcorrido entre a apropriação de bens de consumo e sua remoção (BAUMAN, 2008, 2009). Baudrillard (2007), em relação a essa questão, aponta:

O consumo é, pois, um poderoso elemento de controle social (porque consegue atomizar os indivíduos consumidores) mas, por isso mesmo, implica a necessidade de uma coerção burocrática cada vez mais intensa sobre os processos de consumo, que conseqüentemente será exaltado com energia crescente como o reinado da liberdade. Do qual ninguém poderá fugir (BAUDRILLARD, 2007, p. 88, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Nesse sentido Bauman (2008) enfatiza que o consumismo é a característica de uma sociedade na qual a capacidade individual de desejar é “alienada” e convertida numa força externa que manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais. Essa condição alienada da sociedade do consumo tem seus antecedentes no surgimento da “indústria cultural”, consolidada durante o desenvolvimento da sociedade industrial, como um mecanismo compensatório ou distrator, cujo fim era oferecer diversão de massas e entretenimento, para ajudar a evadir das inconformidades na sociedade capitalista. Deste modo, as dinâmicas da produção capitalista, dirigidas por interesses e benefícios econômicos, são inseridas em todas as dimensões da vida dos indivíduos sob a forma de utilidade configurando a sociedade de consumo (ADORNO; HORKHEIMER, 1998).

O conceito de indústria cultural foi desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1998) na década do quarenta a partir das suas análises sobre as mudanças sociais e políticas da sociedade industrial e sobre o processo de industrialização que chegou até a esfera do cinema, rádio e televisão, convertendo estes meios em instrumentos usados para criação e consumo de bens culturais e a transmissão de mensagens com fins econômicos, em benefício do mercado.

Marcuse (1993) adverte que a sociedade industrial cria falsas necessidades, integrando o sujeito no sistema de produção e consumo focalizado através dos meios de comunicação massiva, a publicidade e o sistema industrial, dando lugar a um universo e um pensamento unidimensional promovido pela mídia. Assim, nega qualquer tipo de pensamento autônomo e oposição à ordem estabelecida, tornando as necessidades políticas da sociedade em necessidades e aspirações individuais.

Segundo Adorno e Horkheimer (1998), a indústria cultural, cujo poder sobre os consumidores é mediado pela diversão dentro do sistema capitalista, constitui-se no

---

<sup>16</sup> *El consumo es pues un poderoso elemento de control social (porque logra atomizar a los individuos consumidores) pero, por eso mismo, implica la necesidad de una coacción burocrática cada vez más intensa sobre los procesos de consumo, que consecuentemente será exaltado con energía creciente como el reinado de la libertad. Del que nadie podrá salir.*

prolongamento do trabalho, do qual "só é possível fugir adaptando-se a ele no lazer". Nesse caso, a diversão:

É procurada por aqueles que querem subtrair-se ao processo de trabalho mecanizado para poder estar de novo à sua altura, em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização tem adquirido tal poder sobre o homem que desfruta do tempo livre e sobre sua felicidade, determina tão completamente a fabricação dos produtos para a diversão, que esse sujeito não pode mais experimentar outra coisa que as cópias ou reproduções do mesmo processo de trabalho. O suposto conteúdo não é mais do que uma fachada pálida; o que realmente deixa a sua marca é a sucessão automática de operações reguladas (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 181, tradução nossa).<sup>17</sup>

Os autores descrevem a indústria cultural como um sistema constituído pelo cinema, a rádio, a televisão e meios impressos, através dos quais se configura a cultura de massas e tem lugar a padronização e produção em série de bens culturais, como consequência de sua relação com a racionalidade técnica dominante. Trata-se de um sistema condicionado e planejado sob a lógica do monopólio econômico (ADORNO; HORKHEIMER, 1998), dentro do qual:

Os padrões teriam surgido em um começo das necessidades dos consumidores: daí que foram aceitos sem oposição. E, de fato, é no círculo de manipulação e de necessidade que a reforça, onde a unidade do sistema se fortalece cada vez mais. Mas em tudo isso é silenciado que o terreno no qual a técnica adquire poder sobre a sociedade é o poder dos economicamente mais forte sobre a sociedade. A racionalidade técnica é hoje a racionalidade do próprio domínio. É a natureza coercitiva da sociedade alienada de si mesma (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 166, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Em conjunto, esta indústria, desenvolvida de acordo com as leis do capitalismo e sua tendência totalizante, constitui uma cultura de massa dentro da qual o sujeito como consumidor, é o destinatário de produtos culturais cujo conteúdo, longe de ser neutro e independente, é

---

<sup>17</sup> *Es buscada por quien quiere sustraerse al proceso de trabajo mecanizado para poder estar de nuevo a su altura, en condiciones de afrontarlo. Pero, al mismo tiempo, la mecanización ha adquirido tal poder sobre el hombre que disfruta del tiempo libre y sobre su felicidad, determina tan íntegramente la fabricación de los productos para la diversión, que ese sujeto ya no puede experimentar otra cosa que las copias o reproducciones del mismo proceso de trabajo. El supuesto contenido no es más que una pálida fachada; lo que deja huella realmente es la sucesión automática de operaciones reguladas.*

<sup>18</sup> *Los estándares habrían surgido en un comienzo de las necesidades de los consumidores: de ahí que fueran aceptados sin oposición. Y, en realidad, es en el círculo de manipulación y de necesidad que la refuerza donde la unidad del sistema se afianza más cada vez. Pero en todo ello se silencia que el terreno sobre el que la técnica adquire poder sobre la sociedad es el poder de los económicamente más fuertes sobre la sociedad. La racionalidad técnica es hoy la racionalidad del dominio mismo. Es el carácter coactivo de la sociedad alienada de sí misma”).*

orientado a garantir os interesses de lucro dos detentores do poder econômico. O controle econômico sobre a cultura e a produção de bens culturais torna as obras culturais em mercadoria, e faz de cada um dos "produtos da indústria cultural [...] um modelo da gigantesca maquinaria econômica" (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 172), deste modo o controle da indústria cultural sobre a sociedade é possível graças à criação de uma falsa consciência e uma condição alienada dos consumidores, cujas faculdades, percepções e atividade de pensamento, têm sido condicionadas e determinadas dentro de um processo de manipulação (ADORNO; HORKHEIMER, 1998):

A tirania deixa o corpo e vai direto para a alma. O mestre não diz mais: "Pense como eu ou você vai morrer". Ele diz: "Vocês são livres para pensar como eu. [...] O mecanismo da oferta e da demanda [...] atua na superestrutura como controle em favor dos que dominam. Os consumidores são os trabalhadores e empregados, agricultores e pequeno-burgueses. A produção capitalista os encadeia de tal forma em corpo e alma que eles se submetem sem resistência a tudo o que lhes é oferecido. Mas os dominados têm se tomado a moral que lhes vinha dos senhores mais seriamente que estes últimos, assim hoje as massas enganadas sucumbem, mais ainda do que os afortunados, ao o mito do sucesso. As massas têm o que desejam e apegam-se obstinadamente à ideologia pela qual se lhes escraviza<sup>19</sup> (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 178, tradução nossa).

As observações de Adorno e Horkheimer, sobre a indústria cultural, revelam que um dos aspectos determinantes na condição alienada da sociedade de consumo, está relacionado ao poder que sobre o consumidor exercem os meios de comunicação e as estratégias do mercado, cujo propósito de dominação e controle se orienta à reprodução de condutas e padrões de consumo. Nesse sentido, o prazer "não deve custar esforços" e, portanto, o espectador não precisa de pensamentos próprios (ADORNO; HORKHEIMER, 1998).

O produto prescreve toda reação, não em virtude de seu contexto objetivo (que se desfaz na medida em que envolve o pensamento), mas através de sinais. Toda conexão lógica que requeira esforço intelectual é cuidadosamente evitada, [...] o volumoso aparato da indústria do entretenimento não faz, mesmo na medida do existente, mais humana a vida humana dos homens. A ideia de "esgotar" as possibilidades técnicas dadas, de utilizar plenamente as

---

<sup>19</sup> *La tiranía deja el cuerpo y va derecha al alma. El amo ya no dice: "Pensad como yo o moriréis". Dice: "Sois libres de pensar como yo. [...] El mecanismo de la oferta y la demanda [...] actúa en la superestructura como control a favor de los que dominan. Los consumidores son los obreros y empleados, agricultores y pequeños burgueses. La producción capitalista los encadena de tal modo en cuerpo y alma que se someten sin resistencia a todo lo que se les ofrece. Pero lo mismo que los dominados se han tomado la moral que les venía de los señores más en serio que estos últimos, así hoy las masas engañadas sucumben, más aún que los afortunados, al mito del éxito. Las masas tienen lo que desean y se aferran obstinadamente a la ideología mediante la cual se les esclaviza.*

capacidades existentes para o consumo estético de massa, é parte do mesmo sistema econômico que rejeita o uso dessas capacidades quando se trata de eliminar a fome<sup>20</sup> (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 181-184, tradução nossa).

Como comprador, o sujeito está sob influência da publicidade e os gerentes de marketing que dirigem suas decisões de compra. Dentro deste processo, a economia consumista se alimenta da rotação e a renovação das mercadorias e recorre ao excesso e ao desperdício para abastecer as novas necessidades criadas pelo mercado (BAUMAN, 2004, 2008, 2010), que se vale da eficácia dos controles e o poder de doutrinação da mídia (MARCUSE, 1993):

A característica distintiva da sociedade industrial avançada é o sufocamento efetivo daquelas necessidades que precisam ser liberadas [...] enquanto sustentam e absolve o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade opulenta. Aqui, os controles sociais exigem a esmagadora necessidade de produzir e consumir o desperdício; [...] a necessidade de manter liberdades enganosas, tais como [...] uma livre escolha entre marcas e gadgets (MARCUSE, 1993, p. 37, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Nesta perspectiva, Adorno e Horkheimer (1998) afirmam que a indústria cultural se interessa pelos homens como clientes, ao apresenta-lhes através da tela ou da imprensa, a liberdade de escolha de mercadoria, promovendo, por sua vez, estereótipos que reproduzem uma série de padrões de comportamento, demonstrando que a sucessão de produtos padronizados e repetitivos também afeta o comportamento dos espectadores. Este mecanismo faz parte de um sistema fundamentado, no princípio de lhe apresentar ao consumidor de forma instigante, todas as necessidades como suscetíveis de serem satisfeitas, e não lhe dar nem um único instante a sensação de que é possível opor resistência.

Dentro deste cenário foi se consolidando a passagem da sociedade de produtores para a de consumidores, com mudanças em relação ao significado do tempo, a durabilidade e a segurança, dando lugar à obsolescência. Precisamente a segurança foi o propósito que orientou

---

<sup>20</sup> *El producto prescribe toda reacción, no en virtud de su contexto objetivo (que se desmorona en cuanto implica al pensamiento), sino a través de señales. Toda conexión lógica que requiera esfuerzo intelectual es cuidadosamente evitada [...] el abultado aparato de la industria de la diversión no hace, ni siquiera en la medida de lo existente, más humana la vida de los hombres. La idea de «agotar» las posibilidades técnicas dadas, de utilizar plenamente las capacidades existentes para el consumo estético de masas, forma parte del mismo sistema económico que rechaza la utilización de esas capacidades cuando se trata de eliminar el hambre.*

<sup>21</sup> *El rasgo distintivo de la sociedad industrial avanzada es la sofocación efectiva de aquellas necesidades que requieren ser liberadas [...] mientras que sostiene y absuelve el poder destructivo y la función represiva de la sociedad opulenta. Aquí, los controles sociales exigen la abrumadora necesidad de producir y consumir el desperdicio; [...] la necesidad de mantener libertades engañosas tales como [...] una elección libre entre marcas y gadgets*

o desenvolvimento da sociedade de produtores, portanto, foi determinante a procura de um ambiente confiável, ordenado, duradouro e resistente ao tempo, que fundamentou a construção das estratégias de vida e padrões comportamentais que se ajustaram ao contexto das fábricas, regras obrigatórias e conformidade às mesmas, assim como de estratégias de dominação baseadas na padronização do comportamento individual para evocar disciplina e subordinação (BAUMAN, 2008).

Nesta sociedade, o bem-estar estava relacionado com um futuro em longo prazo, que incidia para que os bens adquiridos não fossem consumidos de forma imediata e, pelo contrário, fossem protegidos da depreciação, do desgaste e do seu desuso prematuro já que sua durabilidade era essencial para garantir conforto e poder. Por outro lado, na sociedade de consumidores este propósito deixa de ser perseguido, pois não é contemplado o investimento de longo prazo e o valor do tempo muda adquirindo um significado completamente diferente, dando lugar à obsolescência, já que a instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades provocam o consumo instantâneo e a remoção imediata de seus objetos. Em consequência, “a maioria dos bens valiosos perdem seu brilho e sua atração com rapidez, e se houver atraso eles podem se tornar adequados apenas para o depósito de lixo, antes mesmo de terem sido desfrutados” (BAUMAN, 2008, p. 45).

A sociedade de produtores se concentrava na administração do corpo do trabalhador a fim de torná-lo apto a agir no chão da fábrica, “seu espírito, por outro lado, devia ser silenciado, e uma vez adormecido, logo “desativado”, podia ser posto de lado como algo sem consequência” (BAUMAN, 2008, p. 72). À diferença da sociedade de produtores, a sociedade de consumidores concentra seu treinamento, assim como as pressões coercitivas exercidas sobre seus membros, na administração do espírito para que os membros se ajustem para agir em um espaço estruturado em torno do shopping center, em que as mercadorias são obtidas, “e nas ruas onde as mercadorias obtidas nas lojas são exibidas ao público para dotar seus portadores de valor de mercado” (BAUMAN, 2008, p. 73).

A busca do prazer motiva o desejo por comprar artigos, cuja atratividade é avaliada pelos sujeitos de acordo a seu poder de aumentar seu valor. E é precisamente a satisfação dos desejos do consumidor a base sobre a qual se assentam as estratégias dos mercados, os quais aplicam suas leis tanto aos objetos de consumo quanto aos compradores, estabelecendo padrões que definem critérios de seleção que são acatadas pelos sujeitos com o propósito de obter um valor que lhes permita receber a aprovação dentro da sociedade de consumo e competir com

seus outros membros. “Ao explorarem o mercado à procura de bens de consumo [...], são atraídos para as lojas pela perspectiva de encontrar ferramentas e matérias primas que podem (e devem) usar para se fazerem [...] valiosos” (BAUMAN, 2009, p. 82).

Através deste paralelo, Bauman (2008) identifica como uma das principais diferenças que, por sua vez, constitui uma distinção indiscutível da sociedade de consumidores, a transferência da adequação social à responsabilidade dos sujeitos, pois, na sociedade de produtores, especificamente no campo da fábrica, os homens, incapazes de ser aprovados no teste que avaliava suas capacidades, eram classificados como “anormais”, e em seguida categorizados como caso de terapia, com o propósito de reincorporá-los à sociedade. Pelo contrário, na sociedade de consumidores, a responsabilidade da adequação social é transferida aos indivíduos e, portanto, os “inválidos” são considerados como “consumidores falhos” e não concebidos como pessoas necessitadas de cuidados e assistência, já que se acredita que obedecer aos preceitos do mercado depende de seu desempenho individual, relacionado com sua competência como consumidor, a qual determina o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres. Nesse caso, o fracasso e a exclusão só resultam de faltas individuais, anulando a existência de causas externas ou estruturais:

Os “consumidores falhos” [...] pessoas sem dinheiro, cartões de crédito e/ou entusiasmo por compras, e imunes aos afagos do marketing [...] por vezes subcategorizados como a “subclasse” (recusados e inaceitáveis como membros de uma classe) reconhecidas como “pobres” ou “as pessoas abaixo da linha da pobreza”- segundo a definição clássica de Simmel, objetos de caridade, e não sujeitos capazes de discernir/ escolher como o restante dos membros da sociedade de consumidores. [...] Donos de recursos demasiado escassos para reagirem de forma adequada aos “apelos” dos mercados de bens de consumo, esses consumidores deficientes e defeituosos são descartados por serem perigosos (BAUMAN, 2008, p. 11).

O surgimento da sociedade industrial teve, entre suas consequências, a capacidade de adaptação dos sujeitos como exigência que deve ser cumprida para garantir sua sobrevivência. Para alcançar este propósito, deve adaptar-se a modelos constituídos por forças econômicas e sociais, já que sua "autopreservação [...] pressupõe sua adaptação às exigências da conservação do sistema"<sup>22</sup>. A coerção contínua que as condições sociais modernas impõem aos indivíduos

---

<sup>22</sup> O autor explica que estas ideias têm sido concebidas dentro da sociedade industrial, desde uma perspectiva darwinista.

implica uma pressão diante da qual tudo o que existe é convertido em um meio, e a vida é confinada à racionalização e ao planejamento (HORKHEIMER, 2002):

A sobrevivência - ou, digamos, o sucesso - depende da adaptabilidade do indivíduo às coerções às quais a sociedade o submete. Para sobreviver, o homem se torna um dispositivo que a cada instante responde com a reação apropriada às situações perturbadoras e difíceis que compõem sua vida (HORKHEIMER, 2002, p. 105, tradução nossa)<sup>23</sup>.

Com a passagem da sociedade de produtores à sociedade de consumidores, a ênfase na individualização, deposita sobre os sujeitos a responsabilidade por sua realização ou fracasso. Trata-se de desempenhos individuais acompanhados pelo medo da inadequação que é aproveitado pelo mercado para fornecer aos sujeitos ferramentas exigidas pelo trabalho de autofabricação. Portanto, o consumo é considerado como um investimento para aumentar o valor social e a autoestima do indivíduo (BAUMAN, 2010):

Bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger a auto-estima – assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso -, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos (BAUMAN, 2010, p. 74).

Segundo Bauman (2008, p. 81), o estágio da passagem da sociedade de produtores para a de consumidores, se apresenta como um processo de emancipação dos indivíduos das condições originais de “restrições e da falta de liberdade” para “a autonomia [e] o direito do indivíduo à livre escolha“. No entanto,

[...] em vez de ser um passo rumo à emancipação final do indivíduo em relação às múltiplas coerções externas, essa passagem pode se revelar como a conquista, a anexação e a colonização da vida pelo mercado de bens de consumo – sendo o significado mais profundo dessa conquista a elevação das leis escritas e não escritas do mercado à categoria de preceitos da vida (BAUMAN, 2008, p. 82).

---

<sup>23</sup> *La supervivencia –o, digamos, el éxito- depende de la adaptabilidad del individuo a las coerciones a que lo somete la sociedad. A fin de sobrevivir, el hombre se convierte en un aparato que a cada instante responde con la reacción adecuada a las situaciones perturbadoras y difíciles que conforman su vida.*

O processo civilizador deu lugar à construção das nações modernas num espaço entre os poderes panópticos supra-individuais, e a capacidade do indivíduo de se acomodar às necessidades que esses poderes estabeleciam e de internalizar as restrições externas e suas pressões. Além disto, surgiu um método alternativo de atingir o controle comportamental para assegurar a ordem social, sustentado na intenção de não provocar “quase nenhuma dissidência, resistência ou revolta, graças ao expediente de apresentar o novo compromisso (o de escolher) como sendo a liberdade de escolha” (BAUMAN, 2010, p. 56). Portanto, teve lugar um processo de substituição do sistema coercitivo de regulação normativa de padronização, supervisão e policiamento sociais, pela estimulação, sedução, a publicidade e pela incitação de novos desejos e necessidades. Dentro deste processo a liberdade de escolha leva implícita a transferência para os sujeitos da responsabilidade pelas suas escolhas e as suas consequências (BAUMAN, 2008, 2010), sob métodos de controle que podem constituir um dispositivo utilizado pelo mercado para promover a reprodução de condutas e padrões de consumo garantindo as formas de dominação:

Sob o governo de uma totalidade repressiva, a liberdade pode se tornar um poderoso instrumento de dominação. A extensão da seleção aberta a um indivíduo não é um fator decisivo na determinação do grau de liberdade humana, mas sim é o que pode ser escolhido e o que é escolhido pelo indivíduo. O critério para a seleção nunca pode ser absoluto, mas também não é totalmente relativo. A eleição livre de mestres não suprime nem aos mestres nem aos escravos. Escolher livremente entre uma ampla variedade de bens e serviços não significa liberdade se esses bens e serviços sustentarem controles sociais sobre uma vida de esforço e de temor, isto é, se sustentam a alienação. E a reprodução espontânea, pelos indivíduos, de necessidades impostas não estabelece a autonomia; apenas prova a eficácia dos controles (MARCUSE, 1993, p. 37-38, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Ao mesmo tempo, “a soberania do Estado (sua prerrogativa de estabelecer o limite entre incluídos e excluídos, assim como o direito de reabilitar e readmitir estes últimos)” (BAUMAN, 2008, p. 86), foi enfraquecida no momento em que este transferiu muitas de suas funções para o mercado (BAUMAN, 2008), através de um processo de neoliberalização, fundamentado na

---

<sup>24</sup>*Bajo el gobierno de una totalidad represiva, la libertad se puede convertir en un poderoso instrumento de dominación. La amplitud de la selección abierta a un individuo no es factor decisivo para determinar el grado de libertad humana, pero sí lo es lo que se puede escoger y lo que es escogido por el individuo. El criterio para la selección no puede nunca ser absoluto, pero tampoco es del todo relativo. La libre elección de amos no suprime ni a los amos ni a los esclavos. Escoger libremente entre una amplia variedad de bienes y servicios no significa libertad si estos bienes y servicios sostienen controles sociales sobre una vida de esfuerzo y de temor, esto es, si sostienen la alienación. Y la reproducción espontánea, por los individuos, de necesidades súper impuestas no establece la autonomía; sólo prueba la eficacia de los controles*

ideia de que o Estado deve favorecer direitos individuais à propriedade privada, bem como o livre funcionamento das instituições de mercado e do livre comércio (JESSOP apud HARVEY, 2008). Assim, promove arranjos institucionais e uma estrutura legal configurada no âmbito do mercado dirigida à privatização de ativos, e transferência de setores antes geridos e regulados pelo Estado, para a iniciativa privada abrindo mão da interferência estatal. Partindo do pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio, o Estado encarna liberdades que representam os interesses dos detentores da propriedade privada, já que garante condições favoráveis à acumulação lucrativa pelos capitalistas domésticos e estrangeiros (HARVEY, 2008).

Em consequência, tem lugar a gradual separação entre o poder de agir, que agora é privilégio dos mercados, e a política ainda domínio de um Estado que não tem mais a liberdade e o poder para estabelecer as regras de escolher os critérios da política de exclusão ou os princípios de sua aplicação, tornando-se o Estado um executor da soberania do mercado, e definindo o status de cidadão por sua capacidade como consumidor, já que se espera dos sujeitos sua participação ativa nos mercados de consumo (BAUMAN, 2008). Nesse processo, o aparato impõe suas exigências econômicas e políticas e o indivíduo é obrigado a provar-se no mercado, como sujeito econômico livre (MARCUSE, 1993).

Este cenário é regulado por uma racionalidade neoliberal que estrutura e organiza tanto a ação dos governantes, quanto a conduta dos governados, segundo o princípio da concorrência como norma de conduta, introduzido pelos Estados na economia e na sociedade. Ante esta situação, o homem moderno fica dividido entre ser um cidadão de direitos inalienáveis e um homem econômico guiado por seus interesses, dentro de uma lógica de mercantilização das relações sociais. Portanto, o neoliberalismo representa um sistema normativo global que rege as dimensões política, econômica e social das nações, dentro de uma competição generalizada que ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado promovendo a polarização e a individualização das relações sociais, enfraquecendo e tornando difícil a solidariedade e ação coletiva (DARDOT; LAVAL, 2016).

### 1.2.2 Além da Condição Alienada do Consumo

Circundado por práticas sociais e culturais, o consumo manifesta um sentido duplo: sua condição alienada, descrita nas páginas anteriores deste capítulo e, além da alienação, seu papel

na construção de significados simbólicos por parte dos diferentes grupos sociais, cuja existência tem estado determinada por seu contexto social e cultural, no qual o consumo de produtos e serviços tem-se constituído na base das condições materiais para a construção de suas realidades e suas relações sociais através do uso de bens, revelando que o significado destes vai além de proporcionar satisfação a suas necessidades objetivas.

No mundo contemporâneo, o consumo desempenha um papel estruturador de valores a partir dos quais se constroem identidades e se regulam relações sociais. Os bens são investidos de valores socialmente utilizados para expressar categorias e princípios, cultivar ideias, bem como fixar e sustentar estilos de vida. Nesta perspectiva, a função do consumo é produzir sentidos por meio dos bens que estão dentro de uma lógica cultural, e cujos significados são determinados pelo contexto social, já que “todas as posses materiais carregam significação social e concentram a parte principal da análise cultural em seu uso como comunicadores” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 105). Portanto, mais além de seus usos práticos e seu papel de provedores da subsistência, os bens estabelecem e mantêm relações sociais, contribuindo na construção de significados sociais (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006). A respeito desta ideia, Baudrillard (2007) observa que através do fenômeno do consumo os objetos são convertidos em um dispositivo de signos:

As condutas de consumo, aparentemente centradas, orientados para o objeto e prazer, respondem na realidade a outros propósitos muito diferentes: à necessidade de expressão metafórica ou desviada do desejo, à necessidade de produzir, através de signos diferenciais, um código social de valores. Portanto, o determinante é, não a função individual de interesse através de um corpo de objetos, mas a função imediatamente social de troca, de comunicação, de distribuição dos valores através de um corpo de signos (BAUDRILLARD, 2007, p. 80, tradução nossa)<sup>25</sup>.

Por conseguinte, a atividade de consumo é a produção conjunta, com outros consumidores, de um universo de valores, um ritual que constitui um modo convencional de fixar significados acordados através do uso de coisas materiais, que se tornam um meio de revelar tal consenso na sociedade. Para este propósito, o indivíduo, que usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, precisa da aceitação de outros sujeitos para obter um

---

<sup>25</sup> *Las conductas de consumo, aparentemente centradas, orientadas al objeto y al goce, responden en realidad a otras finalidades muy diferentes: a la necesidad de expresión metafórica o desviada del deseo, a la necesidad de producir, mediante los signos diferenciales, un código social de valores. Por consiguiente, lo determinante es, no la función individual de interés a través de un cuerpo de objetos, sino la función, inmediatamente social, de intercambio, de comunicación, de distribución de los valores a través de un cuerpo de signos.*

juízo da adequação da escolha que fez dos bens de consumo. Portanto, o objetivo do consumidor é construir um universo inteligível com os bens que escolhe, e que constituem acessórios rituais, arranjados em perspectivas e hierarquias, criando com sua escolha padrões de discriminação (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006).

Deste modo, os bens são usados como marcadores das relações sociais, pois são dotados de valor pela concordância dos outros consumidores com os quais os sujeitos se reúnem para fazer classificações e discriminações a partir de julgamentos. Em conjunto, constroem um mundo a partir de mercadorias, escolhidas por sua adequação, para marcar diferenças sociais e delimitar fronteiras simbólicas. Portanto, nas estratégias de intrusão, o consumidor precisa dos bens para prestar e obter serviços de marcação, ele precisa estar presente aos rituais de consumo dos outros para poder pôr em circulação seus próprios juízos sobre a adequação das coisas utilizadas para celebrar as diversas ocasiões (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006).

Em relação ao consumo como meio de marcação, Bourdieu (2007) afirma que a maneira de usar bens simbólicos constitui um dos marcadores de diferenciação de classe, ao mesmo tempo que o instrumento das estratégias de distinção que determinam as diferenças nos modos de aquisição da cultura. A maior parte dos produtos recebe seu valor social do uso a que são submetidos, nesse sentido, o consumo é um signo de distinção e classificação cultural, através do qual os bens têm a finalidade de comunicar:

A possibilidade de ler, no estilo de mobiliário e de vestuário, o verdadeiro estilo de vida de um grupo deve-se ao fato de que não só tais propriedades são a objetivação das necessidades econômicas e culturais que determinaram tal escolha, mas também as relações sociais objetivadas nos objetos familiares, em seu luxo ou pobreza, em sua “distinção” ou “vulgaridade”. [...] O interior de cada moradia exprime, em sua linguagem, o estado presente e, até mesmo, passado, daqueles que o ocupam, revelando a segurança sem ostentação da riqueza herdada, a arrogância espalhafatosa dos novos-ricos, a miséria discreta dos pobres ou a miséria dourada dos "primos pobres" que pretendem viver acima de seus recursos (BOURDIEU, 2007, p. 75).

Como parte da cultura material, os bens de consumo em conjunto, dentro de um contexto social e cultural, são portadores de significados, constituindo um sistema de informações. Por conseguinte, a demanda de bens tem, dentro de seus fins, alcançar ou conservar poder e privilégio, deste modo, o consumo pode ser considerado como uma forma de compartilhamento e um critério de exclusão e de controle relacionado com o poder de atrair e manter a colaboração dos outros. “Sua estratégia racional seria então erigir barreiras contra o acesso, consolidar o

controle das oportunidades e utilizar técnicas de exclusão [...] O consumo é um campo em que a exclusão pode ser aplicada” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 142).

A respeito, Bourdieu (2007) afirma que o senso estético opera como senso da distinção, a partir do qual o gosto se configura no processo de classificação, de inclusão e de exclusão social, como um elemento distintivo usado pelas classes dominantes para se diferenciar das outras classes. Nesse caso, o gosto une e separa, - une aos integrantes de uma mesma classe social e com gostos iguais, mas os separa das outras classes com gostos diferentes -, e se constitui numa forma de afirmar as diferenças, uma afirmação que pela recusa a outros gostos, dá lugar a uma intolerância estética, que define às classes populares como ponto de referência negativa. “A intolerância estética exerce violências terríveis. A aversão pelos estilos de vida diferentes é, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes ” (BOURDIEU, 2007, p. 57).

A produção dos bens culturais, as diferentes maneiras de sua apropriação, e os gostos, têm desenvolvido condições sociais dentro das quais o consumo, como mecanismo distintivo para denotar distâncias ou oposições entre grupos, tem estado presente na configuração de processos culturais que têm se nutrido, em maior parte, da influência de certos atores em relação a outros (BOURDIEU, 2007).

As raízes deste fato se encontram na origem da civilização, entendida como a etapa na qual teve lugar a formação dos costumes da sociedade ocidental e na que o uso deste conceito tinha como propósito declarar o correto e o incorreto nas maneiras e indicar o “bom comportamento” social (ELIAS, 1990). Este processo tem sido dirigido e controlado pelas elites através de mudanças nas condutas que em oposição a outras classes, têm criado e difundido modelos de comportamento, afirmando sua relação dominante com a configuração da cultura legítima.

As mudanças dos comportamentos se originam na estrutura social, na qual círculos relativamente pequenos iniciam o movimento até este se transmitir a segmentos maiores. Os sentimentos e emoções começam a ser transformados na classe alta e a estrutura da sociedade permite que as emoções assim modificadas se difundam lentamente pela sociedade (ELIAS, 1990).

O fato de uma dada classe em uma fase ou outra do desenvolvimento social formar o centro de um processo e, desta forma, fornecer modelos para outras classes, e de que estes modelos sejam difundidos e aceitos por elas já pressupõe uma situação social e uma estrutura especial de sociedade como um

todo, em virtude da qual a um círculo é cometida a função de criar modelos e a outro as de difundir-los e assimilá-los (ELIAS, 1990, p. 124).

Na segunda metade do século XVIII, os critérios para distinguir o bom e o mau comportamento não se fundamentavam em razões higiênicas ou explicações racionais. A necessidade de controle era explicada simplesmente porque fazer alguma coisa era considerado cortês ou não, ou pelo sentimento de embaraço. Os padrões para definir e julgar o que era correto ou incorreto, tanto no uso da linguagem quanto nas maneiras na mesa, eram definidos pelos membros da elite social, que consideravam que suas maneiras na mesa e formas de falar representavam as formas adequadas, enquanto as formas incorretas, segundo eles, eram as usadas pelos inferiores sociais (ELIAS, 1990). Trata-se de uma definição da cultura e da maneira de avaliá-la catalogada como legítima por parte da classe dominante que, através do exercício da dominação, tem tido “um poder absoluto e absolutamente arbitrário de [...] definir o valor das maneiras” (BOURDIEU, 2007, p. 124):

Quanto a erros cometidos contra o bom uso [...] desde que não há regras claras, eles dependem apenas do consentimento de certo número de pessoas educadas. [...] A polêmica linguística corresponde a uma estratificação social bem definida. Indica e delimita o grupo que, em dado momento, exerce controle sobre a língua (ELIAS, 1990, p. 120-121).

Dentro desta sociedade espera-se do indivíduo determinados comportamentos que a estrutura social torna necessários, e para tal propósito estabelecem-se padrões e hábitos de comportamentos ante os quais o indivíduo tem que se adaptar. O comportamento social muda e passa de um padrão para outro através de estágios da estrutura social, e com a transformação estrutural da sociedade aumenta o policiamento do próprio comportamento, através da internalização de constrangimentos externos e suas pressões, até chegar a um padrão de conduta, e controle de emoções considerado como característico da sociedade “civilizada” (ELIAS, 1990).

Assim, a civilização tem consistido num processo de controle social através do qual têm-se padronizado e regulamentado as condutas dos sujeitos a partir de modelos de comportamento, articulando os sujeitos ao coletivo e determinando suas subjetividades. Este processo pode ser entendido como um sistema coercitivo de construções sociais sob as quais tem lugar a formação da individualidade sob a incidência da sociedade. Seu propósito tem sido estabelecer a ordem social através da regularização e padronização da conduta humana, na qual

o indivíduo interioriza padrões, valores e coerções externas, sublimando de seus instintos e desejos. Este processo constrangedor e decisivo para a configuração da cultura, não tem sido fundamentado na “compreensão racional”, os motivos dessas transformações têm obedecido ao desejo de distinção das elites com respeito às outras classes (ELIAS, 1990) pois:

[...] é desse mecanismo - o desenvolvimento de costumes de corte, sua difusão para baixo, sua leve deformação social, sua desvalorização como sinais de distinção - que o movimento constante nos padrões de comportamento na classe alta recebe em parte sua motivação (ELIAS, 1990, p. 110).

Tem lugar a transmissão dos modelos de uma unidade social a outra através dos quais são moldadas as maneiras à mesa, bem como as formas de pensar ou falar, e o comportamento em geral, dando lugar à necessidade de adaptação do comportamento aos modelos vigentes criados nos círculos influentes. Mas na medida em que tem lugar essa difusão, as classes altas mudam seus comportamentos e adotam outros para se diferenciarem das outras classes sociais, mantendo assim padrões de distinção com respeito a elas (ELIAS, 1990).

A respeito disto, Bourdieu (2007) afirma que historicamente tem se dado uma imposição de legitimidade com respeito à cultura através da qual as classes dominantes têm tido o privilégio de definir as maneiras e o gosto legítimos a partir do consumo e têm acudido à distinção como recurso para a classificação e sua oposição às outras classes, dando lugar à exclusão:

A intenção de distinção aparece como estetismo pequeno- burguês que define-se contra a “estética” das classes populares ao rejeitar seus objetos de predileção. [...] As escolhas estéticas explícitas constituem-se, muitas vezes, por oposição às escolhas dos grupos mais próximos no espaço social, com quem a concorrência é mais direta e imediata e, sem dúvida, de modo mais preciso, em relação àquelas, entre tais escolhas, em que se torna mais evidente a intenção, percebida como pretensão, de marcar a distinção em relação aos grupos inferiores (BOURDIEU, 2007, p. 58-60).

Trata-se de uma oposição de grupos separados em sua ideia sobre a cultura, sobre sua relação legítima com ela e sobre as condições de sua aquisição, pela qual o modo de percepção que se impõe como legítima é a disposição estética como capacidade de valorar em sua forma, e não em sua função, todas as coisas do mundo. Tanto sua constituição, quanto sua implementação, dependem das condições materiais de existência nas quais o capital cultural só pode ser adquirido suprimindo a necessidade econômica, as finalidades práticas e as urgências

habituais. Este aspecto constitui o fundamento da separação de classes sociais, que exclui aos grupos submetidos a este tipo de necessidades, revelando que não é o elemento estético o que determina e condiciona o consumo cultural e o gosto. Nesse sentido, a competência cultural, adquirida através da natureza dos bens consumidos e da maneira de consumi-los, varia segundo as condições de aquisição (BOURDIEU, 2007).

A probabilidade que um grupo tem de impor sua vontade e de exercer seu poder por meio da dominação, depende da probabilidade de que seus mandatos sejam obedecidos por outros grupos, cuja submissão pode se basear em vários motivos, “desde a adaptação inconsciente até o que são considerações puramente racionais de acordo com os fins” (WEBER, 2002, p. 170, tradução nossa). A vontade de obedecer, o interesse em fazê-lo, não importa quão mínimo seja, é o fundamento de qualquer relação autêntica de autoridade (WEBER, 2002). Trata-se de um poder imposto e legitimado dentro do espaço social no qual as elites têm-se constituído em produtoras de bens simbólicos que, por sua vez, as outras classes têm ressignificado. A dominação simbólica no campo social evidencia, através do consumo, uma disputa simbólica por poder na qual os significados das formas de adquirir e usar bens revelam uma sociedade configurada por hierarquias sociais (BOURDIEU, 2007).

Embora o consumo artístico desempenhe uma função social de legitimação das diferenças sociais, oposições semelhantes observadas em matéria de consumo cultural encontram-se também em outros tipos de consumo, tal como o consumo alimentar, revelando que as condições econômicas e sociais determinam as diferentes maneiras de entrar em relação com as realidades e estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social. O senso estético como domínio das elites obedece a certas condições materiais e uma oposição, associada a distanciamentos desiguais, à necessidade. A reintegração do consumo estético no consumo comum tende a deslocar a ênfase da matéria para a maneira por uma estilização em denegação da função, substituindo a necessidade como a razão para consumir os bens que vai definir as escolhas do consumidor (BOURDIEU, 2007):

À medida que aumenta a distância objetiva à necessidade, o estilo de vida torna-se cada vez mais o produto do que Weber designa como uma “estilização da vida”. [...] Enquanto afirmação de um poder sobre a necessidade dominada, ele traz sempre em seu bojo a reivindicação de uma superioridade legítima sobre aqueles que, por não saberem afirmar o desprezo pelas contingências no luxo gratuito e no desperdício ostentatório, permanecem dominados pelos interesses e pelas urgências comuns (BOURDIEU, 2007, p. 56).

Em relação a esta ideia, Castro (2016) afirma que não em todos os casos a lógica da imitação-distinção motiva as práticas de consumo dos grupos sociais, já que através de uma pesquisa<sup>26</sup> sobre os sentidos do consumo dentre grupos de baixa renda, a autora demonstrou que o consumo popular assume diversos sentidos, já que podem existir situações nas quais seu integrantes identificam e ressignificam os bens de consumo como signos de distinção mas também se apropriam deles em suas relações cotidianas:

[...] este grupo de indivíduos é aquele do qual a classe média busca distinguir-se, mas eles mesmos não reproduzem, necessariamente, esta lógica da imitação-distinção. Em algumas situações brincam, ironizam e até a ridicularizam, enquanto em outras dela se utilizam, em geral com a finalidade de atender a uma necessidade prática, como ser melhor aceito no ambiente de trabalho. [...] Ao pensarmos a apropriação dos bens de consumo, sobretudo os ligados ao universo das grifes e das celebridades, é possível sugerir, metaforicamente, que as fronteiras simbólicas que reafirmam a distinção social são reconhecidas e constantemente reforçadas por aqueles que se esforçam para afastar-se dos “de baixo”, os quais, por sua vez, conhecem os códigos suficientemente para deles se apropriarem, atravessarem a fronteira, “passear pelo outro lado” e retornarem (CASTRO, 2016, p. 114-115).

Nessa mesma perspectiva Barbero (2009, p. 292) assevera:

O consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais.

Portanto, é importante sublinhar que “nem toda forma de consumo é interiorização dos valores das outras classes, já que o consumo constitui também um meio de expressão através do qual” os grupos exprimem suas aspirações e sentidos (BARBERO, 2009, p. 292).

### 1.2.3 A Cultura do Consumo na Sociedade Global

---

<sup>26</sup> A pesquisa intitulada Sentidos do Consumo e Fronteiras simbólicas: uma etnografia entre grupos de baixa renda em um município da Grande São Paulo, Brasil, teve entre seus propósitos, compreender a forma em que os indivíduos pertencentes às classes populares constroem um sentido de pertença e reforçam fronteiras simbólicas entre si e em relação às classes médias tradicionais (CASTRO, 2016).

A globalização é entendida como um processo de transformações econômicas e sociais através do qual tem lugar a mundialização da cultura como um movimento que atravessa as nações e transforma o sentido de suas sociedades, ante as quais a cultura mundializada, que não tem já um caráter de exterioridade, se exprime através dos diferentes objetos presentes no cotidiano (ORTIZ, 1998). Mas “não é apenas uma questão de pessoas acrescentando uma parafernália moderna –vídeos, aparelhos de televisão, computadores - a seus modos de vida preexistentes” (GIDDENS, 2007, p. 22). Trata-se de uma ordem ante a qual as sociedades são impelidas por uma série de mudanças que influem o nível local, afetando quase todos os aspectos da vida dos sujeitos, já que “a globalização não diz respeito apenas ao que está lá fora, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá aqui dentro” (GIDDENS, 2007, p. 22).

Segundo Ortiz (1998), a partir deste processo muda-se a configuração idealizada da nação que partia do contexto, interesses e a identidade de cada país, na qual o projeto nacional se confundia com a luta pela autenticidade, pois no contexto de mundialização da cultura, a categoria de espaço se transforma através da expansão dos limites territoriais, dando lugar a um movimento de desterritorialização que abrange dimensões econômicas, culturais e políticas, que incidem nos processos de construção de identidades não demarcadas nas fronteiras nacionais. Deste modo uma nação:

[...] é pouco definida pelos limites territoriais ou por sua história política. Sobrevive melhor como uma comunidade hermenêutica de consumidores, cujos hábitos tradicionais fazem com que se relacione de um modo peculiar com os objetos e a informação circulante nas redes internacionais. [...] Vivemos um tempo de fraturas e heterogeneidade, de segmentação dentro de cada nação e de comunicações fluidas com as ordens transnacionais da informação, da moda e do saber. Em meio a esta heterogeneidade encontramos códigos que nos unificam, ou que ao menos permitem que nos entendamos. Mas esses códigos compartilhados são cada vez menos os da etnia, da classe ou da nação em que nascemos (CANCLINI, 1999, p. 85-87).

Portanto, na constituição de uma sociedade global, entendida como um conjunto de relações sociais estruturadas no nível planetário, a maior questão tem a ver com a centralidade do poder, já que nas implicações políticas da dimensão espacial da globalização, o Estado-Nação deixa de ser sua unidade elementar, embora continue atuando como referencial simbólico hegemônico, fato que levanta a questão sobre se o poder “se concentra ainda no interior das nações ou se desloca para fora delas?”, já que no processo de mundialização da

cultura o Estado perdeu o monopólio de conferir sentido na constituição da identidade nacional, enfraquecida ao estar simultaneamente atravessada pelo processo de globalização e a pressão das particularidades existentes na sociedade nacional (ORTIZ, 1998, p. 106).

Neste novo cenário têm lugar a passagem das identidades modernas, confinadas dentro dos limites territoriais, para outras identidades pós-modernas, transterritoriais, estruturadas menos pela lógica dos Estados do que pela dos mercados (CANCLINI, 1999). Estas identidades:

operam mediante a produção industrial da cultura, sua comunicação tecnológica e pelo consumo diferido e segmentado dos bens [...] Esvaem-se as identidades concebidas como expressão de um ser coletivo, uma idiossincrasia e uma comunidade imaginadas, uma vez para sempre, a partir da terra e do sangue. A cultura nacional não se extingue, mas se converte em uma fórmula para designar a continuidade de uma memória histórica instável, que se reconstrói em interação com referentes culturais transnacionais [*portanto*] desenvolvem-se formas heterogêneas de pertencimento, cujas redes se entrelaçam com as do consumo (CANCLINI, 1999, p. 59-61).

Neste novo cenário têm lugar mudanças socioculturais relacionadas com a redefinição do senso de pertencimento e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores que obrigam a reelaboração do próprio, devido ao predomínio dos bens e mensagens provenientes de uma economia e uma cultura globalizadas sobre aqueles gerados na nação a que se pertence (CANCLINI, 1999). Assim, o mundo moderno, entendido como um sistema interativo, articulado à relação entre Estados e nações, expõe como problema das interações globais a tensão entre a homogeneização e a heterogeneização da cultura, dentro de uma economia cultural global de uma ordem estratificada e disjuntiva, que já não pode ser compreendida nos termos dos modelos centro- periferia preexistentes (APPADURAI, 1996):

Neste caso, as relações sociais não são mais vistas como "inter" (nacionais, civilizatórias ou culturais) para se constituírem como "intra", isto é, estruturais para o movimento de globalização. Os limites "dentro / fora", "centro / periferia", tornam-se assim insuficientes para a compreensão dessa nova configuração social. Há uma certa diluição das fronteiras que faz com que as especificidades nacionais e culturais sejam, aliás, de maneira diferenciada, atravessadas pela modernidade – mundo (ORTIZ, 1998, p. 9, tradução nossa)<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> *En este caso, las relaciones sociales dejan de ser vistas como "inter" (nacionales, civilizatorias o culturales) para constituirse como "intra", esto es, estructurales al movimiento de globalización. Los límites*

Embora a modernidade tenha sido a base que sustentou o desenvolvimento das nações, sua tendência universal não pode ser confinada aos limites da realidade nacional. Pode-se falar de uma disjunção entre nação e modernidade, traduzida numa modernidade-mundo que através do movimento de desterritorialização rompe a unidade nacional e produz um tipo de espacialidade resistente ao controle das imposições nacionais, na qual as nações, atravessadas pela globalização das sociedades e a mundialização da cultura, configuram a formação de uma sociedade global (ORTIZ, 1998). Na formação de nações modernas as culturas nacionais pareciam sistemas racionais para preservar, dentro da homogeneidade industrial, certas diferenças e certo enraizamento territorial, que mais ou menos coincidiam com os espaços de produção e circulação dos bens, mas esta situação, circunstancia mudou com a globalização, já que esta “supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros”, no qual não são determinantes “as posições geográficas a partir das quais se está agindo (CANCLINI, 1999, p. 40):

As grandes empresas fragmentam o processo de produção fabricando cada parte dos bens nos países em que o custo é menor. Os objetos perdem a relação de fidelidade com os territórios originários. A cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar [...] A internacionalização foi uma abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos das outras. (CANCLINI, 1999, p. 41)

Nesta configuração, as nações atravessadas por processos globais, enfrentam consequências em suas estruturas sociais, que alteram suas dinâmicas culturais internas. O consumo como fator na constituição de identidades transnacionais representa um elemento homogeneizador com efeitos nas comunidades locais:

A globalização requer o uso de uma série de instrumentos de homogeneização (armamentos, técnicas publicitárias, hegemonias linguísticas; maneiras de vestir) que são absorvidos pelas economias políticas e culturais locais apenas para serem repatriadas como diálogos heterogêneos de soberania nacional, livre iniciativa e fundamentalismo em que o Estado desempenha um papel cada vez mais delicado, demasiada abertura aos fluxos globais, e o Estado-Nação é ameaçado pela revolta [...] pouca abertura, e o Estado sai da cena

---

*adentro/afuera", "centro/periferia", se tornan así insuficientes para la comprensión de esta nueva configuración social. Hay una cierta dilución de las fronteras que hace que las especificidades nacionales y culturales, sean, por cierto, de manera diferenciada, atravesadas por la modernidad-mundo.*

internacional. [...]. No geral, o Estado tornou-se o árbitro desta *repatriação da diferença* (sob a forma de mercadorias, anúncios, frases publicitárias e modas). Mas esta repatriação ou exportação das modas e mercadorias da diferença exacerba continuamente a política interna do maioritarismo e da homogeneização (APPADURAI, 1996, p. 63).

Ante o uso deste instrumentos de homogeneização que eliminam as diferenças locais entre as nações, aparecem duas perspectivas opostas: a globalização como estandardização da conduta, cuja face unidimensional das sociedades contemporâneas exprime-se através dos objetos, artigos, bens de consumo vendidos e consumidos mundialmente; e a negação dessa unidimensionalidade por uma multiplicidade, a partir da qual se dá um ressurgimento das reivindicações locais específicas, como elemento antagônico a todo princípio unificador (APPADURAI, 1996).

Portanto, a globalização não pode ser pensada como um simples processo de homogeneização das culturas locais e regionais, já que muitas diferenças nacionais persistem sob a transnacionalização, e são convertidas em desigualdades pelo modo em que “o mercado reorganiza a produção e o consumo para obter maiores lucros e concentrá-los” (CANCLINI, 1999, p. 43).

Neste ponto, Barbero (2009) indica que na modernidade a possibilidade de formar nações passou pelo estabelecimento de mercados nacionais, e estes, por sua vez, foram possíveis em razão de seu ajuste às necessidades e exigências do mercado internacional, gerando em casos específicos como os dos países da América Latina, um modo dependente de acesso à modernidade com um desenvolvimento desigual. Neste processo de inserção à modernidade industrializada e ao mercado internacional, foram criadas novas modalidades de subordinação das economias periféricas, da reestruturação transnacional dos mercados de bens materiais e de comunicação. Mas, mesmo assim, o global não pode ser considerado como o substituto do local, já que se trata de um reordenamento das diferenças e desigualdades que se define na oposição entre o próprio e o alheio (CANCLINI, 1999).

Nesse sentido, a “globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica”, já que se relaciona a um conjunto complexo de processos que operam de uma maneira contraditória ou antagônica. “Contudo, ela tem também o efeito oposto”, [pois] “não somente puxa para cima, mas também empurra para baixo, criando novas pressões por autonomia local, [...] é a razão do ressurgimento de identidades culturais locais em várias partes

do mundo”, a partir das quais brotam nacionalismos locais em resposta a tendências globalizantes (GIDDENS, 2007, p. 23).

No contexto da modernidade-mundo, o mercado constitui-se em uma instância tanto econômica, quanto produtora de sentido, que cria diferenças e desigualdades evidentes no universo do consumo e dos estilos de vida, tornando-se em “fonte de distinção social” e reforçando “a separação entre grupos e classes sociais”<sup>28</sup>. O valor cultural é redimensionado a partir da amplitude globalizada do mercado que desloca as instâncias de legitimidade locais, tais como a grande arte ou as tradições populares, e estabelece uma hierarquia entre as diversas produções culturais, garantindo um lugar destacado para aquelas que se ajustam a sua lógica (ORTIZ, 1998, p. 153).

No consumo manifesta-se uma racionalidade sociopolítica na qual o sentido deste muda de uma posse individual de objetos para uma apropriação coletiva de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, dentro de relações de solidariedade e distinção com outros. Por conseguinte, associa-se com a participação num cenário de disputas pelo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo, tornando o consumo como lugar de diferenciação e distinção entre as classes e os grupos (CANCLINI, 1999 ):

Nas sociedades contemporâneas boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mais do que na luta pelos meios de produção, da disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica. A lógica que rege a apropriação dos bens enquanto objetos de distinção não é a da satisfação de necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam (CANCLINI, 1999, p. 79-80).

O consumo, imprescindível na prática social, manifesta uma disjunção entre a lógica dos objetos e seu uso (ORTIZ, 1998) e “o primado conferido à forma em relação à função, à maneira em relação à matéria” (BOURDIEU, 2007, p. 13). Apardurai (1996) afirma que dentro deste processo tem lugar um conjunto de disjunções globais, que no caso da relação entre os níveis econômico e cultural dá lugar a uma mudança relacionada com o consumo. Em relação à economia global, o autor alude à tese de Marx sobre o fetichismo da mercadoria sugerindo que este foi substituído mundialmente pelo que ele designa como fetichismo do consumidor, para explicar que o consumidor:

---

<sup>28</sup> O autor expressa a ideia nos termos sociológicos de Bourdieu.

[...] foi transformado pelos fluxos mercantis (e pelas mediapaisagens, especialmente da publicidade, que os acompanham) em signo, tanto no sentido de Baudrillard, um simulacro que só assintomaticamente se aproxima da forma de um verdadeiro agente social, como no sentido de uma máscara da verdadeira sede da ação, que não é o consumidor, mas o produtor e as muitas forças que constituem a produção. A publicidade global é a tecnologia-chave para a disseminação mundial de uma pletora de ideias criativas e culturalmente selecionadas de promoção do consumo. Estas imagens promocionais, são cada vez mais distorções de um mundo de comercialização tão sutil, que equivale a convidar o consumidor a acreditar que é quem age quando de facto é, no máximo, quem escolhe (APPADURAI, 1996, p. 62-63).

O autor opõe-se à ideia do consumo como o fim do caminho das mercadorias e serviços, ou a conclusão de um ciclo material, já que tem tido lugar uma revolução do consumidor, através das transformações das condições históricas, sociais e culturais das sociedades contemporâneas, a partir das quais aparece o prazer como princípio organizador do consumo moderno que promove a valorização do efêmero, manifestando-se em vários níveis sociais e culturais, tais como estilos de vida; a mudança acelerada da moda; a aquisição e a oferta de produtos, bem como a curta vida destes (APPADURAI, 1996). Nesta transição, o desejo constitui-se no alvo do novo poder, e “o ser desejante não é apenas o ponto de aplicações desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção de condutas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

A sociedade global se configura como uma totalidade que atravessa as diversas formações sociais existentes no mundo, com uma lógica de desterritorialização do espaço na qual a configuração e a dinâmica dos sistemas culturais globais são determinadas pelas relações entre fluxos de pessoas, tecnologias, e informação, entre outros. Nesse caso, a sociedade de consumo se constitui num fenômeno social e cultura que transcende as nações como expressão da globalização das sociedades e a mundialização da cultura (ORTIZ, 1998).

Como produto destas transformações, as sociedades têm sido ordenadas politicamente sob o consumo, associado a um “conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos”. Portanto, o que interessa é a questão sobre o significado de ser cidadão e consumidor em meio de mudanças socioculturais (CANCLINI, 1999), dentro das quais destacam-se:

[...] a passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida, [e] a perda de eficácia das formas tradicionais e ilustradas de participação cidadã (partidos, sindicatos, associações de base) [...] que não é compensada pela

incorporação das massas como consumidoras ou participantes ocasionais dos espetáculos que os poderes políticos, tecnológicos e econômicos oferecem através dos meios de comunicação de massa (CANCLINI, 1999, p. 52).

A cidadania, é uma prática social e política que requer dos indivíduos concepções aproximadas, da liberdade e a democracia. Porém, para o cidadão mundial, cuja forma de vida e cidadania é fruto de sua inserção social no universo que ultrapassa os limites do Estado-nação, “a democracia torna-se sinônimo de acesso a um grande número de produtos; [...] “Ser livre” desvincula-se de qualquer ideal de justiça, igualdade e direitos sociais” (ORTIZ, 1998, p. 113):

Nos sentirmos convocados como consumidores ainda quando se nos interpela como cidadãos. [...] As mudanças na maneira de consumir alteraram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. Estas sempre estiveram associadas à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los, mas supunha-se que essas diferenças eram compensadas pela igualdade em direitos abstratos que se concretizava ao votar, ao sentir-se representado por um partido político ou um sindicato. Junto com a degradação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem. [ Os] sujeitos percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos (CANCLINI, 1999, p. 37-38).

As sociedades civis aparecem cada vez menos como comunidades nacionais, entendidas como unidades territoriais, linguísticas e políticas; manifestam-se principalmente como comunidades atomizadas de consumidores, organizadas em torno de consumos simbólicos e o compartilhamento de gosto em relação a certos bens que lhes fornecem identidades comuns. As consequências sobre a cidadania resultantes desta participação crescente através do consumo, não só se reduz a uma organização individualista dos consumos que nos desconecta, como cidadãos, das condições comuns, da desigualdade e da solidariedade coletiva. Também acontece que a expansão das comunicações e do consumo gera associações de consumidores e lutas sociais, ainda que em grupos marginais, melhor informadas sobre as condições nacionais e internacionais. Portanto, a articulação do consumo com um exercício refletido da cidadania exige (CANCLINI, 1999):

“[...] a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c)

participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos: desde o controle de qualidade dos alimentos até as concessões de frequências radiais e televisivas, desde o julgamento dos especuladores que escondem produtos de primeira necessidade até os que administram informações estratégicas para a tomada de decisões (CANCLINI, 1999, p. 90).

Segundo Ortiz (1998), o consumo como dimensão da cultura, é confundido com o princípio da cidadania, quando seu exercício é vinculado à garantia de direitos e expectativas dos consumidores, como uma via para reivindicações políticas, configurada no contexto do mercado. Mas o autor é enfático em assinalar que o mercado não deve ser pensado como o único lugar da realização da cidadania, este é só um dos múltiplos âmbitos nos quais ela pode incidir. Nesse sentido, é importante tentar superar a ideia da liberdade configurada em torno de uma relação entre cidadania e consumo, na qual o consumo substitui os ideais democráticos e a liberdade é interpretada como possibilidade de escolha entre múltiplas mercadorias (ORTIZ, 1998). Estas ações, políticas, pelas quais os consumidores ascendem à condição de cidadãos, implicam numa concepção do mercado não como simples lugar de troca de mercadorias, mas como parte de interações socioculturais mais complexas (CANCLINI, 1999).

### **1.3 A Sociedade de Consumo e o Desenvolvimento**

#### **1.3.1 As Implicações Sociais do Desenvolvimento**

Nossa sociedade tem se desenvolvido sob a orientação da noção de racionalidade que tem servido de base ao sistema industrial. Neste processo, a razão - cuja ideia, refere-se à faculdade de pensamento do sujeito, destinada a compreender os fins e a determiná-los - converteu-se em instrumento de regulação da relação entre meios e fins, e para o domínio sobre a natureza e sobre os homens. Deste modo, a razão instrumentalizada é colocada a serviço de fins práticos, dentro de uma lógica utilitarista na qual as metas deixam de ser fins para serem convertidas em meios, o significado é deslocado pela função e as atividades não são mais do que ferramentas que só assumem sentido por meio de sua vinculação com outros fins. “Para a nossa sociedade contemporânea existe apenas uma maneira de alcançar um sentido: servir um fim” (HORKHEIMER, 2002, p. 40).

E o fim máximo perseguido por esta sociedade tem sido o progresso, objetivo da ciência e sua aplicação técnica, no qual o pensamento científico moderno, considerado como um

instrumento cognitivo para a classificação de fatos e cálculo de probabilidades, tem tido uma função ambivalente dentro da tendência do processo econômico, uma vez que o avanço gradual dos meios técnicos tem sido acompanhado por um processo de desumanização (HORKHEIMER, 2002):

A ciência é confrontada consigo mesma, como produto e produtora da realidade e dos problemas que ela tem sido responsável por analisar e dominar: portanto, não é apenas uma fonte de solução de problemas, mas também por sua vez é fonte que origina problemas. [...] Se antes existiam perigos gerados externamente (deuses, natureza), o novo caráter - do ponto de vista histórico - dos riscos atuais está em sua simultânea construção científica e social, e também em um sentido tríplice: a ciência tem-se tornado em (com) causa, instrumento de definição e fonte de solução de riscos de modo que assim abrem-se novos mercados para a cientificação. O desenvolvimento técnico-científico se faz contraditório pela troca de riscos, por ele mesmo co-produzidos e codefinidos, e sua crítica pública e social (BECK, 1998, p. 203-204, tradução nossa).

Este processo tem nutrido as bases da modernidade, entendida, tal e como explica Giddens (1991) como uma organização social caracterizada pela extrema rapidez das mudanças e a constante transição para diferentes sistemas sociais, como o da sociedade de consumo por exemplo. Dentro desta dinâmica têm sido desenvolvidas forças produtivas com um potencial destrutivo em relação ao meio ambiente, desencadeadoras de uma série de riscos derivados da natureza socializada, - categoria usada pelo autor para se referir ao “caráter alterado da relação entre seres humanos e o ambiente físico” -, a partir da qual a variedade de perigos ecológicos tem derivado da transformação da natureza por sistemas de conhecimentos humanos. Portanto, as sociedades, além de estarem expostas ao aspecto ameaçador dos riscos ambientais, devem afrontar os riscos globalizados, entendidos como a extensão planetária dos ambientes de risco (GIDDENS, 1991, p. 138).

Este processo está enraizado no Iluminismo, cujo propósito foi o desencantamento do mundo através da dissolução de mitos e da imaginação através da ciência. No entanto, o próprio Iluminismo tem tido um caráter mitológico, uma vez que tem sido fonte de uma série de mitos em torno dos quais o mundo moderno foi constituído (ADORNO; HORKHEIMER, 1998).

Os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social [...] O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas. [Sua] função principal é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou de visão do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer

sentido. Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista [...], permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhe proporciona conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva (FURTADO, 1974, p. 15-16).

Um dos mitos que tem tido um papel diretor na urgência pela interpretação e explicação da realidade está relacionado com a ideia da universalização do desenvolvimento econômico e os padrões de consumo dos países altamente industrializados, constituída em um prolongamento do mito do progresso. Esta foi a ideia diretora dos teóricos do crescimento que conceberam esquemas do processo de acumulação de capital impulsionado pelo progresso tecnológico, e decisões a favor de interesses privados, dando pouca ou nenhuma atenção às consequências de um crescimento exponencial do stock de capital, sobre o campo cultural e meio físico (FURTADO, 1974).

Neste marco, o crescimento econômico foi-se constituindo na “mola propulsora do processo de industrialização”, repercutindo num enfoque do desenvolvimento relacionado com o aumento de níveis de produção e consumo material medidos por indicadores como o produto nacional bruto e a renda per capita. Este modelo de desenvolvimento, próprio dos países industrializados, tem sido fundamentado numa estratégia de dominação ideológica, econômica e política, baseada na eficiência da economia de mercado sobre as demais formas de organização social não capitalistas (DIEGUES, 1992).

A difusão global deste modelo econômico tem delimitado o caráter ambíguo de um desenvolvimento associado ao progresso econômico e ao crescimento excessivo do Produto Nacional Bruto (PNB), industrialização e avanço tecnológico. Esta visão restrita, nega a perspectiva do desenvolvimento como um processo expressado através de trocas mutuamente benéficas, pela atuação de redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social. Portanto, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo cujo fim primordial é a promoção de liberdades, que não pode ser restringido a alguns dos meios que desempenham um papel relevante no processo (SEN, 2000):

O crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). De forma análoga, a industrialização,

o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências (SEN, 2000, p. 17).

Para Escobar (1986), o desenvolvimento é considerado como um campo discursivo que tem gerado um conjunto de práticas através de uma relação de poder entre os países do centro e os da periferia definidos por esse processo, em suas esferas social, cultural, política e econômica. Tem-se tratado de uma estratégia levada a cabo a partir da integração de teorias, discursos, programas, formas de poder e conhecimento, desenhadas para resolver os problemas do "subdesenvolvimento" que não é mais do que uma ideia, esculpida dentro do espaço discursivo criado pelo desenvolvimento e sua produção de verdade, tornado "em algo tão monolítico que faz quase impossível visualizar outras formas de pensar essa materialidade" (ESCOBAR, 1986, p. 20, tradução nossa)<sup>29</sup>. As noções de subdesenvolvimento e Terceiro Mundo têm aparecido como parte de um processo através do qual o ocidente tem tentado embarcar as nações da América Latina, África e Ásia, no objetivo de criar uma sociedade "equipada com os fatores materiais e institucionais necessários para alcançar rapidamente as formas de vida criadas pela civilização industrial" (ESCOBAR, 1986, p. 17, tradução nossa)<sup>30</sup>:

O desenvolvimento foi, e continua sendo em grande parte, uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que tratava as pessoas e as culturas como conceitos abstratos, como cifras estatísticas que podiam ser movidas de um lado para outro nos gráficos do "progresso". "O desenvolvimento nunca foi concebido como um processo cultural (a cultura era uma variável residual, que desapareceria com o avanço da modernização), mas sim como um sistema de intervenções técnicas aplicáveis mais ou menos universalmente com o propósito de levar alguns bens "indispensáveis" a uma população "alvo". Não é de surpreender que o desenvolvimento se tornara uma força tão destrutiva para as culturas do Terceiro Mundo, ironicamente em nome dos interesses de seu povo (ESCOBAR, 1986, p. 82, tradução nossa).

Nesse sentido, o autor afirma que o discurso do desenvolvimento tem sido um instrumento ideológico para garantir a intervenção do primeiro mundo no que eles mesmos têm chamado de países pobres ou do Terceiro Mundo, conceito que tem sido o produto de uma invenção discursiva que responde a um imaginário criado pela Europa ocidental e pelos Estados

<sup>29</sup> *en algo tan monolítico que hace casi imposible visualizar otras formas de pensar esa materialidad.*

<sup>30</sup> *equipada con los factores materiales e institucionales requeridos para alcanzar rápidamente las formas de vida creadas por la civilización industrial.*

Unidos a partir de interesses geopolíticos específicos surgidos após a Segunda Guerra Mundial, o que lhes permitiu manter a desigualdade e monopolizar tanto a terra quanto o capital em uma âmbito que transcendeu suas fronteiras (ESCOBAR, 1986):

Não se pode negar que o pensamento europeu tem deixado sua marca indelével na América, criando certas possibilidades e negando outras. O eurocentrismo - aquela tradição que transforma a Europa num ideal universal, reduzindo outras culturas ao papel de versões inacabadas ou imperfeitas do europeu e, portanto, em necessidade de se aperfeiçoar ou se completar - tem atuado na definição de nossos países através de uma série de mecanismos econômicos e ideológicos, de tal forma que nossas sociedades têm se constituído em grande medida com o fantasma real de uma Europa onipresente (ESCOBAR, 1986, p. 16, tradução nossa).<sup>31</sup>

Este processo tem tido lugar através da evolução global do sistema capitalista, caracterizada por relações e intercâmbios desiguais entre o centro e a periferia, dentro das quais a tendência tem sido excluir dos principais benefícios do desenvolvimento, à maior parte da população dos países periféricos, que têm tido dificuldade para coordenar tanto suas economias internas quanto sua inserção no campo de ação internacional das grandes empresas (FURTADO, 1974). Nesse sentido:

[...] o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se. Com efeito: a crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação, traduz-se, no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população (FURTADO, 1974, p. 68-69).

Historicamente, neste processo de intercâmbio, os países periféricos ocuparam uma “posição de satélite cultural dos países centrais do sistema capitalista” (FURTADO, 1974, p. 85), estabelecendo com respeito a estes, relações de dependência aprofundadas pelo controle da produção por firmas estrangeiras. A conexão entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência, tem gerado condições de subdesenvolvimento para os países

---

<sup>31</sup> *No se puede negar que el pensamiento europeo ha dejado su marca indeleble en América, creando ciertas posibilidades y negando otras. El eurocentrismo -aquella tradición que convierte a Europa en un ideal universal, reduciendo las otras culturas al papel de versiones inacabadas o imperfectas de lo europeo, y por tanto en necesidad de perfeccionarse o completarse- ha actuado en la definición de nuestros países a través de una serie de mecanismos económicos e ideológicos, de tal forma que nuestras sociedades se han constituido en gran parte con el real fantasma de una Europa omnipresente.*

periféricos que têm se encontrado numa fase de acumulação de capital inferior em comparação à alcançada pelos países centrais que têm controlado tanto os Estados na periferia, quanto a economia internacional, e cujo principal interesse tem sido criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos. Neste fenômeno tem sido determinante a persistência das tendências da intensa concentração da renda em benefício de uma minoria, e a utilização do excedente na periferia sob o impacto da colonização cultural, através da qual as classes dirigentes têm assimilado as formas de consumo dos países centrais (FURTADO, 1974):

O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível. [...] Na fase de industrialização substitutiva, a extrema disparidade entre os níveis (e o grau de diversificação) do consumo da minoria modernizada e da massa da população deverá incorporar-se à estrutura do aparelho produtivo [...] Ademais, se se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes do capital), torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende de aumento da taxa de exploração, isto é, de uma crescente concentração da renda. Em tais condições, o crescimento econômico tende a depender mais e mais da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais (FURTADO, 1974, p. 87).

Maya (2012) observa que o desenvolvimento se tem baseado numa desigualdade estrutural nos termos do intercâmbio comercial internacional, em detrimento dos Estados geridos à vontade pelo capital estrangeiro, e que tem os seus antecedentes no período colonial, durante o qual consolidou-se o desenvolvimento capitalista através do saque e a dominação das colônias, dando lugar à formação de um Terceiro Mundo, que tem servido de canal para os processos de acumulação. “Os países do Terceiro Mundo foram, portanto, ligados ao trem do desenvolvimento como vagões traseiros, não no sentido de que eles são os últimos a alcançar a ambicionada meta, mas porque nunca poderiam alcançá-la” (MAYA, 2012, p. 63). Para o autor, os sistemas colonialistas quebraram a articulação das culturas como instrumentos de adaptação ao ambiente ecossistêmico:

Talvez uma das formações sociais que mais tem incidido na deterioração ambiental tem sido o imperialismo. Com base na subordinação das culturas e na exploração dos recursos naturais, os impérios agrários iniciaram o processo de acumulação e deixaram a seqüela da deterioração, principalmente nos

países submetidos. A expansão da Europa começou com a subjugação das culturas ameríndias e a com a exploração dos recursos minerais. O colonialismo dos últimos três séculos levou essa forma de exploração para o nível planetário, ligada aos símbolos do progresso, civilização e cristianismo. As consequências são óbvias: isso é o que tem sido chamado de crise ambiental. Esta forma de entender a crise ainda não é muito aceita. Prefere-se entendê-la como uma consequência necessária do desenvolvimento técnico, que pode ser resolvida igualmente com medidas técnicas. [...] Mas a consequência ambiental mais destrutiva foi a desintegração das formas culturais como estruturas adaptativas ao meio ambiente. [...] As novas cidades foram construídas sobre as ruínas de civilizações antigas que viram desaparecer suas populações, seus templos ou seus palácios (MAYA, 2012, p. 48-73, tradução nossa).

A degradação ambiental aparece como um sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo da modernidade regido sob o domínio do conhecimento científico e a razão tecnológica sobre a natureza. As estratégias do capital para se apropriar a natureza têm estado degradando o ambiente, bem como as da globalização econômica têm conduzido para uma nova geopolítica da biodiversidade, da alteração climática e do desenvolvimento sustentável. Portanto, tem-se promovido um desenvolvimento, fundado em uma racionalidade econômica e científica como valores supremos do projeto civilizatório, que tem negado a natureza como suporte de significados sociais, deixando entre suas consequências mais prementes a degradação ecológica, ante a qual tem-se proposto como alternativa um desenvolvimento sustentável, cuja viabilidade constitui um desafio teórico e político, em razão da expansão e globalização do mercado sem contrapesos políticos e de um novo crescimento, com controles ecológicos, mas sem limites (LEFF, 2004):

Daí tem surgido o imperativo de ecologizar a economia, a tecnologia e a moralidade. Nessa perspectiva, inscrevem-se as tentativas da economia neoclássica para internalizar as externalidades ambientais com os critérios da racionalidade econômica, ou os da economia ecológica, para fundar um novo paradigma, capaz de integrar os processos ecológicos, populacionais e distributivos com os processos de produção e consumo (LEFF, 2004, p. 181).

O antagonismo entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, e a degradação ambiental como sua consequência, têm permeado todos os discursos e práticas da sociedade ocidental. Atingir o equilíbrio entre estas forças era o propósito do desenvolvimento sustentável, que tem seus precedentes na década de 1970, um período de grande efervescência política e confrontos bélicos internacionais, que provocaram protestos em contra, e um ativismo mobilizado em torno da luta de inúmeras causas sociais,

e que teve uma de suas máximas representações através do movimento ecológico, conhecido também como ambientalismo, surgido desde os anos 1960.

As primeiras manifestações deste movimento tiveram lugar na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1960, e na América Latina nas décadas de 1970 e 1980, com o propósito de denunciar os ricos e impactos ambientais do modo de vida consumista e materialista das sociedades industriais modernas. Sob as influências do movimento estudantil de 1968, da nova esquerda e do pacifismo, seus interesses encaminhavam a luta pela autonomia e emancipação em relação à ordem dominante e a reafirmação de novos modos de vida e processos de mudança social, consolidando a compreensão da problemática ambiental como uma questão de interesse público (CARVALHO, 2006).

Tratou-se de um movimento de massa popular, cuja ação foi encaminhada à proteção e administração do meio ambiente natural e humano, sendo refletida na legislação, na política pública, na criação e operação de organismos ambientais públicos, e nas mudanças dos valores sociais, econômicos e políticos. Portanto, o ambientalismo tem sido considerado como um fenômeno social, econômico e político global que “[...] deve ser visto não como uma série de movimentos nacionais separados, mas como parte de uma mudança mais ampla e de prazo mais longo nas atitudes humanas (MCCORMICK, 1992, p. 18).

Embora as mudanças nos valores e instituições das sociedades industriais tenham sido levantadas como questões universais, este movimento não tem sido homogêneo, pois tem estado constituído por um acúmulo de organizações e indivíduos com diferentes motivações, tendências, objetivos e métodos. Portanto, trata-se de um movimento político e social, em constante transformação (MCCORMICK, 1992, p. 152):

Antes de Estocolmo muitos ambientalistas haviam questionado – e rejeitado – a ética do crescimento. [...] Uma década depois de Estocolmo as atitudes já eram mais conciliadoras. Desenvolvimento e meio ambiente já não eram mais vistos como incompatíveis e havia o consenso generalizado de que uma assimilação dos objetivos de ambos era necessária para criar uma sociedade sustentável. [...] de uma posição pré-Estocolmo de rejeitar os padrões econômicos e sociais da sociedade capitalista e buscar mudanças fora das instituições estabelecidas, uma nova geração de ambientalistas havia se voltado, uma década depois, no sentido de uma política de compromisso, de usar os sistemas econômicos, sociais e políticos para realizar as mudanças dentro desses próprios sistemas. O novo slogan ambiental era “desenvolvimento sustentável” (MCCORMICK, 1992, p. 152).

Segundo Leff (1998, p. 17) “a crise ambiental tornou-se evidente nos anos setenta, refletida na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo econômico”, dando lugar ao início do debate teórico e político em favor da valorização da natureza. Neste sentido, uma das primeiras contribuições teóricas para o estudo das questões ambientais, veio com a publicação de "Os Limites do Crescimento", um estudo de Donella, Dennis Meadows e Jorgen Randers em 1972, através do qual é exposta uma crítica aos modelos de desenvolvimento econômico e contribui-se para a reflexão sobre uma saída racional para a crise ambiental. Este estudo, considerado até hoje um referencial do ambientalismo, e a sustentabilidade, revelou conclusões sobre os riscos e consequências do crescimento exponencial:

Se as tendências atuais de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração de recursos continuarem sem modificações, os limites do crescimento em nosso planeta serão atingidos em algum momento nos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável tanto da população quanto da capacidade industrial (MEADOWS et al., 1972, p. 20).

Este estudo enfatizou a importância da aquisição de uma consciência global em face da sustentabilidade, como única alternativa para a superação da crise, apontando o potencial das ideias de limite, sustentabilidade, suficiência, equidade e eficiência, que não devem ser consideradas pelas nações como barreiras, obstáculos ou ameaças, e sim como guias para um mundo melhor, enfatizando que a sustentabilidade como o maior desafio para a humanidade, pode ser alcançado partindo da aceitação de limites físicos. Nesse caso, deve-se entender que o crescimento não pode continuar indefinidamente, já que os limites da Terra são também nossos limites, e nosso mundo é um conjunto de interconexões, em que a economia e o meio ambiente fazem parte de um único sistema (MEADOWS et al., 1972).

Os autores explicam que a sociedade humana cruzou todos os limites, ignorando que a terra é tão finita quanto o que está dentro dela. Em suma, o crescimento da população, do capital econômico e da indústria tem sido exponencial, mas não acontece o mesmo com os recursos do planeta, já que estes não só vão-se reduzindo, senão que precisam de tempo para se regenerar, então, dadas as características do consumo global de recursos, não é possível um equilíbrio entre estes e os ciclos de restauração da terra. Portanto, o objetivo deste relatório foi demonstrar os riscos lógicos dos padrões de duplicação inerentes ao

crescimento exponencial da população e as consequências do consumo excessivo de energias e recursos que não cresceram devido à sua própria capacidade estrutural, senão por causa da demanda excessiva da população. Conclui, entre outras coisas, que a população e o capital têm um potencial de crescimento ininterrupto que demanda mais insumos e energia para continuar crescendo (MEADOWS et al., 1972):

Da mesma forma, a poluição e o resíduos têm crescido não por causa de seus próprios processos internos de feedback, mas porque são arrastados pelo aumento da quantidade de materiais usados e energia consumida pela economia humana em crescimento (MEADOWS et al., 1972, p. 52).

Um dos focos de atenção no tema da sustentabilidade centra-se no crescimento econômico como a raiz do problema e, portanto, nos força a repensar os ideais fundados pelo mito do progresso, que tem distorcido e limitado nosso pensamento no momento de criar modelos de desenvolvimento. Como sugere Escobar (2007), precisa-se de uma visão mais abrangente e integradora para explicar o fenômeno da sustentabilidade, uma que inclua as dinâmicas socioculturais. “É desnecessário dizer que os economistas não vêem sua ciência como um discurso cultural. Ao longo de sua ilustre tradição realista, seu conhecimento é tomado como uma representação neutra do mundo e como verdade sobre ele” (ESCOBAR, 1986, p. 7).

### 1.3.2 O Desenvolvimento como Alvo das Políticas Internacionais

A degradação ambiental e as consequências do crescimento econômico promovido por nossa sociedade têm justificado a realização de uma série de eventos internacionais nos quais tem-se tentado propor estratégias para superar a deterioração ecológica e os problemas ambientais e sociais associados ao nosso tipo de desenvolvimento. Uma das primeiras estratégias foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, realizada em Estocolmo 1972, com o propósito de abordar a problemática exposta nos “Limites do Crescimento”, no marco de acontecimentos de ordem social e política em entorno à problemática ambiental. Na declaração desta conferência expressa-se a necessidade de preservar o meio humano, destacando como seus elementos fundamentais o meio natural e o meio artificial, fundamentais para o bem-estar do homem e seu desenvolvimento como sujeito de direitos.

A conferência de Estocolmo, teve entre seus objetivos, analisar os impactos ambientais do crescimento humano, determinando como a principal causa, o aumento excessivo da população e sua pressão sobre os ecossistemas do planeta. Esta reunião iniciou o debate sobre o desenvolvimento econômico e seu impacto ambiental e estabeleceu um padrão em relação às políticas ambientais e de assistência técnica para evitar a degradação dos recursos naturais. Em sua declaração, definiu-se um caminho de sustentabilidade global que representa um chamado à conscientização pública sobre a saúde do planeta, evidenciando a preocupação com a direção da espécie humana:

Temos chegado a um momento da história em que devemos orientar nossas ações em todo o mundo, prestando mais atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio terráqueo do qual depende nossa vida e bem-estar. Pelo contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos obter para nós e para nossa posteridade melhores condições de vida em um meio mais sintonizado com as necessidades e aspirações do homem (ONU, 1972, p.3).

Na declaração derivada da conferência de Estocolmo, expõe-se um compromisso para a questão ambiental, e uma identificação das dinâmicas humanas como geradoras de deterioração, bem como propostas para mitigar os danos ao planeta. Para a reivindicação da importância da conservação, exigem-se medidas e responsabilidades a serem assumidas, pelos Estados como atores em termos de cooperação financeira, científica e legislativa para implementar suas recomendações.

Em 1987, foi publicado o Relatório Brundtland (conhecido sob o título "Nosso Futuro Comum"), que apresentou os resultados de uma investigação realizada por uma comissão composta por cientistas, líderes, especialistas e organizações não-governamentais para avaliar o estado e disponibilidade dos recursos ambientais em nível mundial a partir das abordagens social, ambiental e econômica, de acordo com a Declaração de Estocolmo. No documento pode-se ler:

Talvez nossa tarefa mais urgente seja a de persuadir às Nações de que precisam retornar ao multilateralismo. O desafio da reconstrução após a Segunda Guerra Mundial foi a verdadeira força motriz que levou à criação do nosso sistema econômico internacional da pós-guerra. O desafio que constitui encontrar caminhos de desenvolvimento sustentado deve

fornecer o impulso - e, na verdade, o imperativo - para continuar uma busca renovada por soluções multilaterais e chegar a um sistema econômico internacional de cooperação reestruturado. Estes desafios vão além das divisões da soberania nacional, das estratégias limitadas para alcançar ganhos econômicos e das disciplinas separadas da ciência (ONU, 1987, p. 11).

O Relatório Brundtland enfatiza os riscos do modelo econômico e, portanto, insiste no compromisso conjunto das nações nos temas de preservação e uso racional de seus recursos. Também levanta a necessidade urgente de encontrar alternativas energéticas e de implementar reformas legais que garantam a sustentabilidade. Igualmente, abordou o problema do desenvolvimento industrial, o que representou o desafio das cidades frente à preservação ecológica. Todas as questões foram demarcadas desde uma perspectiva ética e um desejo de conscientização pública. Basicamente, tratou-se de um chamado de alerta para a comunidade mundial em face da catástrofe ambiental a que o planeta se dirigia no pós-guerra, de modo que a questão da conservação se tornara uma prioridade na gestão política internacional, para poder aspirar a um desenvolvimento duradouro. Portanto, insiste-se em que uma maneira mais justa de abordar o problema da sustentabilidade é admitindo as propostas de outras áreas, aludindo a um modelo de tipo sistêmico (ONU, 1987):

É necessário integrar plenamente a economia e a ecologia ao se adotar decisões e leis não apenas para proteger o meio ambiente, mas também para proteger e promover o desenvolvimento. A economia não se limita a produzir riqueza e a ecologia não se ocupa apenas de proteger a natureza: ambas são igualmente relevantes para melhorar o destino da humanidade (ONU, 1987, p. 53).

Vinte anos depois, em 1992, tem lugar na cidade de Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como a Cúpula da Terra, transformada num importante cenário para a discussão e reflexão sobre as implicações do desenvolvimento sustentável. Um de seus propósitos foi analisar o impacto das atividades socioeconômicas no meio ambiente, portanto, reconheceu-se o fato de que a proteção do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais devem ser integrados nas questões socioeconômicas de pobreza e subdesenvolvimento (ONU, 1992), tendo em vista a definição do desenvolvimento sustentável adotada pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento (Comissão Brundtland) como “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente

sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

Reconhece-se a interdependência dos fatores sociais, econômicos e ambientais, bem como o impacto global das ações locais. Conclui-se que a deterioração do ambiente e o consumo excessivo dos recursos são as causas do enfraquecimento das economias, e que os problemas ambientais estão relacionados com as condições econômicas e a injustiça social (ONU, 1992).

O objetivo principal desta Cúpula foi a introdução de um programa e um plano para a ação internacional sobre questões de meio ambiente e desenvolvimento, com a finalidade de orientar a cooperação internacional e o desenvolvimento de programas no século XXI. Ressalta-se que no momento de atender às nossas necessidades, são importantes a integração e o equilíbrio dos interesses econômicos, sociais e ambientais, para preservar a vida no planeta e alcançar a sustentabilidade, exigindo novos modos de produção e de consumo, que nos convidem a repensar nossos estilos de vida. Entre os produtos da Cúpula da Terra destaca-se a Agenda 21, um conjunto de ações necessárias para repensar o crescimento econômico, promover a equidade social e garantir a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável no século XXI, e a Declaração do Rio que compreende 27 princípios universais para orientar ações responsáveis no quadro internacional no âmbito ambiental e econômico (ONU, 1992).

Dentro da Agenda 21 contempla-se o exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo, assinalados como uma das principais causas da deterioração do meio ambiente mundial - especialmente os de produção dos países industrializados, considerados nocivos, “inefícazes e dispendiosos” -, e do agravamento da pobreza e dos desequilíbrios que, por sua vez, devem ser levados em conta como parte das medidas a serem adotadas no plano internacional para a proteção e a melhoria do meio ambiente (ONU, 1992):

Especial atenção deve ser dedicada à demanda de recursos naturais gerada pelo consumo insustentável, bem como ao uso eficiente desses recursos, coerentemente com o objetivo de reduzir ao mínimo o esgotamento desses recursos e de reduzir a poluição. Embora em determinadas partes do mundo os padrões de consumo sejam muito altos, as necessidades básicas do consumidor de um amplo segmento da humanidade não estão sendo atendidas. Isso se traduz em demanda excessiva e estilos de vida insustentáveis nos segmentos mais ricos, que exercem imensas pressões sobre o meio ambiente. Enquanto isso os segmentos mais pobres não têm condições de ser atendidos em suas necessidades de alimentação, saúde, moradia e educação. A mudança dos padrões de consumo exigirá uma estratégia multifacetada centrada na demanda, no atendimento das necessidades básicas dos pobres e na redução

do desperdício e do uso de recursos finitos no processo de produção (ONU, 1992, p. 33).

Além disso, aponta-se que apesar do reconhecimento da importância dos problemas relativos ao consumo, a compreensão de suas implicações é insuficiente, e nesse caso, precisa-se do conhecimento do papel deste em sua relação com o crescimento econômico e à dinâmica demográfica, para a formulação de políticas internacionais e nacionais coerentes. Portanto, assinala-se a necessidade de adotar medidas que atendam os objetivos de “promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais e atendam às necessidades básicas da humanidade”; e “desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e da forma de se implementar padrões de consumo mais sustentáveis” (ONU, 1992, p. 34), através de políticas e estratégias nacionais a serem desenvolvidos pelos Governos, em esforços conjuntos com os consumidores e produtores, para o fomento de adoção de valores e estilos de vida no contexto de meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (ONU, 1992).

Outro evento de destaque no tema da sustentabilidade é a realização da Cúpula do Milênio no ano 2000, que teve como eixo a reafirmação de uma série de propósitos com a adoção do documento Declaração do Milênio das Nações Unidas, e a divulgação pública dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram traçados por um período de trinta anos, e foram revisados novamente durante a segunda cúpula, realizada em 2015. Com relação aos objetivos de gestão fixados no ano 2000, o numeral 6, relacionado como o respeito da natureza, conclui:

É necessário agir com prudência na gestão e ordenação de todas as espécies vivas e todos os recursos naturais, de acordo com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as riquezas imensuráveis que a natureza nos oferece. É necessário modificar os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo, em interesse de nosso bem-estar futuro e no de nossos descendentes (ONU, 2000, p. 2).

Em relação à “Proteção do nosso ambiente comum” (Princípio IV), observa-se o interesse em implementar um modelo econômico sustentável, já que este princípio promulga a necessidade de aplicar uma nova ética frente à conservação e medidas reais contra a emissão de gases de efeito estufa (Protocolo de Quioto), bem como a implementação de programas para o cuidado de florestas e bacias hidrográficas, combate

à desertificação e degradação dos solos, estratégias de previsão de desastres naturais e livre acesso para a pesquisa sobre o genoma humano (ONU, 2000).

É importante destacar que o “Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental” dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em suma, é uma meta de preservação ambiental com um período de quinze anos, que foi proposta a partir de diversos indicadores ecológicos, a saber: taxas de desmatamento, mudanças climáticas, perda de biodiversidade planetária, estoque de recursos pesqueiros, acesso a água potável em regiões pobres, e intervenção de planejamento urbano em bairros marginais (ONU, 2000).

Em 2002, teve lugar em Johannesburgo (África do Sul) a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+10, a qual expressou o compromisso com a construção de uma sociedade humana e equitativa para o desenvolvimento sustentável. Neste evento, é assumida a responsabilidade coletiva de promover e reforçar, a nível local, nacional, regional e mundial, o desenvolvimento econômico e social, e a proteção ambiental, pilares interdependentes e sinérgicos do desenvolvimento sustentável (ONU, 2002). Na discussão sobre os problemas a resolver reconheceu-se que:

[...] a erradicação da pobreza, a modificação de padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento social e econômico são objetivos fundamentais e requisitos fundamentais do desenvolvimento sustentável. [Também expõe-se]: O meio ambiente global continua se deteriorando. Continua a perda de biodiversidade; continuam se esgotando os estoques de peixes; a desertificação avança se cobrando cada vez mais terras férteis; já são evidentes os efeitos adversos das alterações climáticas; as catástrofes naturais são mais frequentes e mais devastadoras, e os países em desenvolvimento tornaram-se mais vulneráveis, enquanto a poluição do ar, da água e dos mares continua privando a milhões de seres humanos de uma vida digna (ONU, 2002, p. 3).

Um dos resultados desta conferência foi uma Declaração sobre o Desenvolvimento Sustentável e a adoção de um Plano de Implementação das Decisões da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dentro do qual é reforçado o papel da educação para sua promoção, e é considerada como uma das estratégias a seguir a modificação dos padrões de consumo insustentável (ONU, 2002).

Em junho de 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio + 20, evento que congregou chefes de Estado e representantes dos 193 Estados-membro da ONU e participantes de diferentes setores da sociedade civil. Esta conferência, realizada vinte anos após a Cúpula da Terra (Rio

de Janeiro, 1992), teve como objetivo refletir sobre o desenvolvimento sustentável a partir de uma perspectiva global, em relação aos processos econômico, social e ambiental, sugerindo implementar ações no nível local. Um de seus propósitos foi a renovação por parte das Nações, de seu compromisso político com o desenvolvimento sustentável, através da reafirmação dos princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e seu compromisso de aplicá-los, assim como os planos de ação propostos nas declarações de conferências anteriores (ONU, 2012).

Sua visão foi orientada a refletir sobre uma economia coerente com o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente, e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em sua visão comum são reconhecidos como objetivos e requisitos indispensáveis do desenvolvimento sustentável, "a erradicação da pobreza, a modificação das modalidades insustentáveis e a promoção de padrões de consumo e produção sustentáveis" (ONU, 2012, p. 1), bem como a proteção dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social (ONU, 2012).

Além da importância de implementar mudanças na forma de utilizar os recursos naturais, os debates centraram-se em questões ambientais e sociais relacionadas com a redução da pobreza, promoção da equidade social e a garantia de proteção do meio ambiente. Portanto, no centro da discussão foram abordadas estratégias destinadas a alcançar o desenvolvimento sustentável, tais como a transição para uma economia verde, e o fortalecimento da coordenação internacional em relação às atividades desenvolvidas pelas diversas instituições do sistema ONU que se dedicam aos diferentes pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Com respeito às políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, foi destacada a importância da implementação de ações para promover padrões de consumo e produção sustentáveis, para garantir um desenvolvimento sustentável global (ONU, 2012):

A adoção de medidas urgentes em relação a padrões de produção e consumo insustentáveis, quando ocorrerem, continua sendo fundamental para se ocupar da sustentabilidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica e os ecossistemas, a regeneração dos recursos naturais e a promoção de um crescimento global sustentável, inclusivo e equitativo (ONU, 2012, p. 13).

Portanto, foi adotado o quadro decenal de programas sobre modalidades de consumo e produção sustentável de caráter voluntário e foram lembrados os compromissos assumidos na

Declaração do Rio, na Agenda 21 e o Plano de Implementação das Decisões de Johannesburgo relacionadas com a produção e o consumo sustentáveis. Também, foi reconhecida a educação dentro das áreas prioritárias, como um mecanismo para a promoção do desenvolvimento sustentável, e ressaltou-se a importância do fortalecimento dos sistemas de educativos e a implementação de práticas sustentáveis como parte integrante do aprendizado e da ação (ONU, 2012).

Em setembro de 2015, foi realizada a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015, na qual foi realizada uma agenda que propõe um projeto de desenvolvimento sustentável em larga escala com projeção para o ano 2030. Conhecida como “Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, expõe no preâmbulo:

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás (ONU, 2015, p. 2).

Tratou-se de uma reunião cujos objetivos foram dirigidos ao reconhecimento da condição humana e do nosso lugar no planeta, discutiu-se sobre uma aliança mundial para possibilitar um mundo que garanta o atendimento das necessidades humanas sem deteriorar o planeta. Também se reconhece a relação interdependente que existe entre o desenvolvimento sustentável, a desigualdade social e a preservação do planeta. Os 17 (ODS) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também conhecidos como Objetivos Mundiais, são um apelo à cooperação e compromisso global e reafirmam o caminho necessário que a humanidade deve seguir para garantir a sobrevivência da espécie e do próprio planeta. Observa-se que se começa combatendo a pobreza e a desigualdade, ou seja, somente através do bem-estar e os direitos pode-se garantir uma consciência social que, por sua vez, gere práticas econômicas sustentáveis (ONU, 2015).

Na agenda, assume-se o compromisso de “fazer mudanças fundamentais na maneira como nossas sociedades produzem e consomem bens e serviços” (ONU, 2015, p. 10):

Governos, organizações internacionais, setor empresarial e outros atores não estatais e indivíduos devem contribuir para a mudança de consumo e produção não sustentáveis, inclusive via mobilização, de todas as fontes, de assistência financeira e técnica para fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos países em desenvolvimento para avançar rumo a padrões mais sustentáveis de consumo e produção.

Nesse sentido, alenta-se à implementação do Quadro de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis, e é formulado o objetivo de "Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis" (Objetivo 12), que contempla dentro de suas ações para ser alcançado a implementação do Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis em coordenação com todos os países, bem como (ONU, 2015):

[...] alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. [...] reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita. [...] alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. [...] reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. [...] Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo (ONU, 2015, p. 31-32).

### 1.3.3 As Estratégias do Desenvolvimento Sustentável

Apesar dos esforços e os espaços de discussão que tiveram lugar nas conferências internacionais, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido objeto de um discurso retórico, que despojou seu sentido crítico, combinando as políticas ambientais com as políticas neoliberais, legitimando o crescimento econômico e o livre mercado como o caminho para alcançar o equilíbrio ecológico e a justiça social (LEFF, 2004):

O discurso do desenvolvimento sustentável busca estabelecer um terreno comum para uma política de consenso capaz de integrar os diferentes

interesses de países, povos e classes sociais que conformam o campo conflitivo da apropriação da natureza. A ambivalência do discurso do desenvolvimento sustentável expressa-se já na polissemia da palavra *sustainability*, que integra dois significados: o primeiro, traduzível como “*sustentabilidad*”, envolve a incorporação das condições ecológicas - renovabilidade da natureza, diluição de contaminante, dispersão de desperdícios - do processo econômico; o segundo, que se traduz como “*sostenibilidad*”, implica durabilidade no tempo do processo econômico. Se a crise ambiental é produto da negação das bases naturais em que o processo econômico é sustentado, então a “*sustentabilidad*” ecológica aparece como condição da “*sostenibilidad*” temporária do processo econômico. No entanto, o discurso do desenvolvimento sustentável tem afirmado o propósito de tornar sustentável o crescimento econômico através dos mecanismos do mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas não oferece uma justificativa rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo através da capitalização da natureza (LEFF, 2004, p. 105, tradução nossa)<sup>32</sup>.

O discurso oficial das políticas ambientais, bem como seus instrumentos legais e regulamentares, tem sido permeado pelas estratégias de capitalização da natureza. Os atores sociais têm sido convocados para a consulta e a participação em processos onde são mascarados os interesses conflitantes. Trata-se de uma estratégia discursiva cujo propósito é codificar a cultura e a natureza dentro da lógica do capital, que tem procurado levar as disputas sobre os sentidos da sustentabilidade e a desapropriação dos recursos naturais e culturais das populações para um esquema concertado, onde seja possível dissipar as disputas em um campo neutro (LEFF, 2004):

Através deste olhar especular (especulativo), pretende-se que as populações indígenas se reconheçam como capital humano, que ressignifiquem seu patrimônio de recursos naturais e culturais (sua biodiversidade) como capital natural, que aceitem uma compensação econômica negociada pelo dano ou pela transferência de seu patrimônio de recursos naturais e genéticos às

---

<sup>32</sup>*El discurso del desarrollo sostenible busca establecer un terreno común para una política de consenso capaz de integrar los diferentes intereses de países, pueblos y clases sociales que plasman el campo conflictivo de la apropiación de la naturaleza. La ambivalencia del discurso del desarrollo sostenible se expresa ya en la polisemia del término sustainability, que integra dos significados: el primero, traducible como sustentabilidad, implica la incorporación de las condiciones ecológicas –renovabilidad de la naturaleza, dilución de contaminantes, dispersión de desechos– del proceso económico; el segundo, que se traduce como sostenibilidad, implica perdurabilidad en el tiempo del proceso económico. Si la crisis ambiental es producto de la negación de las bases naturales en las que se sostiene el proceso económico, entonces la sustentabilidad ecológica aparece como condición de la sostenibilidad temporal del proceso económico. Sin embargo, el discurso del desarrollo sostenible ha llegado a afirmar el propósito de hacer sostenible el crecimiento económico a través de los mecanismos del mercado, asignando valores económicos y derechos de propiedad a los recursos y servicios ambientales, mas no ofrece una justificación rigurosa sobre la capacidad del sistema económico para incorporar las condiciones ecológicas y sociales (sustentabilidad, equidad, justicia, democracia) de este proceso a través de la capitalización de la naturaleza.*

empresas transnacionais de biotecnologia. [...] Da valorização dos custos ambientais, passa-se à legitimação da capitalização do mundo como forma abstrata e norma generalizada das relações sociais. Esta simulação da ordem econômica, que move-se sobre as relações ecológicas e sociais de produção, pretende libertar o homem das cadeias da produção para reintegrar o seu corpo exaurido à metástase da ordem simbólica em que se configuram os desígnios de desenvolvimento sustentável (LEFF, 2004, p. 111, tradução nossa)<sup>33</sup>.

A divulgação através do estudo “Os Limites do Crescimento”, foi a referência para a criação de propostas para impedir a intensificação da crise, uma delas foram as estratégias de eco-desenvolvimento<sup>34</sup> orientadas a “criar novas formas de produção e estilos de vida baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e a capacidade das populações locais para a gestão participativa de recursos” (LEFF, 2004, p. 101). No entanto, este discurso surgiu num momento em que as teorias da dependência, do intercâmbio desigual e da acumulação interna do capital dirigiram o planeamento do desenvolvimento. Portanto, a visão sistêmica e pragmática do eco-desenvolvimento necessitou de uma base teórica sólida para construir um novo paradigma de produção e (LEFF, 2004):

seu potencial crítico foi-se dissolvendo em suas próprias estratégias teóricas e práticas. Sua proposta foi-se obscurecendo pela dificuldade de flexibilizar às instituições e os instrumentos de planeamento, a fim de quebrar a lógica economicista e internalizar uma "dimensão ambiental" para o processo de desenvolvimento. O eco-desenvolvimento foi capturado nas malhas da teoria de sistemas com a qual procurava reintegrar ao sistema econômico um conjunto de variáveis (crescimento populacional, mudança tecnológica) e de condições ambientais (processos ecológicos, degradação ambiental). O método sistêmico teria assim de resolver os problemas ambientais, com o qual o ambiente se dissolveria no campo do conhecimento e desapareceria do campo do planeamento (LEFF, 2004, p. 102).

Se bem a publicação de Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland) teve como propósito avaliar os processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para resolvê-los e gerar uma visão mundial sobre as condições para alcançar a sustentabilidade

---

<sup>33</sup> *De la valorización de los costos ambientales se pasa hacia la legitimación de la capitalización del mundo como forma abstracta y norma generalizada de las relaciones sociales. Este simulacro del orden económico, que levita sobre las relaciones ecológicas y sociales de producción, pretende liberar al hombre de las cadenas de la producción para reintegrar su cuerpo exhausto a la metástasis del orden simbólico donde se configuran los designios del desarrollo sostenible.*

<sup>34</sup> O conceito de "ecodesenvolvimento", promovido por Maurice Strong, e por cientistas como Ignacy Sachs, tinha uma conotação regional, e aludia ao possível desenvolvimento dentro das circunstâncias ecológicas de cada região, baseado nas experiências regionais, com tecnologias alternativas e com ampla participação dos povos (MAYA, 2003).

ecológica e a sobrevivência humana, dentro deste processo, as estratégias de eco-desenvolvimento foram deslocadas pelo discurso do desenvolvimento sustentável, o qual tornou-se o referente discursivo e o saber de fundo que organiza os sentidos divergentes em torno da construção de sociedades sustentáveis (LEFF, 2004).

No processo político para suprimir as externalidades do desenvolvimento - a exploração econômica da natureza, a degradação ambiental, a distribuição social desigual dos custos ecológicos e marginalização social-, o conceito de meio ambiente adquiriu um sentido estratégico, dentro da economia do desenvolvimento sustentável que opera dentro de um jogo de poder que legitima o mercado, mantendo os pilares da racionalidade do lucro e o poder de apropriação da natureza fundado na propriedade privada do conhecimento científico e tecnológico. Estas externalidades persistem apesar do propósito de ecologizar os processos produtivos, de capitalizar a natureza e de produzir um saber holístico e interdisciplinar (LEFF, 2002, 2004).

A sustentabilidade tem sido medida desde uma dimensão econômica em seus níveis físico-material, físico-natural ou ecológico, sem considerar sua dimensão social, relegando a problemática ambiental a uma questão técnica. Trata-se de medições baseadas na produtividade e subordinadas ao rendimento monetário que não revelam os problemas de sustentabilidade derivados das relações sociais, nem a relação destas com os danos ambientais, porque não analisa as contradições internas da sociedade que explicam as causas, diferenças de apropriação, uso, benefício e dano do manejo ambiental (FOLADORI, 1999). Mas a questão não é somente técnica, é sobretudo política, proveniente dos interesses divergentes dos grupos sociais pelo acesso e uso dos recursos ambientais. Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentado exige uma base ecológica orientada à proteção e conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais como condição básica, articulada a uma dimensão ética e política, que implica transformações das relações econômicas, sociais e culturais (DIEGUES, 1992).

Estas transformações são necessárias nas bases que durante séculos sustentaram os sistemas de produção, que não apenas têm a ver com o desenvolvimento tecnológico, mas também com a lógica da expansão do mercado e da reprodução do capital através de estratégias como a promoção do consumo de forma mais vertiginosa, a redução da vida útil dos produtos e a ampliação das margens das necessidades básicas, além dos limites das demandas biológicas ou culturais (MAYA, 2003).

Justamente a obsolescência dos objetos tem sido determinante na sociedade consumista dentro da qual a inconstância e falta de continuidade na vida dos sujeitos, motiva um consumo sem um propósito bem definido, baseado em compras que não têm como propósito satisfazer necessidades reais, só a busca de satisfações que esperam ser encontradas em produtos que são descartados e substituídos ao não cumprirem as expectativas. Nesse caso, a economia consumista mantém seu curso oferecendo uma quantidade de inovações que supera sua assimilação, dando lugar a um crescimento da produção de bens e serviços na qual a oferta de produtos excede a capacidade de demanda (BAUMAN, 2008).

Dentro desta dinâmica o sistema econômico capitalista associa-se a uma racionalidade econômica caracterizada pela capitalização da renda do solo, em detrimento de sua produtividade, para a maximização dos lucros no curto prazo gerando uma crescente pressão sobre o meio ambiente. Esta racionalidade econômica está enraizada a uma racionalidade científica e tecnológica cujos padrões transformam negativamente os ecossistemas e reduzem a biodiversidade através de formas e ritmos de superexploração e extração dos recursos naturais entrando em contradição com as condições ecológicas para sua conservação, regeneração e aproveitamento sustentável (LEFF, 2010).

Para Leff (2010) a problemática ambiental é uma das consequências do atual modelo de desenvolvimento e da falta de uma definição de políticas governamentais nacionais e internacionais que regulem os métodos de produção próprios do sistema. Assinala, além disso, que os ecossistemas como base fundamental do sistema produtivo têm sido degradados como consequência da implementação destes métodos, que a sua vez têm transformado e destruído um conjunto de valores culturais associados às práticas comunitárias de uso dos recursos naturais.

O autor argumenta que a racionalidade capitalista é dominada por uma racionalidade formal e instrumental, através da qual tem sido levada a cabo uma transformação técnico-econômica dos recursos bióticos, em valores de uso e bens de consumo, mediante processos de trabalho que passaram da forma de apropriação da natureza, que resultava dos diferentes estilos étnicos de cada organização cultural, para serem condicionados pela produção para a troca, estando cada vez mais sujeitos às leis do mercado. Estes padrões produtivos geram, por sua vez, níveis de poluição que afetam a produtividade sustentada de recursos naturais nos ecossistemas terrestres e aquáticos, além disso, o esgotamento progressivo dos recursos bióticos do planeta por causa do desmatamento e erosão dos solos (LEFF, 1994).

O que marcou as formas dominantes de produção e crescimento econômico a partir da Revolução Industrial é o caráter determinante da apropriação capitalista e da transformação tecnológica dos recursos naturais em relação a seus processos de formação e regeneração, o que repercutiu no esgotamento progressivo dos recursos abióticos e na degradação do potencial produtivo dos ecossistemas criadores de recursos bióticos. O processo capitalista de produção, fundado na propriedade privada dos meios de produção e na tendência para a maximização dos lucros privados no curto prazo levou a reverter os custos de produção da empresa para a sociedade, contaminando o meio ambiente e deteriorando as bases de sustentabilidade do processo econômico. A desestabilização dos ecossistemas naturais permitiu e foi um efeito desta racionalidade econômica (LEFF, 1994, p. 51-52).

A racionalidade capitalista assentada sobre a razão técnica, como um processo de produção e transformação de materiais físicos e humanos, cientificamente planejado e regulado cujo fim é obter a máxima eficácia (WEBER, 1956 apud MARCUSE, 1969), torna-se, uma irracionalidade através da qual tem lugar a privação, a crescente acumulação de riqueza por parte do setor privado, e a exploração intensificada do trabalho e da natureza. Trata-se de uma irracionalidade convertida em razão “na forma do desenvolvimento frenético da produção, do saque da natureza, do incremento dos stocks de bens (que são postos à disposição de capas cada vez mais extensas da população)” (MARCUSE, 1969, p. 14). Sua irracionalidade deriva da força destrutiva do aumento de produtividade, a dominação da natureza, a riqueza social e a venda de valores culturais, no que o planejamento da obsolescência é convertido em necessidade social, e “a satisfação das necessidades humanas tem lugar só como um resíduo da produção rentável” (MARCUSE, 1969).

Dentro da lógica capitalista a expansão do consumo massivo alimenta a reprodução deste sistema em detrimento da qualidade ambiental, pois quanto mais alta é a demanda de artigos, mais intensa é a extração de recursos naturais e energéticos para sua fabricação. Trata-se de uma fórmula cujo efeito destruidor da natureza não é refreado nem questionado por uma sociedade que não está disposta a renunciar a um estilo de vida, imposto pelo mercado. Ante este panorama Marcuse (1993, p. 8, tradução nossa) sugere:

O que é falso não é o materialismo deste modo de vida, mas a falta de liberdade e a repressão que oculta: reificação total no fetichismo total da mercadoria. Torna-se ainda mais difícil superar esta forma de vida na medida em que a satisfação aumenta em função da massa de mercadorias. A satisfação instintiva no sistema da não-liberdade ajuda o sistema a se perpetuar. Esta é a

função social do nível de vida crescente nas formas racionalizadas e internalizadas de dominação<sup>35</sup>.

O Iluminismo e sua razão instrumental, em sua ânsia de garantir o progresso, têm instituído uma ordem racional centrada em meios racionais para conseguir fins irracionais, dando origem a uma nova forma de barbárie na sociedade na qual a manipulação e o controle da consciência das massas através da indústria cultural impedem o pensamento crítico por parte dos sujeitos (ADORNO; HORKHEIMER, 1998). Em consequência, tem sido criada uma ordem internacional sob a qual tem-se homogeneizado, não só a produção em massa de bens, também os padrões de consumo, aumentando os custos ecológicos, e gerando uma série de “necessidades simbólicas que desencadeiam o desejo em direção de uma demanda inesgotável de mercadorias”. Deste modo se impõem padrões de consumo nos quais prevalece “uma situação de satisfação/insatisfação, de identificações simbólicas de status e marginalização cultural” (LEFF, 2010, p. 284).

Esta tendência prevalece na sociedade moderna, na qual a vida de seus membros gira em torno do consumo sem regulamentos normativos, e é orientada pela sedução e desejos insaciáveis cada vez mais crescentes e voláteis, em que a atividade de compra traz uma infinidade de opções menos a de não comprar. Dentro das estratégias da economia, a necessidade é descartada e substituída pelo desejo que é, por sua vez, o estimulante que mantém a procura do consumidor com o nível da oferta de bens de consumo, dos quais muitos se tornam obsoletos antes mesmo de que sua data de expiração se cumpra, precisamente por causa de sua desvalorização e destituição ante uma nova oferta de objetos (BAUMAN, 2001).

Nesse sentido, o consumismo está relacionado com a incitação de desejos renovados que dinamizam o mercado de consumo, para o qual um desejo satisfeito prediria grandes perdas, e seria incompatível com sua estratégia de garantir uma sucessão ininterrupta de anseios particulares de curta duração e altamente descartáveis. Portanto, na relação entre satisfação e o ato de comprar, a busca de realização se torna interminável ante o intento frustrado de alcançar uma sucessão de promessas atraentes e sedutoras, que são quebradas, para manter permanente

---

<sup>35</sup>*Lo que es falso no es el materialismo de esta forma de vida, sino la falta de libertad y la represión que encubre: reificación total en el fetichismo total de la mercancía. Se hace tanto más difícil traspasar esta forma de vida en cuanto que la satisfacción aumenta en función de la masa de mercancías. La satisfacción instintiva en el sistema de la no-libertad ayuda al sistema a perpetuarse. Ésta es la función social del nivel de vida creciente en las formas racionalizadas e interiorizadas de la dominación.*

essa busca. Nesse sentido, as práticas de consumo orientadas pelas necessidades “genuínas” e desejos “realistas” representariam o final da sociedade de consumidores, e dos mercados de bens, já que a não satisfação dos desejos e o fracasso de sucessivas tentativas de satisfazê-los, sustentam a economia do consumo. Deste modo, a sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação depreciando e desvalorizando os produtos de consumo logo depois de terem sido ofertados ao consumidor (BAUMAN, 2001, 2008, 2009).

[...] toda promessa deve ser enganosa, ou pelo menos exagerada, para que a busca continue. Sem a repetida frustração dos desejos, a demanda pelo consumo se esvaziaria rapidamente, e a economia voltada para o consumidor perderia o gás. É o excesso da soma total de promessas que neutraliza a frustração provocada pelo excesso de cada uma delas, impedindo que a acumulação de experiências frustrantes solape a confiança na eficácia final dessa busca (BAUMAN, 2009, p. 107).

A necessidade de trocar e substituir mercadorias constitui um hábito promovido pelas estratégias de marketing através de novas ofertas e o descarte das antigas, incrementando o volume tanto do lixo quanto das expectativas frustradas, como estratégia para o incremento das vendas. Deste modo, o consumismo é considerado como uma economia do engano já que “aposta na irracionalidade dos consumidores, e não em suas estimativas sóbrias e bem informadas” (BAUMAN, 2008, p. 65-66).

Os conceitos de desenvolvimento e sustentado se baseiam na necessidade de atingir o grau de desenvolvimento alcançado pelas sociedades que têm concebido a industrialização como o motor do progresso, a partir das quais têm sido criados modelos de desenvolvimento inviáveis porque seguem padrões de crescimento econômico não sustentável em contradição com a conservação do meio ambiente (DIEGUES, 1992). Este fato faz imprescindível abordar as relações entre os processos sociais implícitos na problemática e as mudanças ambientais emergentes, bem como abrir a pesquisa a esta realidade, enquanto a busca de uma solução, e um modo de desenvolvimento alternativo, que articule aos processos econômicos, processos sociais que contemplem a incorporação dos valores ambientais na ética individual e o estabelecimento de uma legislação ambiental eficaz (LEFF, 1994).

Sendo assim, o desenvolvimento sustentado exige a construção de um novo paradigma baseado no reconhecimento da diversidade ecológica, biológica e cultural e não na homogeneização sociocultural imposta pelo mercado capitalista mundial. Precisa-se de modelos alternativos de desenvolvimento e estilos de desenvolvimento diferentes que

renunciem ao crescimento econômico ilimitado, aos altos níveis de consumo e ao o ritmo crescente de degradação ambiental. A concepção do desenvolvimento deve se orientar a formular estratégias e instrumentos encaminhados a alcançar como objetivo fundamental o melhoramento da qualidade de vida da população (DIEGUES, 1992).

Como primeira medida para fazer possível este propósito, Leff (1994), insiste na necessidade de transformar a relação entre sociedade e natureza através de um processo de formação ideológica que se traduza numa cultura ecológica, entendida como a tomada de consciência e a proteção do meio ambiente através da mobilização cidadã. Neste mesmo sentido, desenvolve o conceito de racionalidade ambiental como fundamento de um desenvolvimento alternativo, o qual é entendido como um conjunto de normas sociais e jurídicas, valores culturais, métodos e técnicas de produção, sob os quais se formulem as políticas governamentais, se normatizem os processos de produção e de consumo, e se oriente a conduta de grupos sociais para os fins do desenvolvimento sustentável e equitativo.

Segundo o autor, a sociedade capitalista gerou um processo de racionalidade instrumental, na qual as forças produtivas fundam-se no predomínio dos processos tecnológicos que alimentam um processo de acumulação do capital marcado, por uma centralização econômica e uma concentração do poder, desconhecendo os potenciais ecológicos. Foram moldados todos os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos, os padrões tecnológicos, os diversos órgãos do corpo social e os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado. Trata-se de uma racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformidade dos comportamentos sociais que induziram um processo global de degradação socioambiental, socavando as bases de sustentabilidade do processo econômico. Portanto, a problemática ambiental precisa da construção de uma racionalidade produtiva alternativa, da transformação do sistema de produção, da introdução de reformas no Estado, da incorporação de normas ao comportamento econômico, da legitimação de novos valores éticos e procedimentos legais e da produção de técnicas para controlar os efeitos poluidores e superar o desequilíbrio social e ecológico gerado pela racionalidade do capital (LEFF, 2010).

A construção da racionalidade ambiental é um processo político e social fundamentado num sistema de práticas sociais, normas jurídicas e valores culturais; orientado à construção de uma teoria da produção e organização social, fundada nos princípios de ecodesenvolvimento, da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável que induz transformações das bases materiais dos processos produtivos e seus métodos e técnicas de produção (LEFF, 2010):

Dentro dos objetivos de uma racionalidade ambiental, o desenvolvimento das forças produtivas incorpora as condições ecológicas de produção e de regeneração de recursos assim como os valores culturais e as motivações sociais no reconhecimento, valorização, defesa e o “colocar em produção” recursos sociais potenciais. Estes processos especificam e delimitam as forças produtivas de uma formação social. No processo de construção das condições da produtividade ecotecnológica, a ecologização e culturização dos processos produtivos transformam as relações sociais de produção, tecendo-as com diferentes organizações culturais e com as inter-relações ecológicas que sustentam suas práticas produtivas (LEFF, 2010, p. 92).

Portanto, constrói-se na articulação de quatro níveis de racionalidade: 1) A racionalidade ambiental substantiva, entendida como um sistema axiológico dos valores que normatizam as ações e orientam os processos sociais, fundada nos princípios de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente equitativo, culturalmente diverso e politicamente democrático; 2) A racionalidade ambiental teórica, que constrói os conceitos que articulam os valores da racionalidade substantiva como os processos materiais que dão suporte a uma produtividade ecotecnológica e um potencial ambiental de desenvolvimento; 3) A racionalidade ambiental técnica ou instrumental, que produz os vínculos funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável através de um sistema tecnológico adequado, de procedimentos jurídicos para a defesa dos direitos ambientais de meios ideológicos e políticos que legitimem a transição para uma racionalidade ambiental; e 4) a racionalidade ambiental cultural, entendida como um sistema valores e de significações que produzem a identidade e integridade internas de diversas formações culturais e étnicas, dando coerência a suas práticas sociais e reprodutivas. Este conjunto de racionalidades ambientais heterogêneas, que não se submete a uma lógica ambiental geral, cobra sentido e realidade ao nível das ações locais (LEFF, 2010).

A racionalidade ambiental está em contradição com a racionalidade capitalista por seu confronto de interesses opostos arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento, e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais. Ela funciona estabelecendo critérios para a tomada de decisões dos agentes sociais; orientando as políticas dos governos, normatizando os processos de produção e consumo e conduzindo as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais, para fins de desenvolvimento sustentável. Portanto, a transição de uma racionalidade capitalista para uma racionalidade ambiental, implica o confronto e o concerto de interesses opostos, a reorientação

de tendências (dinâmica populacional, crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); a criação de novas formas de organização produtiva, inovação de métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos (LEFF, 2010).

Nesta perspectiva, Sen (2000) afirma que o objetivo do processo de desenvolvimento é a promoção e expansão da liberdade humana, constituída em seu fim primordial e seu principal meio. Trata-se de uma função dupla da liberdade, fundamentada respectivamente em seu “papel constitutivo” e seu “papel instrumental”. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva como um elemento essencial que inclui:

[...] capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração (SEN, 2000, p. 52).

Nesse sentido, a base para avaliar o êxito ou fracasso de uma sociedade não se funda em variáveis como utilidade ou renda, senão nas liberdades substantivas dos sujeitos, constituídas em um determinante da iniciativa individual e da eficácia social. “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”. Esta questão, relaciona-se ao “aspecto da condição de agente” do indivíduo, expressão que faz referência a “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (SEN, 2000, p. 33).

O Caráter instrumental da liberdade se relaciona com suas possibilidades de contribuir para sua expansão através de diferentes tipos de direitos e oportunidades que favoreçam o progresso econômico e para a promoção do desenvolvimento. Mas o papel instrumental como um meio para o desenvolvimento não reduz sua importância como um fim do desenvolvimento, já que os dois papéis estão ligados por relações que associam um tipo de liberdade a outros. “A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (SEN, 2000, p. 54). A liberdade humana em geral, como

o objetivo supremo do desenvolvimento, é suplementada pela eficácia instrumental das liberdades econômicas e políticas que se reforçam mutuamente (SEN, 2000).

## **1.4 Políticas Públicas para a Educação Ambiental**

### **1.4.1 A Educação Ambiental como Política Pública**

A consciência da crise ambiental constitui um propósito e uma necessidade a partir dos quais tem-se posicionado a educação ambiental como uma estratégia indispensável dentro de projetos pedagógicos, debates ecológicos, e agendas políticas. A configuração da educação ambiental tem sido derivada de uma série de ações por parte da sociedade civil e os governos, que, a través de décadas, têm coincidido em cenários de discussão e construção de processos constituídos em bases para a formulação de políticas públicas.

A educação ambiental tem seus antecedentes no movimento ecológico que a concebe como uma prática para gerar consciência sobre a “má distribuição do acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos” na construção de novas maneiras de se relacionar com o meio ambiente. Em um segundo momento vai se transformando em uma proposta dentro do campo educacional, em diálogo com suas tradições, teorias e saberes. Posteriormente começa a ser objeto de discussão sobre políticas públicas, através de eventos internacionais, bem como da adoção, por parte de diversos países, de políticas e programas mediante os quais passa a integrar as ações dos governos na conformação de uma estrutura institucional voltada para a regulação, legislação e controle das questões de meio ambiente (CARVALHO, 2006).

O processo de institucionalização da educação ambiental inicia com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, a qual destaca entre seus princípios que:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, voltado para as gerações jovens quanto os adultos e que dei a devida atenção ao setor populacional menos favorecido, para ampliar as bases de uma opinião pública bem informada e de um comportamento dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade em relação à proteção e melhoria do meio ambiente em toda a sua dimensão humana. É também essencial que a mídia evite contribuir para a deterioração do ambiente humano e, ao contrário, difunda informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, para que o homem possa se desenvolver em todos os aspectos (ONU, 1972, p. 5).

Entre suas recomendações sublinha-se a adoção de medidas para estabelecer um programa internacional de educação sobre o meio ambiente, interdisciplinar que abranja todos os níveis de ensino encaminhado a todas as gerações, à cidadania, e a todos os sujeitos da sociedade com o propósito de ensinar medidas a serem tomadas para fazer controle de seu meio (ONU, 1972).

Foi precisamente em resposta a essa recomendação que se institui o Programa Internacional de Educação Ambiental empreendido conjuntamente entre a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O programa enfatizou a conceituação do ambiente como a interação entre os meios natural, social e cultural, no âmbito das diferentes alternativas de desenvolvimento e delineou diretrizes gerais sobre a forma de trabalhar esta questão a nível internacional. Dentro de suas estratégias foi coordenada e realizada uma série de encontros, tais como o Seminário Internacional de Educação Ambiental em Belgrado e a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, que ofereceram princípios, diretrizes e fundamentos da educação ambiental. O Seminário Internacional de Educação Ambiental em Belgrado, Iugoslávia em 1975, teve como propósito estabelecer um quadro mundial para o desenvolvimento da educação ambiental tanto no sistema de ensino formal quanto no informal, portanto, este foi desenvolvido a partir de dois objetivos: “Examinar e discutir as tendências e novas questões que surgem na educação ambiental”; [e] “formular e discutir sobre esta base, diretrizes e recomendações para promover a educação ambiental internacionalmente” (UNESCO; PNUMA, 1975, p. 5).

Um dos produtos do seminário foi a adoção de uma declaração, conhecida como a Carta de Belgrado, por meio da qual se propõe um marco e diretrizes para a educação ambiental mundial. A carta expõe um diagnóstico da situação ambiental global observando as consequências sociais e ambientais do crescimento econômico e do progresso tecnológico. Em vista disso, expressa-se a necessidade de mudar os sistemas educativos para criar uma nova ética que seja traduzida em atitudes e comportamentos que facilitem uma relação harmoniosa da sociedade com a natureza, estabelecendo como meta ambiental melhorar as relações ecológicas do homem com a natureza. Também expõe a necessidade de conceber uma nova abordagem para o desenvolvimento que possa garantir a distribuição equitativa dos recursos e a redução da degradação ambiental (UNESCO; PNUMA, 1975).

Neste seminário, foi definido como objetivo, despertar na população interesse e conscientização sobre o meio ambiente e seus problemas, bem como a geração de

conhecimento, atitudes, habilidades e motivações para trabalhar em conjunto na busca de soluções para os problemas contemporâneos e sua prevenção. Entre seus objetivos contemplam-se a contribuição para a aquisição do conhecimento e consciência dos indivíduos e grupos sociais sobre o meio ambiente e seus problemas, a promoção de atitudes críticas e responsáveis, bem como de valores e a participação ativa no desenvolvimento de ações encaminhadas a sua proteção. Assim, pretende estimular habilidades para resolver problemas ambientais de forma participativa, desenvolvendo a capacidade de avaliar a pertinência das medidas e programas de educação ambiental, em função de fatores ecológicos, econômicos, políticos, sociais e educacionais (UNESCO; PNUMA, 1975).

Em 1977, foi realizada em Tbilisi a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental na qual foram abordados os principais problemas ambientais da sociedade contemporânea, a discussão sobre o papel da educação na resolução dos problemas ambientais, e o desenvolvimento de atividades no âmbito nacional e internacional. Apesar de ter sido reconhecido dentro das reflexões, o desenvolvimento como uma necessidade, também os problemas ambientais foram considerados como o efeito de um acelerado progresso científico e tecnológico bem como das transformações sociais, apontando que seu alcance global transcende as fronteiras dos territórios nos quais se origina. Enfatizou-se que suas causas não se relacionam apenas com o uso irracional dos recursos naturais, mas também derivam do subdesenvolvimento e da pobreza, tais como inadequadas condições habitacionais e desnutrição (UNESCO; PNUMA, 1977).

Um dos resultados desta Conferência foi a elaboração de uma Declaração através da qual oferecem-se uma série de princípios e orientações que destacaram o papel facilitador da educação ambiental para a compreensão dos problemas ambientais, e para a promoção de conhecimentos e de uma ética que oriente os valores, atitudes e atividades das sociedades que visam à sustentabilidade e a construção de soluções de forma participativa, facilitando às nações o atingimento de uma relação harmoniosa com o meio ambiente. Destaca-se a importância de incluir na análise da problemática ambiental, a inter-relação do meio natural com suas dimensões biológica, social e cultural, examinando-as a partir de uma perspectiva interdisciplinar, de jeito que se contribua para a conscientização da interdependência econômica, política e ecológica do mundo moderno, a fim de enfatizar a responsabilidade e solidariedade entre as nações. Igualmente, entre as suas propostas encontram-se o desenvolvimento de processos de educação ambiental através da cooperação regional e

internacional como estratégia para facilitar o intercâmbio de informação, promover estudos sobre atividades de promoção de educação ambiental, e fomentar a investigação e experimentação sobre conteúdos, métodos e materiais didáticos (UNESCO; PNUMA, 1977).

Nesta Conferência a educação ambiental foi definida, como um processo através do qual devem ser fornecidos os conhecimentos necessários para entender e interpretar os problemas ambientais, bem como fomentar valores éticos que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação do meio ambiente. Observa, além disso, a importância de promover a análise das relações entre o desenvolvimento socioeconômico e o melhoramento do meio ambiente, assim como da interdependência econômica, política e ecológica do mundo moderno, e as consequências de alcance internacional que nele podem ter as decisões dos países. Portanto, ressalta que este processo deve ser vinculado à legislação, às políticas, às medidas de controle e às decisões que os governos adotem em relação com o meio ambiente humano (UNESCO; PNUMA, 1977).

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro), foi adotado, dentro da Agenda 21, (Capítulo 36) a “promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”, como um elemento transversal a todas as áreas do programa da Agenda “e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos”. Portanto, foram formuladas propostas gerais relacionadas com questões educativas no campo ambiental, dentro das quais se destaca a “reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável” (ONU, 1992, p. 429):

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los. O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do socioeconômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-se em

todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação (ONU, 1992, p. 429-430).

Reconhecendo a autonomia dos países para determinar suas prioridades e prazos para implementação, de acordo com suas necessidades, políticas e programas, dentro da formulação desta proposta foram estabelecidos os seguintes objetivos:

Desenvolver consciência do meio ambiente e desenvolvimento em todos os setores da sociedade em escala mundial e com a maior brevidade possível; lutar para facilitar o acesso à educação sobre meio ambiente e desenvolvimento, vinculada à educação social, desde a idade escolar primária até a idade adulta em todos os grupos da população; promover a integração de conceitos de ambiente e desenvolvimento, inclusive demografia, em todos os programas de ensino, em particular a análise das causas dos principais problemas ambientais e de desenvolvimento em um contexto local, recorrendo para isso às melhores provas científicas disponíveis e a outras fontes apropriadas de conhecimentos, e dando especial atenção ao aperfeiçoamento do treinamento dos responsáveis por decisões em todos os níveis (ONU, 1992, p. 430).

Em 1997 foi realizada a Conferência Internacional em Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada em Tessalônica pela UNESCO e o Governo da Grécia, que contou com a participação de representantes de organizações governamentais, inter-governamentais, não-governamentais (ONGs) e a sociedade civil de mais de 83 países. Neste evento foi adotada uma declaração através da qual reafirmaram-se os compromissos assumidos nas Conferências do sistema das Nações Unidas (UNESCO, 1997):

A fim de atingir a sustentabilidade, é necessária uma enorme coordenação e integração de esforços em diversos setores cruciais e uma mudança rápida e radical em comportamentos e estilos de vida, incluindo mudanças no padrão de consumo e produção. Para isso, uma educação apropriada e a conscientização pública devem ser reconhecidas como os pilares da sustentabilidade, juntamente com a legislação, a economia e a tecnologia. [...] Um processo de aprendizado coletivo, parcerias, participação igualitária e diálogo contínuo, são necessários entre governos, autoridades locais, instituições de ensino, empresas, consumidores, ONGs, mídia e outros atores, a fim de se obter conscientização, busca de alternativas e mudanças comportamentais e estilos de vida, incluindo padrões de consumo e produção com vistas à sustentabilidade (UNESCO, 1997, p. 1).

Nesta declaração enfatiza-se na educação como um meio para fazer possível estas mudanças em direção de uma sustentabilidade como imperativo moral e ético no qual tenha lugar o respeito pela diversidade cultural e o conhecimento tradicional. Este constitui-se no

propósito dos processos de ensino e aprendizagem, dentro do nível formal com o respectivo ajuste dos currículos por parte das instituições, e nas estratégias para educação não-formal e informal, a partir de uma abordagem holística, interdisciplinar, e interinstitucional através de uma ação no contexto local, regional e nacional, garantida e promovida pelos governos (UNESCO, 1997).

Em 2014 acontece em Aichi-Nagoya, a Conferência Mundial da UNESCO sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), conhecida pelo título "Aprender Hoje para um Futuro Sustentável." Entre seus resultados destacam-se o lançamento do programa de ação mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, concentrado em cinco áreas prioritárias de ação - 1) Fomento das políticas; 2) Transformação de ambientes de aprendizagem e formação; 3) Criação de capacidades entre educadores e formadores; 4) Empoderamento e mobilização dos jovens; 5) Aceleração de soluções sustentáveis em nível local - e posto em marcha com 360 compromissos adquiridos por 80 países, que concentra-se em gerar e multiplicar iniciativas de EDS em todo o mundo, a partir do redirecionamento da educação e a aprendizagem para garantir à população, a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes coerentes com este propósito, e de sua promoção através do fortalecimento do ensino e a aprendizagem (UNESCO, 2014).

Outro resultado deste evento foi a Declaração de Aichi-Nagoya sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e sua correspondente adoção pelas nações participantes, através da qual apela-se a todos os países para a implementação do Programa de Ação Mundial de EDS. Assim, destacam-se para alcançar avanços na agenda da EDS, a importância da colaboração multissetorial entre as organizações das Nações Unidas e outras organizações, e a necessidade de adotar uma abordagem integrada às relações entre o meio ambiente, sociedade e economia na reflexão sobre a EDS e sua implementação. Além disso, a Declaração enfatiza a importância de incorporar a EDS em todos os níveis e etapas do sistema educativo e de formação, bem como sua integração à educação pública e à educação da comunidade, ao desenvolvimento da juventude e à aprendizagem intergeracional. Também, apela aos governos para revisarem e avaliarem a contribuição dos modelos educacionais existentes para a consecução dos objetivos da EDS; e estabelece uma ampla agenda sobre EDS em coerência com as orientações internacionais em matéria de políticas públicas (UNESCO, 2014).

Dentro dos eventos recentes cabe destacar o Congresso Mundial de Educação Ambiental - WEEC – realizado cada dois anos e dedicado à educação ambiental e ao desenvolvimento

sustentável. Durante sua nona edição intitulada "Cultura e meio ambiente: criando novas pontes", foram destacadas as interações entre fatores ambientais e culturais<sup>36</sup>, e celebrou-se o 40º aniversário da primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Tbilisi,1977), destacando os logros e os desafios do futuro em termos de meio ambiente e desenvolvimento. Também foi apresentada pela UNESCO a publicação "Educação para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", documento elaborado para contribuir na formação de competências transversais para a EDS na aprendizagem para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta guia oferece sugestões, de acordo a contextos de aprendizagem específicos, sobre tópicos e atividades para cada ODS, também apresenta métodos de implementação em diferentes níveis, desde o desenho de cursos até estratégias nacionais (UNESCO, 2017).

Em coerência com esta estratégia foi realizado, em Curitiba, Brasil, em março de 2018 o Simpósio sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Sociedade de Consumo, que congregou especialistas de várias áreas como a economia, a educação, a ética, a filosofia, o desenvolvimento sustentável e comunicação, entre outras, representantes de ONGs, centros educativos e de pesquisa e os setores público e privado, com o objetivo de promover o diálogo e a troca de ideias, experiências e perspectivas, em torno a questão do papel da educação à luz dos padrões de consumo insustentáveis na sociedade. Os resultados do simpósio foram incorporados em um documento de posicionamento sobre o futuro da EDS, apresentado aos Estados Membros na reunião de consulta técnica realizada em julho de 2018 (UNESCO, 2018).

#### 1.4.2 A Educação Ambiental como Facilitadora da Relação Sociedade e Natureza

A relação entre sociedade e ambiente tem estado determinada por diferentes concepções e interpretações sobre a natureza elaboradas por grupos sociais a partir de ideias, visões e interesses em determinado momento histórico que, por sua vez, têm sido decisivos na configuração de processos sociais, culturais e produtivos. A produção de conhecimento tem estado modelado e pautado por padrões instituídos pelo método científico que têm incidido em nossa percepção do mundo natural e na construção de formas para nos aproximar e relacionar

---

<sup>36</sup> Este encontro fez parte de uma série de quatro simpósios sobre o futuro da EDS, organizados pela UNESCO com o objetivo de gerar novas ideias e garantir a relevância e a continuidade da EDS além do Programa de Ação Mundial para EDS (2015-2019). Os três simpósios anteriores tiveram lugar no Japão, na Alemanha e na África do Sul.

com ele. Neste contexto tem tido lugar a educação ambiental como um processo de construção derivado de diferentes olhares e de significados adquiridos através de acontecimentos que têm tido lugar através das épocas.

O pensamento ambiental tem estado precedido pela ideia do domínio técnico do mundo como um dos pilares do pensamento científico desde suas origens com os primeiros filósofos do mundo moderno, como Bacon ou Descartes, contra a tradição ideológica. O legado destes e outros cientistas, consolidou as bases sobre as quais baseou-se o desenvolvimento técnico do capitalismo. "Desde Galileu e Newton, a ciência está assumindo a liderança na aplicação tecnológica e começa a resolver, com modelos teóricos, os problemas imediatos da prática" (MAYA, 1995, p. 50).

Segundo Grün (2007), a modernidade inicia com um esquecimento da tradição e do passado, processo que começa com Bacon para quem a ciência e o conhecimento só podiam ser possíveis descartando a tradição, concepção a partir da qual a natureza foi transformada em uma fonte de segredos a serem extraídos pelo poder econômico, e num objeto de dominação, posto a serviço do homem. Para o autor, este processo de esquecimento da tradição e descorporificação da natureza é continuado por outros cientistas como Galileu, quem com seu método matemático de demonstração rejeita a verificação sensorial, e suprime as qualidades subjetivas e sensíveis da natureza, convertendo-a em algo abstrato e externo ao sujeito, reduzida só a um espaço em que circulam os corpos e onde se relacionam uns com os outros.

Dentro desta mesma corrente, Descartes fundamenta seu método científico na premissa do uso da razão como único meio válido para a busca da verdade e a objetividade. Os princípios de sua filosofia têm sido decisivos em nossa relação com a natureza física e nossa forma de intervir nela, bem como no surgimento do sujeito moderno reproduzido pela educação moderna. A proposição “penso, logo existo”, sugere que a existência da razão e a aquisição do conhecimento, não dependem de um lugar nem de condições materiais, descartando os sentidos. Relaciona-se com a falta de lugar e de pertencimento, como condição vital para o desenvolvimento do pensamento e as faculdades do sujeito, que só podia ser guiado exclusivamente pela luz da razão (GRÜN, 2007).

Com esta ruptura, inicia-se uma distinção entre objeto e sujeito, corpo e alma, natureza e cultura, descartando em consequência, o corpo junto com a natureza como parte da tradição. Transformando esta última num mero espaço, no qual o lugar perdeu sua significação e seu valor. Esta distinção tem determinado o desenvolvimento das ciências pós-cartesianas, para as

quais o método cartesiano tem representado o pilar da configuração do processo de conhecimento, e seus princípios seriam aceitos como adequados na procura do ideal do progresso, e inclusive nas modernas instituições educacionais. Esta concepção objetiva e quantitativa do mundo e da natureza que reduz suas qualidades a aspectos mensuráveis e quantificáveis, constitui o pensamento hegemônico que busca a objetividade moderna e, por sua vez, está na base da crise ecológica, já que, ao negar a corporeidade da natureza, a ciência moderna bloqueia um ambientalismo complementar (GRÜN, 2007).

Nesse processo, tanto o corpo quanto a natureza têm tido uma perda de valor e significado. Esta questão tem ocupado o centro das reflexões e dos debates na Educação Ambiental que abordam a importância de saber qual é a localização do sujeito, e se preocupam por ancorá-lo em algum lugar a partir do qual seja possível a produção de significados. “Neste ponto, a transformação da Natureza num mero “espaço” constitui um dos problemas centrais que enfrentam as teorias educacionais contemporâneas. Pois “lugar” também perdeu sua significação e valor” (GRÜN, 2006, p. 68):

[...] Pode-se sugerir que o propósito dos discursos ecológicos é, portanto, o de conferir ao sujeito um senso de localização histórica. A não *localização* (*unlocatedness*), isto constitui a característica crucial da subjetividade cartesiana. Entretanto, a falta de um local (*locale*) ao qual se identifique foi igualmente importante para a informação do sujeito liberal. Pois aqui também o sujeito foi visto como liberto de quaisquer raízes. Existia independentemente de tudo que estava fora dele, inclusive os ecossistemas de seus ambientes (GRÜN, 2006, p. 68).

Segundo Diamond (2005), algumas sociedades do passado sofreram colapsos ecológicos por causa de práticas que provocaram danos ambientais, através de processos que implicaram o “desmatamento e destruição do hábitat, problemas com o solo (erosão, salinização e perda de fertilidade), problemas com o controle da água, sobrecaça, sobrepesca, efeitos da introdução de outras espécies sobre as espécies nativas” (DIAMOND, 2005, p. 18-19), que incidiram na destruição de recursos ambientais dos quais as suas sociedades dependiam:

O manejo de recursos ambientais de modo sustentado sempre foi difícil, desde que o Homo sapiens desenvolveu a inventividade, a eficiência e as habilidades de caçador há uns 50 mil anos. [...] Os povos do passado não eram maus administradores, ignorantes que merecessem ser exterminados ou espoliados, nem ambientalistas conscientes que resolviam problemas que não podemos resolver hoje em dia. Eram pessoas como nós, enfrentando problemas em muito semelhantes àqueles que encaramos hoje. Tendiam ao sucesso ou ao

fracasso, dependendo de circunstâncias similares àquelas que atualmente nos fazem tender ao sucesso ou ao fracasso (DIAMOND, 2005, p. 24-25).

Segundo o autor, a possibilidade de entrar ou não em colapsos por motivos ecológicos ou pelo impacto ambiental humano, depende da resposta da sociedade, de suas instituições políticas, econômicas e sociais e de seus valores culturais para resolver seus problemas (DIAMOND, 2005). Mas o problema reside em que o dano infringido pela sociedade contemporânea ao meio ambiente é de alcance planetário, somado ao declínio de suas instituições e valores (BOOKCHIN, 1999), em paralelo ao desenvolvimento de uma racionalidade científica caracterizada por fatores riscos induzidos (BECK, 1998).

Para Horkheimer (2002), a civilização ocidental e sua razão pragmática privou à natureza de todo o seu significado e valor, limitando-a ao aspecto de sua exploração dentro das categorias e os métodos da ciência, em função da autopreservação do homem dentro de uma organização social estruturada por necessidades materiais. Consequentemente, o sujeito tenta converter tudo ao seu alcance em um meio para atingir esse fim e, portanto, todas as suas ideias e ações têm implicações pragmáticas:

A transformação total do mundo em um mundo mais de meios do que de fins é em si uma consequência do desenvolvimento histórico dos métodos de produção. [...] Essa forma de percepção também determinou a maneira em que os homens se vêem uns a outros em suas circunstâncias econômicas e políticas. Os modelos que os homens aplicam em sua contemplação da natureza exercem finalmente um efeito retroativo sobre como se refletem os homens no espírito humano. Adaptar-se significa se identificar – em favor da autopreservação - com o mundo dos objetos. Esta maneira deliberada de se tornar como o meio ambiente constitui um princípio universal da civilização (HORKHEIMER, 2002, p. 111,125, tradução nossa)<sup>37</sup>.

O autor enfatiza que a razão sustentada em uma sociedade capitalista, constitui um instrumento de dominação e submissão tanto dos homens quanto da natureza. Este tipo de racionalidade em função da qual se justifica toda classe de crueldade, reside na estrutura da sociedade industrial, no modo de produção e seu processo de instrumentalização da natureza,

---

<sup>37</sup> *La transformación total del mundo en un mundo más de medios que de fines es en sí consecuencia del desarrollo histórico de los métodos de producción. [...] Esta forma de percepción determinó también la forma en que los hombres se ven unos a otros en sus circunstancias económicas y políticas. Los modelos que los hombres aplican en su contemplación de la naturaleza ejercen finalmente un efecto retroactivo sobre cómo se reflejan los hombres en el espíritu humano. Adaptarse significa llegar a identificarse – en aras de la autoconservación – con el mundo de los objetos. Este modo deliberado de llegar a ser como el medio ambiente constituye un principio universal de civilización.*

que a arrasa, a industrializa e a converte em uma arma de consumo de mercadorias reduzindo-a a um objeto de exploração (HORKHEIMER, 2002):

Contudo, a natureza é considerada hoje mais do que nunca como um mero instrumento dos homens. É o objeto de uma exploração total, que não conhece objetivo algum outorgado pela razão e, portanto, nenhum limite. O imperialismo ilimitado do homem nunca está satisfeito. O domínio da espécie humana sobre a Terra não tem paralelo algum naquelas épocas da história natural nas quais outras espécies animais representavam as formas mais elevadas da evolução orgânica. Seus apetites eram limitados pelas necessidades de sua existência física. É verdade que a ambição do homem de estender seu poder em duas direções infinitas, a do microcosmo e a do universo, não tem suas raízes de modo imediato em sua própria natureza, mas na estrutura da sociedade<sup>38</sup> (HORKHEIMER, 2002, p. 127-128, tradução nossa).

Este princípio de domínio do homem sobre a natureza tem sido herdado do Iluminismo e do progresso técnico, dando lugar a um conflito (entre o homem e a natureza), que tem se agravado com a aceitação da doutrina darwinista sobre a sobrevivência dos mais aptos (outro resultado do Iluminismo), que impõe imperativos morais à sociedade tornando-se o axioma mais importante do comportamento e da ética: "Estar bem adaptado ao meio ambiente é equivalente a estar em condições de poder enfrentá-lo com sucesso, de dominar as forças que rodeiam a um" (HORKHEIMER, 2002, p. 134). Em suma, as ideias sobre a objetivação e a racionalização da natureza, marcaram a forma na qual o homem se aproximou a ela, e seu métodos de conhecimentos, que incidiram nas bases do sistema produtivo, e no processo de industrialização do sistema da sociedade capitalista (HORKHEIMER, 2002).

A objetividade da ciência moderna repercutiu no silenciamento da natureza, dando origem às áreas de silêncio da educação contemporânea, formadas pelo processo de negação da tradição e da historicidade de nossa relação com a Natureza. O cartesianismo ao se afirmar como único modo possível de perceber a realidade, negando-se a procurar a verdade na cultura e na tradição, da origem à noção do antropocentrismo no pensamento científico moderno, que na sua preocupação pela conquista da objetividade emudece a natureza, gerando em

---

<sup>38</sup> *Con todo, la naturaleza es considerada hoy más que nunca como mero instrumento de los hombres. Es el objeto de una explotación total, que no conoce objetivo alguno puesto por la razón y, por lo tanto, ningún límite. El imperialismo ilimitado del hombre jamás es saciado. El dominio de la especie humana sobre la tierra no tiene paralelo alguno en aquellas épocas de la historia natural en las que otras especies animales representaban las formas más altas de la evolución orgánica. Sus apetencias estaban limitadas por las necesidades de su existencia física. Ciertamente es que la ambición del hombre de extender su poder en dos direcciones infinitas, la del microcosmos y la del universo, no hunde sus raíces de modo inmediato en su propia naturaleza, sino en la estructura de la sociedad.*

consequência áreas de silêncio na educação moderna, entendidas como “tudo o que foi suprimido e negado” pelo pensamento cartesiano, e que tornou invisíveis tanto a natureza, quanto nossa relação com ela. Recuperar essa relação é a tarefa de todo projeto de educação ambiental cujo ponto de partida deve ser a “tematização das áreas de silêncio” (GRÜN, 2005, 2006, 2007).

O ataque permanente à tradição, feito por Descartes, leva à eliminação da possibilidade de uma Educação Ambiental com uma dimensão histórica e ético-política. A tematização do que foi suprimido pela hegemonia da “clareza e distinção” no pensamento científico insere-se, portanto, como questão de grande urgência (GRÜN, 2006, p. 72-73).

A separação entre o homem e a natureza criou uma concepção naturalista de um mundo natural, como um fenômeno biológico, autônomo e independente da cultura, constituído em oposição ao mundo humano, percebido como problemático e destrutivo. Tal visão tem expressão nas orientações conservacionistas que se dedicam a proteger a natureza das interferências humanas, entendidas sempre como ameaçadoras à integridade daquela, e que têm influenciado o conceito de meio ambiente (CARVALHO, 2006).

A Educação Ambiental surge em um terreno marcado por uma tradição naturalista. Superar essa marca, mediante a afirmação de uma visão socioambiental, exige um esforço por superar a dicotomia entre natureza e sociedade, para poder ver as relações de interação permanente entre a vida humana social e a vida biológica da natureza (CARVALHO, 2006, p. 37).

Segundo Carvalho (2006), a visão predominantemente naturalista-conservacionista tem como consequência a redução do meio ambiente a uma de suas dimensões, desconhecendo a riqueza da interação entre a natureza e a cultura humana. Pelo contrário, a visão socioambiental chama a atenção para os limites de sua apreensão como mundo reduzido à dimensão física e biológica, e orienta-se por uma racionalidade interdisciplinar que pensa o meio ambiente como um campo de interações dinâmicas entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais.

Nesse sentido, Leff (2001) sublinha a importância da educação ambiental fundamentada em uma abordagem interdisciplinar, como processo integrador da percepção fragmentada da realidade legada pelo desenvolvimento das ciências modernas, na análise das relações sociedade-natureza, gerador de novos valores e conhecimentos, que promova uma visão

holística dos sistemas socioambientais e da especificidade de seus processos materiais, “de ordem física, biológica, simbólica, econômica, política e tecnológica”. Nesse aspecto, a interdisciplinaridade ambiental, vai além da articulação das ciências existentes, já que se orienta à transformação do conhecimento e a mobilização de ações para a construção de uma racionalidade ambiental em sentido da construção de uma ordem social fundada na produtividade ecológica e na diversidade cultural. Portanto, “o saber ambiental emerge de uma razão crítica, configurando-se em contextos ecológicos, sociais e culturais específicos, e problematizando os paradigmas legitimados e institucionalizados” (LEFF, 2001, p. 235).

Se bem ainda hoje nosso conhecimento da natureza esta regido pelas concepções cartesianas, é preciso que desde a educação ambiental se possibilitem a criação de outro tipo de abordagens e outros modos de pensar a natureza e de nos relacionar com ela. Portanto, a tarefa da “educação ambiental” consiste em abranger essa relação, já que a natureza tem que ser um Outro a quem devemos respeitar em sua diferença, mas também em nossa interação e reciprocidade (GRÜN, 2005). Portanto, o papel da educação ambiental como mediadora entre a sociedade e o meio ambiente, constitui uma perspectiva dentro da qual a “natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo” (CARVALHO, 2006, p. 36).

Nesta perspectiva, Bookchin (1999) destaca que a crítica à separação entre a humanidade e a natureza, implica também a necessidade de conciliá-las e transcendê-las, através de uma aproximação mais reconstrutiva aos desequilíbrios decorrentes desta separação, a partir de uma abordagem holística que abrange a rede de interdependências dos ecossistemas naturais e as comunidades humanas, os fatores sociais e orgânicos que compõem uma comunidade ecologicamente equilibrada. O autor afirma que a história humana é tanto natural quanto social e, nesse sentido, os mundos humano e natural não podem ser pensados de forma autônoma, pois ambos interagem através de fases complexas de evolução que dá inteligibilidade e ordem às suas relações internas e uma direção ao seu desenvolvimento:

A história natural integra-se à criação da história social como natureza existencial, concreta e ativa que surge do seu próprio desenvolvimento e complexo na forma de ecossistemas igualmente complexos e dinâmicos.[...] A necessidade de dar à natureza algum sentido histórico é tão forte quanto a necessidade de dar um sentido histórico à sociedade (BOOKCHIN, 1999, p. 114, tradução nossa)<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> La historia natural se integra a la creación de la historia social como naturaleza existencial, concreta, activa, que surge de su propio y complejo desarrollo bajo la forma de ecosistemas igualmente complejos y

Nessa lógica, Leff (2001), afirma que o saber ambiental inscreve-se num processo de construção que possibilita não só a geração de um conhecimento científico mais abrangente, mas também produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e de posicionamento diante do mundo favorecendo o “diálogo entre ciência e saber, entre tradição e modernidade”, na revalorização da racionalidade ecológica das sociedades tradicionais, os conhecimentos e os saberes populares produzidos por diferentes culturas em sua coevolução com a natureza, as práticas e os processos produtivos “das populações urbanas, camponesas e indígenas, amalgamadas com formações discursivas, teorias científicas e instrumentos tecnológicos modernos” (LEFF, 2001, p. 226). Para o autor, a especificidade destes processos depende tanto das condições epistemológicas que fundamentam sua apreensão cognitiva, como das condições políticas que levam à sua expressão na ordem do real. É, pois, uma questão de poder que atravessa as ciências e os saberes, que implica a formulação de novas estratégias conceituais para a construção de uma nova ordem teórica, e um novo paradigma produtivo, que questionam a racionalidade econômica e instrumental que legitimou a hegemonia homogeneizante da modernidade.

Esta é uma condição para que a educação ambiental possa cumprir com seu propósito de promover processos de formação de uma consciência ambiental, e de um sujeito ecológico, entendido como um modo ideal de viver sob princípios e valores do ideário ecológico, através de uma experiência de aprendizagem de novos modos de ser, de compreender, e posicionar-se ante o mundo, ante os outros e ante si mesmo, enfrentando os desafios e as crises da sociedade contemporânea, procurando sua transformação. Trata-se de uma condição de modelo ideal, que se expressa de diferentes maneiras “por meio das características pessoais e coletivos de indivíduos e grupos em suas condições sócio-históricas de existência”. Mas, é importante levar em conta que o grau de identificação e adesão a esse conjunto de atributos e valores ecológicos que formam o núcleo indenítário do sujeito ecológico e, principalmente, o grau de realização desse conjunto, varia já que “por ser um perfil ideal, nem todos conseguem realiza-lo completamente em suas condições reais de vida” (CARVALHO, 2006, p. 66).

Segundo Leff (2009), a crise ambiental está implícita na crise de nossa civilização deixando em questão o modelo da modernidade e sua racionalidade econômica, expondo a

---

dinámicos.[...] La necesidad de darle algún sentido histórico a la naturaleza es tan fuerte como la necesidad de darle un sentido histórico a la sociedad.

necessidade de construir outra racionalidade social, orientada por novos valores e saberes; por modos de produção sustentados em bases ecológicas e significados culturais; por novas formas de organização democrática. Esta mudança de paradigma social leva a transformar a ordem econômica, política e cultural, para a qual é imprescindível a transformação das consciências e comportamentos dos sujeitos. Neste sentido, a educação ambiental converte-se num processo estratégico com o propósito de formar os valores, habilidades e capacidades para orientar a transição para a sustentabilidade (LEFF, 2009).

Portanto, precisa-se de um projeto educativo político e crítico, orientado à formação do sujeito humano enquanto ser social, em relação com o mundo e a responsabilidade com os outros e com o ambiente, que pode ser sintetizado na intenção de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formando um sujeito ecológico capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas. Este projeto exige mudanças profundas no espaço pedagógico, e tendo em consideração “seu poder de renovação, bem como as dificuldades intrínsecas à sua implementação nos contextos educativos concretos” (CARVALHO, 2006, p. 151):

A EA pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito, caracterizando o que poderíamos chamar de um movimento que busca produzir novo ponto de equilíbrio, nova relação de reciprocidade, entre as necessidades sociais e ambientais (CARVALHO, 2006, p. 158).

Nesse sentido, “Os sistemas educacionais não podem se contentar com a transmissão passiva da herança cultural. Eles devem formar para a mudança” (MAYA, 2003, p. 359, tradução nossa)<sup>40</sup>. Pode-se concluir então, que a educação ambiental como projeto político, implica deslocar o nível da escolha individual para o nível do projeto social, e reconstituir um tecido de solidariedades, de troca, ajuda mútua, e de mudanças ecologicamente necessárias na maneira de produzir e de consumir, com o fim de aprimorar mudanças normativamente desejáveis no modo de vida e das relações sociais. A defesa ecológica e a reconstituição do mundo, exigem combater à dominação da racionalidade econômica sobre todas as outras formas de racionalidade (GORZ, 2010).

---

<sup>40</sup> *Los sistemas educativos, no pueden contentarse con la transmisión pasiva de la herencia cultural. Deben formar para el cambio.*

## **CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DENTRO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS NA COLÔMBIA**

O seguinte capítulo desenvolve-se através de três seções que apresentam os resultados da análise da presente pesquisa, a partir da articulação de cada um dos objetivos específicos com as categorias definidas no marco referencial. Nesse sentido a primeira seção, “A Educação Ambiental na Colômbia e sua Formulação como Política Pública”, orienta-se a analisar o processo de institucionalização da educação ambiental na Colômbia, bem como o contexto histórico e sociopolítico do seu marco normativo, com o propósito de compreender a lógica que tem orientado sua abordagem e suas considerações sobre a problemática ambiental.

“A Política Nacional de Educação Ambiental e sua Aproximação à Sociedade de Consumo”, é uma seção cujo propósito é indagar o tipo de abordagem que a Política Nacional de Educação Ambiental na Colômbia faz sobre a sociedade de consumo e seus efeitos sobre o meio ambiente através de padrões delimitados pelo mercado, bem como as possibilidades e limitações da política para a compreensão da problemática ambiental derivada deste tipo de sociedade.

Na terceira seção, “A Educação Ambiental na Colômbia e o Desenvolvimento”, pretende-se analisar o contexto da realidade ambiental colombiana, seus antecedentes e a concepção de desenvolvimento presente na Política Nacional de Educação Ambiental do 2002.

A discussão sustenta-se sobre as contribuições teóricas dos autores citados no decurso do referencial teórico, e de autores que têm estudado a problemática ambiental na Colômbia, - tais como Arturo Escobar, Angel Maya, Orlando Fals Borda, Jaime Torres Gonzáles, Manuel Rodríguez Becerra, entre outros – articulados à contribuição da teoria crítica sobre o papel emancipatório da educação.

### **2.1 A Educação Ambiental na Colômbia e sua Formulação como Política Pública**

Na Colômbia<sup>41</sup>, a inclusão da Educação Ambiental no ensino médio senta seus antecedentes em uma série de processos locais derivados de acontecimentos sociais e políticos, a finais dos anos 60 e começos dos 70, desenvolvidos em contextos internacionais que incidiram

---

<sup>41</sup> A Colômbia é um país localizado ao noroeste de América do Sul, com uma área total de 2.070.408 km<sup>2</sup> (COLÔMBIA, 2016 ) e uma população de mais de 49.925.920 milhões de habitantes (COLÔMBIA, 2018).

em nossa realidade nacional. O surgimento do movimento ambientalista no mundo, e todos os acontecimentos que promoveram sua luta, tornaram a crise ambiental uma questão social a escala global que permeou o movimento ambientalista colombiano, nutrido pela mobilização social por parte dos movimentos estudantil e o camponês, que adquiriram matizes característicos de sua configuração local e regional dentro da qual a crise ambiental tem estado associada, em muitos casos, a conflitos territoriais ainda não resolvidos.

Tal é o caso dos processos de ação coletiva que se orientaram à defesa de ecossistemas, de parques nacionais, de territórios sagrados e culturas ancestrais dos Emberá-Katios e os U'wa, e à resistência de indígenas, camponeses e comunidades afrocolombianas para a reivindicação de seus direitos humanos ameaçados pelas confrontações armadas que têm acontecido no país. As mobilizações pelas reivindicações sociais e políticas e pela defesa dos recursos naturais atravessaram por diferentes períodos dentro dos quais se destaca o final da década de 1950 até 1972, no qual sob a liderança da Associação Nacional de Usuários Camponeses (ANUC) no final dos anos de 1960, procurou-se exigir o direito à terra ante os proprietários que, em alguns casos, a usavam como uma fonte de exploração dos trabalhadores, mediante relações sociais pré-capitalistas (ACUÑA, 2007).

Estes movimentos têm sido expressões ecológicas e culturais ligadas ao território como importante fonte de cultura e identidade, portanto, seu controle tem sido o principal propósito de suas lutas que evidenciam as interseções complexas entre natureza e cultura (ESCOBAR, 2010). Dentro deste panorama nacional a questão ambiental começa a se incluir na agenda pública a partir da criação, em 1968, do Instituto Nacional para o Desenvolvimento de Recursos Naturais Renováveis e do Ambiente – INDERENA -, como primeira autoridade ambiental no país que tinha como propósito a gestão e a conservação dos recursos naturais, bem como a regulamentação de seu uso, exploração e comercialização.

Neste contexto, a configuração da educação ambiental foi desenvolvida através de uma estrutura política e institucional cujos princípios foram derivados das recomendações de conferencias internacionais, tal como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em 1972, que têm oferecido pautas para a formulação de uma série de instrumentos legislativos, cuja lógica foi traçada pelos planos de governo que procuravam um maior desenvolvimento econômico para o país e que reduziram o meio ambiente a uma fonte de recursos naturais com potencial para serem transformados em matérias primas. Tal é o caso do

Código dos Recursos Naturais e Proteção do Meio Ambiente<sup>42</sup>, que tem sido uma referência para a formulação da legislação e a gestão ambiental no país, dando lugar à formulação de políticas e à construção de propostas educativo-ambientais.

Este Código foi criado sob a responsabilidade do INDERENA no final do período presidencial (1970-1974) do Misael Pastrana Borrero, dentro do plano de governo conhecido com o nome “As Quatro Estratégias”, cujo propósito foi conceber uma estratégia que pudesse acelerar o desenvolvimento econômico do país. Para tal propósito foi contemplado o crescimento das exportações como condição para garantir a participação da Colômbia nos mercados internacionais, o qual implicava um incremento de sua produção agrícola e industrial (COLÔMBIA, 1974).

O Código foi um instrumento que integrou o desenvolvimento de ações que procuravam a inclusão da dimensão ambiental no currículo da educação formal. Nesta norma foram estabelecidas estratégias de ações educativas através de cursos sobre ecologia, preservação ambiental e recursos naturais renováveis, bem como através da promoção de realização de jornadas ambientais e de campanhas de educação popular para a proteção ambiental e para a melhor gestão dos recursos naturais renováveis.

Embora o código tenha incluído a educação ambiental no currículo, esta é proposta desde uma perspectiva conservacionista com ações isoladas e desarticulada de aspectos sociais e culturais. Segundo Leff (2002), esta visão leva a um certo esquematismo da dimensão ambiental, já que a reduz à incorporação de temas e princípios ecológicos às diferentes matérias de estudo e a um tratamento geral dos valores ecologistas, em vez de tentar traduzir o conceito de ambiente na formação de novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos.

Deste modo, a incorporação do meio ambiente à educação formal limita-se a internalizar os valores de conservação da natureza; a educação interdisciplinar, entendida como a formação de mentalidades e habilidades para apreender a realidade complexa, reduz-se à incorporação de uma consciência ecológica no currículo tradicional; e os princípios do ambientalismo incorporaram-se através de uma visão das inter-relações dos sistemas ecológicos e sociais para destacar alguns dos problemas mais visíveis da degradação ambiental, como a contaminação dos recursos naturais e serviços ecológicos, o manejo do lixo e a deposição de dejetos industriais (LEFF, 2002).

---

<sup>42</sup> Este Código foi emitido pelo Decreto Lei 2811 de 1974 durante o governo de Alfonso López Michelsen.

A pedagogia ambiental expressa-se no contato dos educandos com seu entorno natural e social. Neste sentido, o ambientalismo promove assim movimentos sociais que emergem de conflitos em contextos culturais e territoriais específicos (LEFF, 2002). No caso do território colombiano, a defesa do meio ambiente, sua preservação e conservação tem sido atravessada pelo conflito armado, no qual o enfraquecimento do Estado em zonas de conflito, facilitou a ocupação não planejada e o deslocamento massivo, e estendeu a fronteira agrícola, formando “cinturões de miséria” nas principais cidades. Dentro desta dinâmica o controle territorial por parte dos grupos armados impediu a presença efetiva do Estado e o abastecimento de serviços básicos à população, o que favoreceu a instalação da autoridade de grupos insurgentes e o desenvolvimento de atividades econômicas sobre a base da coca, a mineração ilegal, a tala e o tráfico de espécies (MORALES, 2017).

As lutas pela preservação territorial durante o período compreendido entre 1972 e 1983, coincidem com a denominada “década do desenvolvimento” e foram representadas pelo ambientalismo popular através de protestos da sociedade civil na qual foram engajados os setores populares como os camponeses, indígenas, trabalhadores, e a imprensa nacional em favor de ecossistemas estratégicos tais como o Parque Tayrona, a Ilha de Salamanca, a Sierra da Macarena, a Ilha Gorgona e a Lagoa do Sonso, entre outros. Bem como lutas contra projetos energéticos e produtivos, como a construção da barragem, represa, barragem de Urra no território do Embera Katío no estado de Córdoba, a exploração de minas de estanho por Industrias Puracé S.A. no estado do Cauca e contra a reflorestamento com pinheiros e outras espécies exóticas em várias regiões do país. Muitas dessas lutas foram dirigidas contra o Estado colombiano por não assumir sua responsabilidade na defesa dos recursos naturais, e outras enfrentaram aos empresários e particulares, onde o Estado também estava comprometido (ACUÑA, 2007).

Os grupos armados na Colômbia incluem diferentes atores – guerrilhas, forças armadas e grupos paramilitares de direita -“ dentro de um complexo conflito militar, territorial e político, [mais] interessados em sua própria sobrevivência, do que em soluções pacíficas para o conflito” (ESCOBAR, 2010, p. 34). A insurgência construiu seu poder com base no controle territorial e social, sobre extensas áreas com imensas riquezas naturais que se tornaram uma fonte de lucro para sua expansão como grupos ilegais (MORALES, 2017).

As zonas onde o conflito armado tem sido maior coincidem com as que abrigam uma parte importante do patrimônio natural do país. Trata-se de áreas de alto valor e fragilidade

ambiental que têm sido afetadas por sérios danos ecológicos causados pelos grupos armados e, sobretudo, pelas economias ilícitas a eles associadas. É o caso de ecossistemas como a Amazônia, o Chocó bio-geográfico, a cordilheira dos Andes e a Orinoquia que fazem da Colômbia um dos países mais biodiversos e ricos em fontes de água e solos produtivos (MORALES, 2017).

Também na região do Pacífico, uma área de floresta tropical e espaço de vida de comunidades afro-colombianas e indígenas pertencentes a vários grupos étnicos desde o final dos anos noventa, tem aumentado a presença guerrilheira e paramilitar com a finalidade de obter o controle da área tão rica em recursos naturais quanto ideal para projetos de desenvolvimento em larga escala. O deslocamento forçado tem sido causado em algumas áreas por paramilitares pagos pelos produtores de palmeira africana, com o propósito de expandir e aumentar sua produção de azeite para os mercados mundiais. Essa estratégia foi realizada em nome do desenvolvimento, com recursos fornecidos pelo Plano Colômbia<sup>43</sup>. A resposta do governo foi intensificar a repressão militar, a vigilância e a para-militarização com um conceito de segurança democrática, cuja estratégia consistia em a democracia pela força e sem o direito de discordar (ESCOBAR, 2010). Após o combate militar aumentado com o Plano Colômbia, foi intensificada uma luta entre as guerrilhas e as forças narco-paramilitares e militares, pelo domínio das áreas de cultivo de coca, que têm tido altos níveis de violência, homicídios e deslocamentos, produzidos por todos os atores armados (GONZÁLES, 2009).

### 2.1.1 Implicações do Neoliberalismo para a Formulação de um Projeto Político de Educação Ambiental

As políticas neoliberais, introduzidas na Colômbia pelo governo de César Gaviria desde 1990, foram acompanhadas por uma liderança com características tecnocráticas na esfera econômica e política na reforma do marco constitucional. A implantação do neoliberalismo,

---

<sup>43</sup> O Plano Colômbia foi uma estratégia multimilionária financiada pelos Estados Unidos que tinha a intenção de controlar tanto a produção de drogas quanto o tráfico e a atividade da guerrilha. Liderado pelos governos da Colômbia e dos Estados Unidos, este plano foi uma estratégia de militarização e controle da região andina. Seu primeiro plano de financiamento de 1,3 trilhões de dólares (2000-2002) foi gasto em grande parte em ajuda militar. Entre seus aspectos mais criticados pelas organizações colombianas e internacionais estão o programa de fumigação indiscriminada, o fomento da crescente militarização e o ressurgimento de todo o conflito armado que isso trouxe. Foi amplamente financiado pelos Estados Unidos como uma peça central das duas administrações de Uribe (2002-2006, 2006-2010) (ESCOBAR, 2010).

que gerou mudanças radicais, especialmente a redução do papel do Estado na reforma social e o estímulo direto à economia, constituiu um projeto político que teve continuidade pelas administrações de Ernesto Samper (1994 - 1998); Andrés Pastrana (1998-2002), quem durante seu mandato presidencial implementa o Plano Colômbia; e Álvaro Uribe (2002-2006, 2006-2010) cujo período de governo, comandado por "[...] uma coalizão de conservadores, liberais e correntes de extrema direita, agudizou a polarização do conflito interno ao se erigir como um líder influente que capitalizou o apoio dos grupos de poder" (GONZÁLES, 2009, p. 143, tradução nossa)<sup>44</sup>:

Em seu programa presidencial, Uribe [...] continuou com o Plano Colômbia e assumiu publicamente o discurso de apoio à guerra interna, [...] estimulando a participação de grupos privados no confronto militar contra a guerrilha, o que tem significado uma muito mais aberta colaboração das forças militares estatais com as forças ilegais narco-paramilitares [desencadeando um] combate de baixa intensidade pelas zonas de cultivo de coca [que] envolveu amplamente à população civil e tem propiciado o uso, fumigação e deterioração de grandes áreas de grande riqueza ecológica (GONZÁLES, 2009, p. 155, tradução nossa)<sup>45</sup>.

Tratou-se de um projeto político que Uribe dirigiu em colaboração com forças privadas ilegais e com o respaldo político e militar dos Estados Unidos. Sua liderança autoritária como sistema político baseado na aceitação inquestionável do exercício do poder, combinou a legalidade estatal com estratégias ilegais violentas e relações internacionais que lhe permitiram exercer o controle territorial de amplas zonas do país (GONZÁLES, 2009).

Segundo Ahumada (1996), o modelo neoliberal exige para seu desenvolvimento e manutenção, o esquema de um capitalismo protegido por forças armadas que garantam os processos de privatização, internacionalização da economia, defesa da propriedade e da economia de mercado, onde tenham ingerência vários atores que vão desde o setor financeiro nacional e internacional até os cartéis compatíveis com o sistema. No caso da Colômbia, a era neoliberal desestimou o papel do Estado como integrador da nação, acolheu o investimento privado e alcançou vários de seus objetivos com o exercício da violência manifestada na

---

<sup>44</sup> [...] una coalición de conservadores, liberales y corrientes de extrema derecha, agudizó la polarización del conflicto interno al erigirse como un influyente líder que capitalizó el apoyo de los grupos de poder.

<sup>45</sup> En su programa presidencial, Uribe [...] continuó con el Plan Colombia y asumió públicamente el discurso de apoyo a la guerra interna, [...] propiciando la participación de grupos privados en la confrontación militar contra las guerrillas, lo que ha significado una mucho más abierta colaboración de las fuerzas militares estatales con las fuerzas ilegales narco-paramilitares [desencadenando un] combate de baja intensidad por las zonas de siembras de coca [ que ] involucró ampliamente a la población civil y ha propiciado el uso, fumigación y deterioro de amplias zonas de gran riqueza ecológica.

restrição das liberdades políticas e sindicais, a impunidade nas investigações judiciais por delitos na execução de determinados macro-projetos, bem como a impossibilidade de exercer o controle cidadão sobre os acordos do Estado com entidades privadas e multinacionais (GONZÁLES, 2009).

Os investimentos estrangeiros ocorrem na Colômbia principalmente na exploração de recursos naturais como o petróleo, carvão e metais preciosos. As zonas onde se exploram têm coincidido com as de maior conflito militar, atividade paramilitar e deslocamento forçado. Nesse sentido, o neoliberalismo, que não está relacionado apenas com medidas econômicas, respaldado pelos governos como um meio para alcançar um maior desenvolvimento no país, tem deixado de lado as reformas sociais e até mesmo violado os direitos fundamentais de seus cidadãos. Trata-se de uma construção social nascida de uma ordem excludente com incidência nas decisões políticas e na realidade social do país (GONZÁLES, 2009).

A implantação do modelo neoliberal na Colômbia tem estado acompanhada de um fortalecimento das tendências autoritárias do Estado que, na esfera política, têm-se manifestado na crescente concentração dos processos fundamentais de tomada de decisões em cabeça da elite neoliberal e na marginalização do resto da sociedade destes processos. Institucionalmente, o crescente autoritarismo tem se expressado nas diversas reformas estatais orientadas ao fortalecimento do Executivo e ao reforço da capacidade repressiva do Estado para confrontar o protesto e a mobilização social. Nesse processo, os custos sociais e econômicos das reformas prescritas recaem sobre os setores menos favorecidos e, na medida em que certas reformas têm gerado seu descontentamento, o Estado tem fortificado seus mecanismos repressivos para preservar a ordem social (AHUMADA, 1996).

Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo como sistema normativo, funda um modo de governo das economias e das sociedades baseado na generalização do mercado e da concorrência que orienta suas práticas, com políticas que têm nos conduzido a consequências negativas e desigualdades cada vez mais profundas. Os autores apontam que apressar disso, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves, e ao mesmo tempo questiona: “Como é que [...] essas mesmas políticas vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para coloca-las em xeque? ”. Segundo eles, deve-se falar de sociedade neoliberal e não apenas de política ou economia neoliberal, já que o neoliberalismo, mesmo tendo em muitos casos um efeito adverso sobre as sociedades, possui

uma capacidade de autofortalecimento, graças a “seu sistema de normas e instituições que comprime as sociedades como um nó de força” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 26). Esta tendência deriva da característica totalizadora marcada pela sociedade industrial, cuja coordenação técnico-econômica opera por meio da manipulação das necessidades por interesses criados, impedindo, assim, o surgimento de uma efetiva oposição ao todo (MARCUSE, 1993).

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem alheia a interesse econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferentes de análises (LEFF, 2010). Nesse sentido, precisa-se pensar como contribuir, desde a educação ambiental, à construção de paradigmas endógenos enraizados em nossas próprias circunstâncias, norteados por políticas voltadas para a resolução de conflitos sociais e disfunções com a natureza. Portanto, se entendermos por cultura a interação da sociedade com o ambiente social e natural que a sustenta, devemos intensificar essa interação com o conhecimento de nossa história, de nossas realidades geográficas e nossos recursos (BORDA, 2012), uma vez que:

Quando um marco de referência científico não se enraíza no meio em que é aplicado, aparecem falhas e defasagens teórico-práticas, com implicações disfuncionais para os sistemas culturais, sociais, políticos e econômicos. Tal tem sido o caso de nosso país e seus ambientes, de nossas culturas e de nossos grupos humanos. A situação piora quando os quadros de referência utilizados correspondem a paradigmas desenraizados do nosso contexto, que têm sido inviáveis, e têm-se traduzido em uma fonte de desorganização e anomia, levando a tensões expressas em violência, desordens e abusos destrutivos do meio ambiente (BORDA, 2012, p. 96, tradução nossa)<sup>46</sup>.

Não podemos ignorar que o projeto de educação ambiental na Colômbia tem-se construído sobre bases sociais constantemente minadas por situações de conflito em torno

---

<sup>46</sup> *Cuando un marco de referencia científico no se arraiga en el medio donde se quiere aplicar, aparecen rezagos y desfases teórico-prácticos, con implicaciones disfuncionales para los sistemas culturales, sociales, políticos y económicos. Tal ha sido el caso de nuestro país y de sus ambientes, de nuestras culturas y de nuestros grupos humanos. La situación empeora cuando los marcos de referencia empleados corresponden a paradigmas desarraigados de nuestro contexto, que han sido inviables, y se han traducido en fuente de desorganización y anomia llevando a tensiones expresadas en violencias, desórdenes y abusos destructivos del medio ambiente.*

justamente de seu campo de estudo e reflexão: o meio ambiente. Portanto, é de vital importância indagar sobre o objetivo da educação e sobre aonde ela deveria nos levar? (ADORNO, 1998). Assumir esta questão pode nos ajudar a entender que a educação deve nos levar a refletir sobre a importância de pensar em outro tipo de racionalidade coerente com nossa realidade local, que não entre em conflito com nossas dinâmicas sociais e culturais nem com nossos ecossistemas, e não desconheça os direitos das populações que os habitam.

### 2.1.2 O Processo de Institucionalização da Educação Ambiental como Política Pública

Dentro de um panorama nacional de conflito sociopolítico foi se configurando a educação ambiental como um processo caracterizado pela falta de coerência entre o projeto educativo que pretendia atender as recomendações e princípios das conferências internacionais e um projeto político dirigido por um paradigma de crescimento econômico encaminhado à implementação de políticas neoliberais que, em nome do progresso, justificaram uma série de medidas que têm tido um impacto negativo não só nos ecossistemas colombianos, também no bem-estar social de suas comunidades. Nesta cena política, a dimensão educativa do meio ambiente foi contemplada na formulação de instrumentos legais e programas de planos de governo que foram pautando o desenho de lineamentos para a construção da Política Nacional de Educação Ambiental.

Durante seu mandato, César Gaviria (1990-1994), enquanto aplicava uma série de medidas neoliberais para dar marcha a um projeto de abertura econômica, promovia uma reforma política para uma nova Constituição na Colômbia, na qual foram incluídos direitos sociais, econômicos, políticos e ambientais, bem como certos eixos que permitiriam o apoio às reformas neoliberais e a manutenção de certos direitos das elites autoritárias do país (GONZÁLES, 2009).

Com a promulgação da Constituição Política em 1991, foram incorporados princípios ambientais constituídos em um marco de referência para a educação ambiental no ensino médio que têm desenvolvido processos relacionados com sua institucionalização. Esta norma tem prevista a educação dentro dos "direitos sociais, econômicos e culturais", como um direito e um serviço com uma função social, que inclui entre suas finalidades, formar cidadãos para a proteção ambiental (COLÔMBIA, 2015).

Da mesma forma, dentro dos Direitos Coletivos e do Meio Ambiente, assinala-se o direito de desfrutar de um ambiente saudável e os recursos jurídicos para garantir a participação cidadã nas decisões que podem lhe afetar. Sublinha-se que a diversidade e integridade do meio ambiente serão protegidas e será dever do Estado promover a educação para assegurar a proteção do ambiente e a conservação de áreas de especial importância ecológica. Entre os deveres e obrigações dos cidadãos contempla-se: “Proteger os recursos culturais e naturais do país e cuidar pela conservação de um ambiente saudável” (COLÔMBIA, 2015, p. 28, tradução nossa ).<sup>47</sup>

Apesar de seu caráter constitucional, na década do noventa, a educação ambiental continuava figurando nas diretrizes da política ambiental dos planos de desenvolvimento como uma estratégia de assistência operativa e técnica, que embora visava à conscientização da população, estava encaminhada à realização de campanhas e planos de capacitação sobre o uso adequado e conservação dos recursos naturais, tal e como aparece registrado nos documentos: CONPES<sup>48</sup> 2544 (PLANEACÃO, 1991) - que submete a consideração a Política Ambiental e propõe um Plano Nacional de Educação Ambiental, sob a responsabilidade do Ministério da Educação Nacional -; CONPES 2750 (PLANEACÃO, 1994) - que, embora exponha em seu objetivo uma dimensão do desenvolvimento humano sustentável, dirige sua ação para a garantia da renovação dos recursos e a reorientação de seu uso econômico -; e o CONPES 2910 (PLANEACÃO, 1997), cujo propósito alude à busca de conscientização e mudanças de comportamento na população e à melhoria da capacidade técnico-científica. Os propósitos expostos nos CONPES citados, revelam uma visão da relação da sociedade com o ambiente desde uma perspectiva conservacionista por um lado, e economicista de dominação e controle da natureza como fonte de recursos a serem explorados com fins econômicos, dentro das quais foram demarcadas as estratégias de educação ambiental.

Esta perspectiva desconhece a educação ambiental como uma via para a compreensão do mundo no sistema educacional formal e a promoção de princípios e valores ambientais que induzam nos educandos uma visão da multicausalidade e das inter-relações dos diferentes processos que integram sua vida e gere um pensamento crítico baseado em novas capacidades cognitivas (LEFF, 2002). Esta é uma condição para que a educação ambiental possa alimentar

---

<sup>47</sup> *Proteger los recursos culturales y naturales del país y velar por la conservación de un ambiente sano.*

<sup>48</sup> O Conselho Nacional de Política Econômica e Social - CONPES - é a autoridade máxima de planejamento na Colômbia e um órgão assessor do governo em questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social do país.

o ideal de sujeito ecológico, e opere como mediadora para que esse ideal se transforme em experiências concretas de um sujeito humano, com novos modos de ser, de compreender, de se posicionar ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises da sociedade contemporânea, procurando sua transformação (CARVALHO, 2006).

A Constituição Política de 1991 e a Lei 99 de 1993<sup>49</sup> incorporaram princípios ambientais, constituídos em um marco normativo de referência para a gestão ambiental do país e para a realização do projeto de educação ambiental, assumida em conjunto pelos ministérios do Meio Ambiente e o de Educação Nacional, através de uma articulação regulamentada pela Lei 99 de 1993 para a adoção e criação de programas, planos de estudo e propostas curriculares em Educação Ambiental. Com a sanção da Lei 99 se deram algumas mudanças tais como a dissolução do INDERENA em 1993 e a criação do Ministério do Meio Ambiente como um organismo que passou a substituí-la, assumindo suas funções, entre as quais se destaca:

Adotar, em conjunto com o Ministério da Educação Nacional, a partir de janeiro de 1995, os planos e programas educacionais e o currículo que nos diferentes níveis da educação nacional serão promovidos em relação ao meio ambiente e os recursos naturais renováveis, promover com este ministério programas de divulgação e educação não formal e regulamentar a prestação do serviço ambientais (COLÔMBIA, 1993, p. 3, tradução nossa).<sup>50</sup>

A institucionalização da educação ambiental no ensino básico continuou com sua inclusão na Lei Geral de Educação de 1994, que contém entre os seus fins:

A aquisição de uma consciência para a conservação, proteção e melhoria do meio ambiente, da qualidade da vida, do uso racional dos recursos naturais, da prevenção de desastres, dentro de uma cultura ecológica e do risco e a defesa do patrimônio cultural da nação (COLÔMBIA, 1994, p. 2, tradução nossa)<sup>51</sup>.

Durante este ano o Decreto 1860 de 1994 regulamenta a Lei 115 nos aspectos pedagógicos e organizativos gerais, incluindo o Projeto Educacional Institucional (PEI) que

---

<sup>49</sup> Esta Lei adotou os lineamentos do Código dos Recursos Naturais e Proteção do Meio Ambiente.

<sup>50</sup> *Adoptar, conjuntamente con el Ministerio de Educación Nacional, a partir de enero de 1995, los planes y programas docentes y el pensum que en los distintos niveles de la educación nacional se adelantarán en relación con el medio ambiente y los recursos naturales renovables, promover con dicho ministerio programas de divulgación y educación no formal y reglamentar la prestación del servicio ambiental.*

<sup>51</sup> *La adquisición de una conciencia para la conservación, protección y mejoramiento del medio ambiente, de la calidad de la vida, del uso racional de los recursos naturales, de la prevención de desastres, dentro de una cultura ecológica y del riesgo y la defensa del patrimonio cultural de la Nación.*

entre seus componentes pedagógicos situa o Projeto Ambiental Escolar (PRAE) como um dos eixos transversais do currículo da educação básica (COLÔMBIA, 1994).

Este princípio foi a base a partir da qual se estabeleceram critérios para a promoção da educação ambiental formal e informal através do Decreto 1743 de 1994, que institucionaliza o Projeto de Educação Ambiental para todos os níveis da educação formal, fixa os critérios para a promoção da educação ambiental e regulamenta os Projetos Ambientais Escolares (PRAE), nos níveis da educação formal como um componente pedagógico do currículo da educação básica no marco de diagnósticos ambientais, locais, regionais e nacionais, com o objetivo de contribuir para a solução da problemática ambiental. Este decreto enfatiza uma educação ambiental transversal ao currículo, que incorpore princípios interculturais, formação em valores, regionalização, interdisciplinaridade, bem como participação para a democracia e a resolução de problemas. E também delega a responsabilidade à comunidade educativa sobre o desenho e desenvolvimento do Projeto Ambiental Escolar, exercida através dos diferentes órgãos do Governo Escolar (COLÔMBIA, 1994).

Em 1996, o Ministério de Educação Nacional publicou um documento com o nome “A Dimensão Ambiental: Um desafio para a educação da nova sociedade. Projetos Ambientais Escolares”, com a finalidade de oferecer diretrizes para a inclusão da dimensão ambiental na escola. Este documento afirma que os Projetos Ambientais Escolares (PRAE) devem ter um caráter investigativo, enquadrados numa perspectiva interdisciplinar, científica, tecnológica e social. Dentro das diretrizes metodológicas para sua construção, na qual devem convergir as diferentes áreas do conhecimento, propõe-se partir de um diagnóstico ambiental regional para contextualizar a problemática ambiental, acompanhado da criação de espaços de consulta e participação da comunidade educativa, bem como dos diferentes grupos e instituições presentes no território (CARRASCO, 1996).

Na conformação deste marco normativo, os acordos estabelecidos entre os setores educacional e ambiental deram lugar à realização de ações conjuntas por parte de seus respectivos ministérios para a elaboração de estratégias e lineamentos encaminhados ao processo de construção e formulação da Política Nacional de Educação Ambiental, promulgada no ano 2002.

Esta política expõe a necessidade da formulação de estratégias apropriadas para atingir a problemática ambiental e garantir um ambiente adequado. Seu propósito dirige-se a coordenar ações com todos os setores, atores e cenários implicados na problemática ambiental

e tem a intencionalidade de reconstruir a cultura e lhe orientar para uma ética ambiental no marco do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um instrumento de ações, programas, planes, projetos e estratégias para a construção de uma sociedade igualitária e justa que faça possível a sustentabilidade tanto dos recursos naturais, quanto de uma dinâmica sociocultural respeitável com o outro na diversidade e reconhecadora de seu papel transformador (COLÔMBIA, 2002).

O fortalecimento da institucionalização desta política, bem como sua incorporação no desenvolvimento territorial, foi feita através da sanção da Lei 1549 de 2012, que entende a educação ambiental como um processo dinâmico e participativo, tendendo à formação de pessoas críticas e reflexivas, com capacidade de compreender os problemas ambientais de seus contextos (local, regional e nacional) e para participar da construção de propostas que contribuam para a transformação de sua realidade, através da geração de um marco ético que enfatize atitudes de valorização e respeito pelo meio ambiente. Este instrumento legal também aponta para os Projetos Ambientais Escolares (PRAE), a incorporação dentro da dinâmica curricular, de problemas ambientais relacionados aos diagnósticos de seus contextos particulares, através do desenvolvimento de projetos que possibilitem aos alunos adquirir competências básicas e cidadanias, para a tomada de decisões éticas e responsáveis, ante à gestão sustentável do ambiente (COLÔMBIA, 2012).

A partir dessa perspectiva podemos perceber que a normatividade concede à participação um valioso papel em referência à identificação de problemáticas e formulação de propostas para sua solução. Nesse sentido, reconhece na participação um eixo norteador das práticas sociais de educação ambiental de caráter coletivo e colaborativo, constituídas em processos importantes na produção de uma cultura de diálogo, de mobilização e de potência de ação (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Em seu objetivo geral, a Política Nacional de Educação Ambiental declara proporcionar um marco conceitual e metodológico, a partir de uma visão sistêmica do meio ambiente e a formação integral do ser humano, que norteia as ações de educação ambiental no país, buscando o fortalecimento dos processos participativos, a consolidação da institucionalização da Educação Ambiental para a construção da região e de uma cultura ética e responsável na gestão sustentável do ambiente. Também propõe alternativas metodológicas, conceituais, jurídicas e operativas para promover na sociedade uma educação que incida na transformação de sua realidade e na construção de modelos de desenvolvimento orientados para a sustentabilidade

sociocultural e natural. A política define a educação ambiental desde uma aproximação sistêmica, reconhecendo que a problemática do ambiente não pode ser abordada exclusivamente desde sua dimensão natural, física ou biológica, senão numa interação destas com a dimensão humana que abrange fatores econômicos, sociais, políticos e culturais (COLÔMBIA, 2002).

Dentro de seus lineamentos conceptuais a política apresenta uma definição de ambiente e de educação ambiental desde uma perspectiva integradora. Por um lado, expõe o caráter sistêmico do ambiente, esclarecendo que este é derivado da complexidade dos problemas e potencialidades ambientais e do impacto dos mesmos, tanto nos sistemas naturais, quanto nos sistemas sociais e, portanto, seu estudo não pode ser reduzido à conservação da natureza, à problemática da contaminação por lixo ou ao desflorestamento. Nesse sentido, faz uma aproximação a um conceito mais global de ambiente entendido como um sistema dinâmico definido pelas interações físicas, biológicas, sociais e culturais entre os seres humanos e os demais seres vivos e todos os elementos do meio onde se desenvolvem. Em essa ordem de ideias, a política enfatiza a importância de estudar o ambiente desde um enfoque interdisciplinar e de contexto, dentro da seguinte concepção de educação ambiental (COLÔMBIA, 2002):

De acordo com o caráter sistêmico do ambiente, a educação ambiental deve ser considerada como o processo que lhe permite ao indivíduo compreender as relações de interdependência com seu entorno, com base no conhecimento reflexivo e crítico de sua realidade biofísica, social, política, econômica e cultural, para que, a partir da apropriação da realidade concreta, se possam gerar nele e na sua comunidade atitudes de respeito pelo ambiente. Estas atitudes, por suposto, sustentam-se em critérios para o melhoramento da qualidade de vida e numa concepção de desenvolvimento sustentável (COLÔMBIA, 2002, p. 32-34).

Pode-se observar na linguagem desta formulação a incorporação de uma concepção da educação ambiental além de uma perspectiva conservacionista com fins econômicos para o uso dos recursos naturais. Neste sentido a visão muda e explícita que, tal e como argumenta Carvalho (2006), para apreender a problemática ambiental é necessária uma perspectiva do meio ambiente em que a natureza integra uma rede de relações, não apenas naturais, mas também sociais e culturais. Assim, segundo a autora, a educação ambiental como prática educativa reflexiva contribui ao fortalecimento de uma ética que articula as sensibilidades ecológicas e os valores emancipadores, contribuindo para a construção de uma cidadania ambientalmente sustentável.

Isto nos leva a refletir sobre o pensamento crítico que deve ser promovido desde a educação ambiental, relacionado com a ideia de um ser autônomo, emancipado, tal como é considerado por Adorno (1998) para quem a educação, além de uma simples transmissão de conhecimentos, deve levar à obtenção de uma consciência profunda, através da qual seja possível uma sociedade democrática, com ideais educacionais que apontem para a emancipação, entendida como a decisão autônoma consciente de cada pessoa. Ideia que deve ser assumida na ordem do pensamento e a prática educativa. No entanto, uma prática educativa que visa gerar emancipação não pode ignorar dois problemas difíceis: "A organização do mundo em que vivemos e a ideologia dominante [...] que exerce uma enorme pressão sobre as pessoas, prevalecendo inclusive sobre toda a educação" (ADORNO, 1998, p. 96, tradução nossa)<sup>52</sup>. Em relação ao problema da ideologia dominante, o autor adverte a importância de entender as diferenças em relação ao problema da adaptação:

Emancipação significa, de certo modo, o mesmo que consciência, racionalidade. Mas a racionalidade é sempre também, e essencialmente, exame da realidade, e esta envolve regularmente um movimento de adaptação. Se ignorasse o objetivo da adaptação e não preparasse às pessoas para se orientar adequadamente no mundo, a educação seria impotente e ideológica. Mas se ela permanecer ali, se estiver limitada a produzir "pessoas bem adaptadas", fazendo assim efetivamente possível o prevalecimento do estado de coisas existente, e além em seus piores aspectos, a educação é igualmente problemática e questionável. Nesta medida, é possível dizer que o conceito de educação para a consciência e a racionalidade aponta para uma luta em duas frentes. Talvez a adaptação ao existente seja indomável; mas, em qualquer caso, não deveríamos ceder a ela (ADORNO, 1998, p. 96, tradução nossa)<sup>53</sup>.

A destruição da natureza é uma consequência de práticas dos homens sob determinadas formas de organização social, no seio de uma cultura. Por conseguinte, a questão ecológica ambiental torna-se numa questão social que precisa de uma análise sobre a forma em que na sociedade moderna, a concepção da natureza tem sido reduzida a um meio para se atingir um

---

<sup>52</sup> *La organización del mundo en que vivimos, y la ideología dominante —de la que apenas cabe decir ya que sea una determinada cosmovisión o una teoría— que ejerce una presión enorme sobre las personas, prevaleciendo incluso sobre toda educación.*

<sup>53</sup> *Emancipación significa en cierto modo lo mismo que concienciación, racionalidad. Pero la racionalidad es siempre también, y esencialmente, examen de la realidad, y ésta entraña regularmente un movimiento de adaptación. Si ignorase el objetivo de la adaptación y no preparase a las personas para orientarse cabalmente en el mundo, la educación sería impotente e ideológica. Pero si se queda ahí, si se limita a producir (gente bien adaptada), haciendo así efectivamente posible el prevalecimiento del estado de cosas existente, y además en sus peores aspectos, la educación resulta igualmente problemática y cuestionable. En esta medida cabe decir que el concepto de educación para la conciencia y la racionalidad apunta a un combate en dos frentes. Tal vez la adaptación a lo existente sea indomeñable; pero, en cualquier caso, no deberíamos ceder a ella.*

fim, e assim um objeto de dominação por parte dos sujeitos (GONÇALVES, 2011). Portanto, a análise das causas estruturais da problemática ambiental, relacionadas com a configuração da sociedade de consumo e sua racionalidade econômica, deve ser transversal a todos os processos educativos.

Tanto a prática educativa quanto os instrumentos legais sobre educação ambiental devem se fundamentar, segundo Carvalho (2006), na promoção de valores que constituam um sujeito ecológico com uma postura ética de crítica à ordem social vigente, caracterizada pela produtividade material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, bem como na manutenção da desigualdade e da exclusão social e ambiental. “O mundo contra o qual a crítica ecológica se levanta é aquele organizado sobre a acumulação de bens materiais, no qual a crença na aceleração [...] sem limites tem sido o preço da infelicidade humana” (CARVALHO, 2006, p. 68).

## **2.2 A Política Nacional de Educação Ambiental e sua Aproximação à Sociedade de Consumo**

Considerando que o fenômeno do consumo exige uma reflexão desde uma perspectiva educativa, pretende-se através da presente seção, desenvolver uma análise encaminhada a identificar a aproximação que a Política Nacional Educação Ambiental faz sobre a sociedade de consumo, indagando se na sua formulação se alude à relação de sua racionalidade, suas práticas e padrões com a problemática ambiental. Para tal propósito, o tema será abordado através de duas seções de acordo às perspectivas social e ética, planteadas na política dentro dos lineamentos e princípios orientadores da educação ambiental.

Dentro das formulações da política, a questão ambiental é concebida como um problema social que exprime nosso tipo de organização social e a relação desta com seu ambiente natural. Portanto, assinala-se que a compreensão de nossa crise ambiental, precisa de um olhar para a sociedade que a produz, desde uma perspectiva ambiental a partir da qual possa ser repensada a sociedade como um todo. Sendo assim, supõe-se que há um fator inerente ao modo de desenvolvimento do país que gera a deterioração de sua base natural e que precisa da construção de uma nova realidade e um novo estilo de desenvolvimento, além da conservação e proteção da natureza. Neste cenário, a educação ambiental é entendida como um projeto transformador do sistema educativo para a construção do conhecimento e da formação de indivíduos e

coletivos, relacionada com sua responsabilidade e seu compromisso com a gestão de seu ambiente, através de ações orientadas a compreender criticamente o tipo de sociedade à qual o indivíduo pertence, seu papel nela, e o tipo de relações que estabelece com os outros, com a natureza e com a própria sociedade (COLÔMBIA, 2002).

Esta visão da política pode ser interpretada como uma aproximação a um papel emancipador da educação, orientado ao desenvolvimento de uma consciência presente no pensamento sobre a realidade, que coincide com a capacidade de fazer experiências. Nesta medida a educação para a experiência equivale à educação para a emancipação, dentro da qual é fundamental o indivíduo como centro de força da resistência (ADORNO, 1998).

A relação entre natureza, sociedade e cultura representa para a educação ambiental um desafio epistemológico e político para a busca de novos modos de acessar e compreender a realidade (CARVALHO, 2006). A necessidade de um projeto educativo transformador precisa garantir as condições que façam possível justamente essa transformação, através de um processo emancipatório que faz essencial fomentar nos sujeitos um pensamento crítico frente à ordem imposta na sociedade. Isto requer nos sujeitos a capacidade de interpretar e compreender sua realidade, mas antes disso, conhecê-la. Esse conhecimento pode e deve devir dos instrumentos normativos que orientam e regulam o processo educativo na Colômbia. Portanto, se existe uma Política de Educação Ambiental, se espera desta uma abordagem abrangente de aspectos como o consumo presente em nossa sociedade contemporânea.

A política reconhece pouco acertada a associação do conceito de ambiente com a proteção e conservação de ecossistemas que envolvem relações entre fatores bióticos e abióticos, isenta de uma análise crítica sobre a incidência dos aspectos socioculturais, políticos e econômicos na dinâmica destes sistemas naturais. Portanto, expõe que a problemática ambiental implica a formulação de políticas e a construção de estratégias encaminhadas a resolver interrogantes relacionados com a construção de uma sociedade que se relacione de maneira ética com seu entorno e evolua culturalmente em direção do desenvolvimento sustentável. Nesta mesma perspectiva, questiona “como organizar o consumo e como trabalhar hábitos de consumo adequados a um determinado sistema ambiental?” (COLÔMBIA, 2002, p. 18, tradução nossa)<sup>54</sup>. Esta questão revela uma importância outorgada à relação do consumo com o meio ambiente, e um reconhecimento do consumo como um elemento existente na

---

<sup>54</sup> *¿Cómo organizar el consumo y cómo trabajar hábitos de consumo adecuados a un sistema ambiental particular?*

sociedade e configurador de suas práticas. Mas, se identifica na formulação da política, uma abordagem muito geral sobre a sociedade de consumo, sem muito aprofundamento e sem fazer uma definição ou caracterização da mesma, que contemple suas contradições, seus usos, significados e implicações para a cidadania, ainda enfatize no papel cidadão.

Ainda assim, a política aborda um aspecto específico deste tipo de sociedade, relacionado como a forma em que as relações entre os humanos e o entorno são condicionadas pelos modelos de produção e de consumo, bem como pelos estilos de vida e o sistema de valores implícitos numa sociedade. Sem ser muito explícita, a política faz referência a padrões e práticas que, por sua vez, considera como tema de preocupação da educação ambiental, entendida como uma das estratégias para mudar as relações dos indivíduos e os coletivos com o entorno (COLÔMBIA, 2002).

Pode-se sugerir que esta abordagem se faz desde uma perspectiva crítica enquanto está relacionada com o propósito de entender a responsabilidade dos sujeitos na produção de suas formas de vida e condições de sua realidade. Esta questão é fundamental quando pretende-se superar as formas de vida existentes, explorando possibilidades para alcançar a constituição racional da sociedade da qual depende o livre desenvolvimento dos indivíduos (HORKHEIMER, 2003). Portanto, para poder implementar políticas ambientais eficazes é necessário reconhecer os efeitos dos processos econômicos atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas, e é preciso avaliar as condições ideológicas, políticas, institucionais e tecnológicas que determinam a conservação e regeneração dos recursos de uma região (LEFF, 2010).

Nesse sentido, a política expõe a educação ambiental como uma estratégia fundamental para a construção de valores e princípios, bem como para a troca e transferência de conhecimentos, técnicas e práticas dentro dos processos produtivos. Por sua vez, ressalta o papel dos grêmios da produção e sua responsabilidade no desenvolvimento de estratégias de produção mais limpa e na participação nos processos educativos, através da promoção de estratégias de capacitação empresarial, orientadas a investigar e aplicar tecnologias ambientalmente sustentáveis e fomentar práticas relacionadas com a reutilização dos subprodutos dos processos industriais e agropecuários, a adequada disposição final de resíduos e a prevenção e controle da contaminação em toda a cadeia produtiva (COLÔMBIA, 2002). Esta perspectiva deixa de lado outros aspectos fundamentais que precisam ser questionados, tais como as contradições do mesmo sistema produtivo e suas formas de reprodução que

impedem a mudança do mesmo. Embora aborde processos pedagógicos, observa-se nesta visão uma estreita relação da sustentabilidade com o desenvolvimento de métodos técnicos dentro da formação dos sujeitos relacionados com as cadeias produtivas.

Além disso, a política assinala como aspecto indispensável, a informação e difusão destas estratégias aos diferentes grupos de consumidores para gerar consciência ambiental na população, incitando-a à demanda e uso de bens e serviços de menor impacto ambiental. Portanto, estabelece a importância de coordenar com os grêmios e o setor privado o desenvolvimento de estratégias educativo-ambientais inclinadas às mudanças de hábitos de consumo, para produtos provenientes de processos ambientalmente sustentáveis e que contribuam na construção de uma cultura ética a respeito. Nesse sentido, a promoção de processos educativo-ambientais refere-se à formação para o consumo de produtos, provenientes de sistemas limpos e ambientalmente sustentáveis, dando preferência a aqueles produtos identificados com selo ecológico (promovendo mercados verdes). Aponta então, que desde esta perspectiva, os grêmios têm a responsabilidade de criar e incentivar estratégias de educação ambiental orientadas à construção de uma ética do consumo em particular, e em geral à consolidação de uma cultura ambiental (COLÔMBIA, 2002). Mas, é esta estratégia efetiva para gerar consciência e promover mudanças significativas na conduta dos consumidores? São realmente essas questões as que influem na decisão de compra dos sujeitos?

O consumo é uma categoria a partir da qual podem ser analisadas questões relacionadas tanto com os padrões de consumo que sustentam nosso estilo de vida, quanto com os modelos produtivos de nossa sociedade. Nesse sentido, pode-se observar na formulação da política que não se alude explicitamente a estes padrões, na verdade o consumo é vinculado ao ciclo do processo produtivo, em uma relação dentro da qual a educação ambiental tem um papel mediador entre os grêmios e a sociedade civil para orientar ao consumidor dentro da cadeia de produção. Abordado deste jeito, a reflexão sobre o consumo deixa de lado questões de caráter estrutural que precisam ser questionadas pelos mesmos consumidores, em relação como as mesmas contradições inerentes ao sistema produtivo e o nível de responsabilidade dos grêmios, pois um consumidor não tem como consumir produtos que não sejam oferecidos no mercado. Ante esta questão surgem uma série de interrogantes relacionados com temas expostos de forma pouco precisa pela política, e que tem que ver com o nível de responsabilidade de cada um dos atores do processo: a responsabilidade pelo consumo de produtos é da escolha dos

consumidores ou da indústria e as empresas que produzem, distribuem e oferecem estes produtos no mercado?

Outra questão a ser considerada dentro desta análise é a reflexão entorno ao consumo além do valor mercantil dos objetos, tal e como afirma Canclini (1999, p. 90-91):

O valor mercantil dos objetos [...] é resultante das interações socioculturais em que os homens os usam. [...] Em todas as sociedades os bens exercem muitas funções, e a mercantil é apenas uma delas. Nós homens intercambiamos objetos para satisfazer necessidades que fixamos culturalmente, para integrarmo-nos com outros e para nos distinguirmos de longe, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhe constância ou segurança em instituições e rituais. Portanto, o consumo não pode ser considerado como a mera posse individual de objetos isolados, mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens.

Destaca-se na política seu reconhecimento sobre a necessidade de um espírito crítico e reflexivo para a análise e solução de problemas ambientais que, por sua vez, relaciona com o crescimento econômico e como consequência do desenvolvimento industrial. Mas, ao mesmo tempo, associa o trabalho crítico com um elemento que possa reorientar a cultura científica ao serviço da humanidade, de tal modo que, dentro de sua responsabilidade social, inclua a utilização da ciência e a técnica adequadamente às necessidades próprias de um desenvolvimento social autônomo, que integre também os saberes tradicionais (COLÔMBIA, 2002). Pode-se observar na política, uma exaltação do método científico como um sistema sem contradição alguma e como a alternativa das sociedades para alcançar seu desenvolvimento. Neste aspecto, Adorno (1998) insiste que o pensamento crítico não pode ser isolado dos fatos que revelam injustiça e desigualdade como consequências das contradições e os conflitos provenientes dos mesmos desenvolvimentos científicos de nossa civilização, já que a civilização técnica altamente desenvolvida tem trazido implícita a barbárie, definida pelo autor como um estado caracterizado por "uma vontade de agressão primitiva, por um ódio primitivo [e] por um impulso destrutivo" que se expressa através "do preconceito delirante (ADORNO, 1998, p. 78, tradução nossa)<sup>55</sup>:

---

<sup>55</sup> *una voluntad de agresión primitiva, por un odio primitivo [e] por un impulso destructivo" que se expresa a través del prejuicio delirante, la represión, el genocidio y la tortura.*

Que em nome da ordem, em nome da autoridade, em nome dos poderes estabelecidos, se cometam atos que, por sua própria natureza, tornam patente o deforme e, ainda mais, o impulso destrutivo e a essência truncada da maioria das pessoas é, precisamente, a forma da barbárie erguida hoje em ameaça (ADORNO, 1998, p. 109, tradução nossa)<sup>56</sup>.

As expressões de barbárie não têm sido alheias à história colombiana, tecida através de uma série de episódios de violência que envolvem não só os grupos insurgentes, mas também o próprio Estado que, em sua busca predominante pelo crescimento econômico, tem justificado o uso da violência contra a população civil quando esta tem tentado reivindicar seus direitos. Entre os acontecimentos que mais têm cavado a memória nacional encontra-se o massacre das bananeiras (1928), perpetuado no estado do Magdalena, pelo exército sob ordens do governo, contra centenas de trabalhadores das plantações de banana da United Fruit Company<sup>57</sup>, que exigiam condições de trabalho dignas.

As situações de barbárie, longe de desaparecerem, tornam-se mais agudas com a reciprocidade que o projeto neoliberal mantém na esfera política, repercutindo em tensões internas no território colombiano, dentro das quais têm sido decisivos o investimento estrangeiro e suas consequências para a sociedade através da construção de macro-projetos, que concentram a ação militar paramilitar, com o apoio do Estado (GONZÁLES, 2009):

Paralelamente à construção da estrada Troncal do Magdalena Medio, nos anos 80, houve o maior deslocamento de camponeses nessa região. A concentração do cultivo de banana no Urabá antioquiaqueño, contou com a maior violência contra os sindicatos de banana, mortes e deslocamentos. O projeto de uma via alterna para o Canal do Panamá, anunciado pelo presidente Samper em 1997, coincidiu com o deslocamento massivo de povoadores do norte de Chocó e o cultivo massivo de Palma Aceitera por investidores antioqueños. A construção de usinas hidrelétricas ou o controle de águas, por exemplo, o embalse reservatório de Urrá, em Córdoba, propiciou o assassinato de líderes e o

---

<sup>56</sup> *Que en nombre del orden, en nombre de la autoridad, en nombre de los poderes establecidos se cometan actos que por su propia naturaleza hacen patente lo informe y, aún más allá, el impulso destructivo y la esencia truncada de la mayoría de las personas es, precisamente, la forma de la barbarie erigida hoy en amenaza.*

<sup>57</sup> A United Fruit, por meio de subcontratistas, evadia as obrigações da legislação trabalhista, motivo pelo qual os trabalhadores entraram em greve, exigindo à empresa, o respeito por seus direitos trabalhistas, relacionados ao pagamento de seguro coletivo, pagamentos de invalidez de trabalho, dias de descanso, moradia, instalações hospitalares adequadas e melhores condições salariais, que incluíam a eliminação do pagamento de salários em vales resgatáveis nas lojas da companhia. No entanto, esta empresa recusou-se a negociar, e em aliança com o governo, lançou um plano de guerra para parar a greve que terminou com o assassinato de grevistas desarmados, cujo número de mortes ainda não foi determinado, nem têm sido esclarecidas as condições das mesmas, devido às irregularidades e obstáculos (por parte do governo) presentes nas investigações realizadas sobre este fato (BRUNGARDT, 1987).

deslocamento de milhares de pescadores, camponeses e indígenas naquela área (GONZÁLES, 2009, p. 140-14, tradução nossa)<sup>58</sup>.

Dentro das justificações para sua formulação como instrumento normativo, a política expõe a possibilidade de posicionar a educação ambiental como um discurso crítico da cultura e da educação convencional, mobilizador de transformações profundas da realidade ambiental da Colômbia. Portanto, assinala fundamental para o indivíduo o conhecimento de seu espaço, seu tempo e sua historicidade, para a compreensão de seus limites e potencialidades e da dinâmica social, que lhe permitam valorar sua cultura dentro de critérios de diversidade (COLÔMBIA, 2002). Mas a política não especifica as razões pelas quais se necessita dessa transformação, nem menciona as causas ou fatos específicos que precisam de um pensamento crítico, também não especifica as mudanças imprescindíveis em nossa realidade nacional. O elemento crítico da educação ambiental fundamenta-se na sua análise das causas e consequências das situações de barbárie enraizadas em nossa cultura, muitas delas derivadas de conflitos ecológicos. O que pode ser feito desde a educação ambiental para evitar esta situação, é uma questão necessária dentro da política como primeiro passo para alcançar mudanças significativas.

Adorno (1998) afirma que a tarefa urgente da educação é justamente a superação da barbárie como um pressuposto de sobrevivência da humanidade, ao qual "deve servir a escola, por mais limitadas que sejam seu alcance e suas possibilidades", já que "a chave para uma mudança radical está na sociedade e em sua relação com a escola" (ADORNO, 1998, p. 78, tradução nossa)<sup>59</sup>. O autor afirma que, mesmo que os fatores objetivos da barbárie residam nos próprios sistemas sociais, esse problema deve ser levantado de forma prioritária no sistema educacional, a fim de irromper na consciência dos sujeitos para fazer possível uma transformação:

---

<sup>58</sup> [...] paralelo a la construcción de la carretera 'Troncal del Magdalena Medio' en los años 80s se produjo el mayor desplazamiento de campesinos en esa región. La concentración del cultivo del banano en el Urabá antioqueño, contó con la mayor violencia contra los sindicatos bananeros, muertes y desplazamientos. El proyecto de una vía alterna al Canal de Panamá, anunciada por el presidente Samper en 1997, coincidió con el desplazamiento masivo de pobladores del norte del Chocó y la siembra masiva de Palma Aceitera por inversionistas antioqueños. La construcción de Centrales Hidroeléctricas o de control de aguas, por ejemplo el Embalse de Urrá en Córdoba, propició el asesinato de líderes y el desplazamiento de miles de pescadores, campesinos e indígenas en dicha zona.

<sup>59</sup> "debe servir la escuela, por limitados que sean su ámbito y sus posibilidades" ya que "la clave de un cambio radical está en la sociedad y en su relación con la escuela".

Enquanto for a sociedade a que gera, por si só, a barbárie, é certo que a resistência da escola só pode ser mínima. Mas se a barbárie [...] é precisamente o oposto à formação cultural, então o essencial também depende de que os indivíduos sejam ajudados a sair da barbárie, para superá-la. [...] Em um mundo como o atual, em que não se vislumbram, pelo menos por enquanto, possibilidades de maior amplo alcance, opor-se aquilo é algo que compete ante todo à escola. É por isso que é tão extremamente importante, apesar de todos os argumentos teórico-sociais que podem ser apresentados, que a escola cumpra sua missão, a consciência de que a esse fim ajuda o que a própria escola tome consciência da funesta herança de representações que pesa sobre ela (ADORNO, 1998, p. 78, tradução nossa)<sup>60</sup>.

Nesta medida, a educação ambiental pode contribuir à consecução deste alvo, a partir de uma dimensão ética, a qual é esboçada na formulação da política como um fator essencial para a reflexão crítica e, portanto, pilar fundamental em qualquer processo educativo que pretenda incidir na conscientização e na formação dos indivíduos e dos coletivos, em atitudes e valores orientados a interagir adequadamente com seu ambiente. Além disso, a política considera que as alternativas de solução aos problemas ambientais devem ser o produto das decisões responsáveis dos indivíduos, as comunidades e da sociedade, atendendo aos critérios de participação, de valorização de seu entorno, sentido de pertença e identidade (COLÔMBIA, 2002).

Ante esta perspectiva ética da educação ambiental, cabe perguntar como lograr estes objetivos dentro dos processos de ensino médio, levando em conta o tipo de racionalidade de nossa sociedade, conduzida por uma lógica neoliberal, na qual a essência da ordem de mercado reside na concorrência, como uma norma que ultrapassa as práticas econômicas, atingindo diretamente até os indivíduos em sua relação consigo mesmos e com efeitos sobre as práticas sociais (DARDOT; LAVAL, 2016). Frente este assunto, Adorno (1998) afirma que um dos costumes dentro do sistema educativo é a concorrência assumida como um meio central da educação para aumentar o rendimento. O autor afirma que à concorrência não pode ser adjudicado um papel decisivo dentro da educação, e a ideia de que “você tem que se preparar para uma sociedade competitiva através da competição na escola” (ADORNO, 1998, p. 111),

---

<sup>60</sup> *Mientras sea la sociedad la que genera, a partir de sí misma, la barbarie, es seguro que la resistencia de la escuela sólo podrá ser mínima. Pero si la barbarie, [...] es precisamente lo opuesto a la formación cultural, entonces lo esencial depende también de que los individuos sean ayudados a salir de la barbarie, a superarla. [...] En un mundo como el actual, en el que no se vislumbran, al menos de momento, posibilidades de más amplio alcance, oponerse a ello es cosa que compete ante todo a la escuela. De ahí que sea tan extremadamente importante, a despecho de cuantos argumentos teórico-sociales puedan esgrimirse en contra, que la escuela cumpla su misión, a conciencia de que a ese fin ayuda el que la propia escuela tome conciencia de la funesta herencia de representaciones que pesa sobre ella.*

tem que ser examinado com seriedade, pois a concorrência é um princípio oposto a um ensino fundamentado em formas humanas.

Esta questão está implícita nas práticas sociais da sociedade de consumidores, em que os vínculos humanos tendem a ser mediados pelos mercados de bens de consumo, repercutindo em ligações frágeis e leves, desintegráveis sem qualquer dificuldade e tão fáceis de romper quanto de estabelecer, regidos por condutas comparáveis à dos enxames que tendem a substituir o grupo (BAUMAN, 2008):

Eles se reúnem, se dispersam e se juntam novamente, de uma ocasião para outra, guiados a cada vez por relevâncias diferentes, invariavelmente mutáveis, e atraídos por alvos mutantes e móveis. O poder de sedução dos alvos mutáveis é suficiente para coordenar seus movimentos. [...] Os enxames não são equipes; não conhecem a divisão do trabalho. São nada mais do que a “soma de suas partes”, ou agregados de unidades dotadas de autopropulsão, unidas unicamente (para continuar revisitando e revendo Durkheim) pela “solidariedade mecânica”, manifestada na reprodução de padrões de comportamento semelhantes e se movendo numa mesma direção. [...] Cada unidade do enxame reproduz os movimentos feitos por alguma outra, (no caso de enxames de consumo, o trabalho realizado dessa forma é o de consumir) (BAUMAN, 2008, p. 99-100).

Bauman (2010) questiona as oportunidades da ética no mundo dos consumidores, no qual são promovidos valores individuais na busca da felicidade. Nesse sentido, a responsabilidade e escolha responsável, que estavam relacionados com o dever ético e a preocupação moral com o Outro, foram deslocados para a esfera da autossatisfação e do cálculo de riscos. Nesse processo, o Outro como objeto de uma responsabilidade ética e moral, desaparece e é considerado como um competidor. A substituição da responsabilidade pelos outros por uma “responsabilidade para consigo mesmo” torna as “escolhas responsáveis” em ações com uma finalidade de garantir interesses individuais. Esta é uma das razões pelas quais, na sociedade de consumidores, os hábitos de consumo têm implicações éticas e sociais sobre as quais se faz fundamental refletir em busca de uma contribuição nas mudanças tanto de mentalidade quanto de padrões de comportamento.

Segundo Bauman (2008, 2009), um dos comportamentos promovidos por esses padrões, está relacionado com o corpo do consumidor que se torna uma fonte de ansiedade e inconformidade para os sujeitos, que desencadeia em alguns casos, doenças físicas e psíquicas tais como a bulimia e a anorexia. Por sua parte, o mercado tem-se lucrado com o desejo das pessoas por reduzir ou eliminar esses sentimentos de incerteza, promovendo seus corpos como

um alvo central do marketing, tornando seus cuidados uma fonte de lucro. O autor indaga se o controle sobre os nossos corpos tem se convertido numa de nossas maiores preocupações, e se em comparação ao passado, somos mais inseguros “sobre o que nossos corpos são e como devemos controlá-los, tal como estamos inseguros sobre os critérios pelos quais esses corpos devem ser avaliados” (BAUMAN, 2008, 2009, p. 118).

Estes padrões também têm conseguido se inserir no âmbito dos relacionamentos humanos através do mercado de consumo. Nesse sentido, as relações entre os indivíduos constroem-se sob as leis do mercado, seguindo os padrões das relações entre os consumidores e os objetos de consumo. Este regulamento fomenta relações de curta duração, centralizadas na utilidade e na satisfação, reduzindo as possibilidades de estabelecer vínculos baseados em valores éticos e em sentimentos genuínos. Além disso, o mercado tem alterado as relações interpessoais oferecendo atalhos tecnológicos ante objetivos que para serem alcançados, antes precisavam do uso de habilidades pessoais e da vida em sociedade (BAUMAN, 2008, 2009). Em relação a esta questão, Giddens (1991) afirma que as tendências globalizantes da modernidade transformaram a intimidade nos contextos da vida cotidiana nos quais as relações sociais têm sido mediadas pelo uso de sistemas abstratos que não presupõem contato pessoal nem laços afetivos, dando lugar a compromissos sem rosto e relações impessoais.

### 2.2.1 A Dimensão Ética e a Participação Cidadã

No marco da política, a educação ambiental é proposta como uma estratégia para a formação dos sujeitos sob um princípio ético e de responsabilidade cidadania, fundamentada na compreensão das dinâmicas naturais e socioculturais que convergem na sua realidade. Trata-se de promover uma cidadania para a participação crítica e responsável em processos de gestão ambiental e na tomada de decisões e a busca de consenso na resolução de conflitos ambientais (COLÔMBIA, 2002). Frente a esta perspectiva, a cidadania constitui um meio através do qual os sujeitos podem reclamar, frente ao poder do Estado e do mercado, seu direito de participar nos processos de produção e abastecimento de serviços básicos, assim como na tomada de decisões que afetam suas condições e sua qualidade de vida. Constitui também, uma via para a exigência da equidade e da igualdade, bem como para o alcance da sustentabilidade ecológica e a justiça ambiental (LEFF, 2002).

Dentro deste processo, a criação de espaços de convivência nas escolas pode representar uma proposta pedagógica-metodológica desenvolvida tanto no ambiente escolar quanto na realidade local, como contextos de vivência e convivência de aprendizagens. A valorização das culturas locais, o respeito à multiplicidade de experiências, valores e ideias na construção de ações para a sustentabilidade podem ser a chave para uma mobilização comunitária. Isso se constrói a partir de uma estreita relação tecida entre a escola e seu entorno imediato, através da participação na elaboração de propostas de ação (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009).

Mas, vale aclarar que a questão da equidade na sustentabilidade não pode ser resolvida só com uma melhor distribuição da renda ou a equidade no consumo igualitário da racionalidade econômica, nem de uma reivindicação, por parte das populações empobrecidas, de elevar seus níveis de renda e satisfazer suas necessidades básicas através de uma distribuição mais equitativa do consumo (Leff, 2002). Em relação a esta questão são pertinentes as reflexões de Canclini (1999, p. 91):

Podemos atuar como consumidores nos situando somente em um dos processos de interação - o que o mercado regula - e também podemos exercer como cidadãos uma reflexão e uma experimentação mais ampla que leve em conta as múltiplas potencialidades dos objetos, que aproveite seu “virtuosismo semiótico” nos variados contextos em que as coisas nos permitem encontrar com as pessoas.

Segundo a política, a educação ambiental deve-se vincular aos problemas e potencialidades ambientais das comunidades, uma vez que estão relacionados com sua estrutura social e cultural. Neste sentido, sua inclusão no currículo deve ser feita através de um processo sequencial e permanente de formação, que parta de leituras de contexto para o reconhecimento e compreensão da problemática ambiental local, como etapa previa à execução de ações destinadas a encontrar soluções comuns, não só para os atores da escola, mas para todos aqueles que estão envolvidos na problemática mesma (COLÔMBIA, 2002). Vale a pena perguntar qual é a leitura de contexto que está sendo feita desde as escolas colombianas, e se dentro desta, tem sido dimensionada a problemática derivada dos conflitos ambientais que têm lugar no país e que têm provocado a mobilização dos grupos sociais que lutam pela demanda de seus direitos sobre o meio ambiente.

Dentro dos seus desafios, a política contempla promover estratégias didático-pedagógicas encaminhadas à apropriação das normas legais estabelecidas para a gestão ambiental do país, e na formação das comunidades para a resolução de conflitos ambientais e

dos diferentes atores regionais para o exercício de direitos constitucionais -tais como o referendo, o plebiscito, a revogatória, as consultas, as ações populares-, fazendo deste um ato pedagógico ambiental (COLÔMBIA, 2002). A política é acertada ao salientar o exercício da participação para a reivindicação de direitos no marco do meio ambiente, mas é necessário que na promoção de cenários de participação sejam propiciados também espaços para a confrontação e análise das contradições presentes em nossa realidade nacional, relacionada com os riscos e ameaças das quais são vítimas os ativistas ambientais no país, que precisamente por fazer uso de seus direitos e exigir a reivindicação dos mesmos para a proteção de seus recursos e ecossistemas, tem sido alvo de ameaças, e vulneração de seus direitos humanos. Também é pertinente dentro dos processos pedagógicos, as reflexões sobre o papel da cidadania como um instrumento de mobilização para a identificação das causas e consequências dos conflitos ambientais, posicionando-se ante as ambiguidades de nosso modelo de desenvolvimento.

Os conflitos relacionados com as lutas dos grupos sociais por legitimar formas de uso e apropriação dos bens ambientais, têm como motivo central a tensão entre o caráter público dos bens ambientais e sua disputa por interesses privados. Estes bens garantidos constitucionalmente como públicos, são objeto de uma distribuição desigual, marcada pelo domínio de uma racionalidade instrumental e utilitária, na qual prevalecem os interesses privados sobre os interesses coletivos, limitando e vulnerando o direito de acesso aos bens e recursos ambientais em detrimento da natureza como base natural dos ambientes da vida social, que, em consequência, submete a condições de precariedade às populações locais (CARVALHO, 2006).

No caso da Colômbia há uma tendência de aumento nos conflitos ecológicos, já que segundo dados do Atlas Global de Justiça Ambiental, até o ano 2016 foram identificados 128 conflitos ambientais derivados de atividades de extração de recursos naturais por parte de empresas nacionais e multinacionais que têm ameaçado e violado os direitos das populações sobre o meio ambiente e o uso de seus recursos, as quais têm estado impotentes sem o respaldo das autoridades públicas ante os impactos negativos dessas operações sobre seus territórios (tais como os sistemas aquáticos poluídos e os solos desertificados), que afetam sua saúde e sua qualidade de vida (GLOBAL WITNESS, 2017).

Com respeito à proteção e aplicação dos direitos, a Constituição colombiana (CÔLOMBIA, 2015) é enfática ao se referir à garantia e regulamentação legal das ações populares para a proteção dos direitos e interesses coletivos relacionados com o ambiente.

Igualmente, assume sua responsabilidade de regulamentar as ações originadas nos danos ocasionados a um número de pessoas, definindo os casos de responsabilidade pelo dano aos interesses coletivos:

Artigo 88. A lei regulará as ações populares para a proteção dos direitos e interesses coletivos, relacionados ao patrimônio, o espaço, a segurança e saúde pública, a moral administrativa, o ambiente, a livre concorrência econômica e outros de natureza semelhante que são definidos nela. Também regulará as ações originadas nos danos causados a um número plural de pessoas, sem prejuízo das correspondentes ações particulares. Da mesma forma, definirá os casos de responsabilidade civil objetiva pelo dano inferido aos direitos e interesses coletivos (COLÔMBIA, 2015, p. 26, tradução nossa)<sup>61</sup>.

Em relação a estas medidas de proteção e à garantia do Estado sobre a participação das comunidades nas decisões que possam afetá-las, mais uma vez apresentam-se contradições com a realidade nacional. No caso da Guajira,<sup>62</sup> a construção de extensas minas de carvão foi imposta à comunidade sem seu consentimento, já que nunca foram informados ou consultados sobre as operações de construção e expansão da mina levadas a cabo pela empresa Cerrejón<sup>63</sup>, e que durante as últimas três décadas tem deslocado a numerosas comunidades indígenas e afrocolombianas. Ante esta situação tem sido levantada uma voz de protesta dos líderes comunitários, que têm se mobilizado para proteger seus direitos ambientais e denunciar os danos medioambientais causados pela mina. Mas, sem a proteção das autoridades públicas, os ativistas ambientais têm sido vítimas de ameaças e intimidações por fazerem denúncias. Muitos deles têm sido assassinados (GLOBAL WITNESS, 2017).

Na Colômbia, os conflitos pelo controle da terra e os recursos naturais têm tido lugar entre as comunidades locais, o governo e as corporações responsáveis pelos megaprojetos<sup>64</sup>, especialmente nos setores da mineração, petróleo, exploração florestal, agroindústria, entre outros. As multinacionais têm sido frequentemente acusadas pela cumplicidade com as forças paramilitares culpáveis de graves violações dos direitos humanos, e alguns integrantes das

---

<sup>61</sup> Artículo 88. La ley regulará las acciones populares para la protección de los derechos e intereses colectivos, relacionados con el patrimonio, el espacio, la seguridad y la salubridad pública, la moral administrativa, el ambiente, la libre competencia económica y otros de similar naturaleza que se definen en ella. También regulará las acciones originadas en los daños ocasionados a un número plural de personas, sin perjuicio de las correspondientes acciones particulares. Asimismo, definirá los casos de responsabilidad civil objetiva por el daño inferido a los derechos e intereses colectivos.

<sup>62</sup> Estado localizado na península nororiental da Colômbia

<sup>63</sup> O Cerrejón, propriedade de Glencore, BHP Billiton e AngloAmerican, é uma das minas a céu aberto mais grande de América Latina.

forças armadas do governo, vinculados aos assassinatos como os presumíveis autores, que ainda têm ficado na impunidade, pela falta de seu processamento judicial (GLOBAL WITNESS, 2017).

O ambiente como direito coletivo está decretado na Constituição Política de Colômbia através de vários artigos dentro dos quais destaca-se o seguinte:

Artigo 79. Todas as pessoas têm o direito de desfrutar de um ambiente saudável. A lei garantirá a participação da comunidade nas decisões que possam afetá-lo. É dever do Estado proteger a diversidade e a integridade do ambiente, conservar as áreas de especial importância ecológica e promover a educação para a consecução destes fins (COLÔMBIA, 2015, p. 26, tradução nossa)<sup>65</sup>.

Neste artigo, destaca-se o ambiente como um direito constitucional, bem como a responsabilidade do Estado para sua proteção e conservação, mas estes princípios entram em contradição com projetos geradores de conflitos socioambientais promovidos pelo modelo de desenvolvimento extrativo dos últimos governos, nos quais têm participado empresas nacionais e estrangeiras e que têm se orientado à exploração da mineração, biomassa, energia fóssil, ouro e o carvão, afetando em grande medida às comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas que têm sido expulsos de seus territórios. As atividades extrativistas têm gerado entre os principais impactos ambientais a poluição da água; perda da paisagem, perturbação do sistema hídrico e contaminação do solo. Por outro lado, também têm representado riscos para a saúde das populações, causando doenças respiratórias e infecciosas e a desnutrição. Os principais impactos sociais se traduzem na e desapropriação de terras, a ameaça dos meios de subsistência, da soberania alimentar, e das práticas e identidade culturais (PÉREZ-RINCÓN, 2016).

A resolução destes conflitos transita entre a negociação e o uso da violência. As formas de mobilização e resistência das comunidades afetadas, em busca de justiça ambiental por meio do uso de mecanismos legais e institucionais contemplados dentro da normatividade ambiental, são confrontadas com o uso de meios violentos pelos responsáveis da execução dos projetos -

---

<sup>65</sup> *Artículo 79. Todas las personas tienen derecho a gozar de un ambiente sano. La ley garantizará la participación de la comunidad en las decisiones que puedan afectarlo. Es deber del Estado proteger la diversidad e integridad del ambiente, conservar las áreas de especial importancia ecológica y fomentar la educación para el logro de estos fines.*

principalmente dos setores da mineração, energia fóssil e extração de biomassa -, através da repressão, perseguição, deslocamento, ameaças, criminalização, desaparecimentos e assassinatos dos ativistas (PÉREZ-RINCÓN, 2016).

Em relação à questão das ações legais frente aos conflitos ecológicos, é importante ter presente as considerações de Leff (2002) sobre as dificuldades para estabelecer marcos jurídicos e procedimentos legais efetivos para diminuir conflitos com base num acesso equitativo aos recursos e para o reconhecimento dos direitos das populações locais a autogerir seus territórios, seus recursos e o controle de seus processos econômicos e produtivos, objeto das lutas ecológicas. Segundo o autor, os direitos ambientais vão além das reivindicações econômicas, pois o problema não se limita à valorização do dano ecológico e aos procedimentos jurídicos que permitam sua compensação, ou aos lucros derivados da apropriação de seus recursos, já que a desigualdade ambiental não se resolve internalizando os custos ecológicos na lógica do mercado como condição para equilibrar o desenvolvimento com a proteção do ambiente. A equidade diante da sustentabilidade deve levar a perceber como a racionalidade tecnológica e econômica afeta os equilíbrios ecológicos existentes e as formas culturais de acesso e transformação de natureza, gerando novas formas de desigualdade social e de distribuição ecológica dos recursos entre os diferentes atores sociais:

Os conflitos ambientais surgem da confrontação de interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômico-ecológica. No campo da justiça ambiental, a construção dos direitos emerge do posicionamento de grupos sociais e de movimentos sociais frente aos impactos ecológicos ocasionados pelos padrões de exploração dos recursos naturais. Entretanto, os conflitos ambientais não se limitam a prevenir os impactos ecológicos e a estabelecer um marco jurídico para a compensação desses danos. Esses conflitos se estendem às formas alternativas de usos dos recursos, que hoje se defronta com empresas transnacionais e nacionais, que expandem suas estratégias de capitalização da natureza sobre territórios indígenas e camponeses, com os direitos autônomos dos povos (LEFF, 2002, p. 362).

Segundo a política, a educação ambiental, deve ser uma educação para a mudança de atitudes em relação ao ambiente no qual se desenvolvem os indivíduos e as coletividades, para a construção de valores que incluam a tolerância, o respeito pela diferença, a convivência e a coexistência pacífica e participação, entre outros valores democráticos. Por conseguinte, implica uma formação em responsabilidade, intimamente ligada a uma ética cidadã. Neste sentido, reconhece-se a cidadania como uma ferramenta para a participação entendida como

um processo pedagógico que permita não só a compreensão da democracia, mas a mobilização coletiva, em busca de consenso e a construção de estratégias que possibilitem a convivência harmônica dos diferentes grupos sociais (COLÔMBIA, 2002).

Através da ética cidadã, pode-se estabelecer uma consciência para a defesa dos direitos ambientais que vão além do propósito da conservação ou apropriação da natureza, pois não só procuram ajustar a ordem jurídica preestabelecida às exigências da sustentabilidade, para compatibilizar o crescimento econômico com a conservação ecológica. Nesse sentido, os direitos ambientais não só se definem como direitos da natureza, nem implicam só um agregado de normas para vigiar o uso e castigar o abuso dos recursos naturais. Trata-se de reivindicações expressas nas demandas de dignidade e justiça que hoje mobilizam às populações no plano cultural e político. Portanto, através da cidadania pode-se dar uma forma de resistência contra a ordem estabelecida da capitalização da natureza e da cultura, da produção material e simbólica, com o propósito de abrir novos processos políticos e jurídicos para a apropriação social da natureza, legitimando um espaço próprio nos processos de tomada de decisões diante do Estado e da empresa (LEFF, 2002).

“Do ponto de vista de sua dimensão político pedagógica, a educação ambiental poderia ser definida, lato sensu, como uma educação crítica voltada para a cidadania” (CARVALHO, 2006, p. 163), uma cidadania que inclui como objeto de direitos a integridade dos bens naturais, o caráter público e a igualdade na sua gestão. Nesse sentido, uma educação ambiental crítica deve fornecer os elementos para a formação de um sujeito capaz de identificar e compreender a dimensão conflituosa das relações sociais que se expressam em torno da questão ambiental, bem como de se posicionar diante desta. Promovendo uma ação emancipadora, estabelecendo um campo de diálogo entre as reivindicações ambientais e as demandas populares, entendendo as lutas ambientais como espaços de ação emancipadora que devem ser valorizados por uma prática educativa que se some à busca de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. Assim, a educação ambiental estaria ao lado das forças integrantes de um projeto de cidadania democrática, ampliada pela ideia de justiça ambiental, entendida como a responsabilidade de todos na preservação dos bens ambientais e a garantia de seu caráter coletivo (CARVALHO, 2006).

Para tanto, a Educação Ambiental deve auxiliar-nos em uma compreensão do ambiente como um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre os modos de vida humanos e suas formas peculiares de interagir com os elementos

físico-naturais de seu entorno, de significá-los e manejá-los. Esses laços de convivência entre os seres humanos e sua base natural e existência estamos chamando de relações sociedade – natureza, e a desarmonia que aí se instaura de conflitos socioambientais (CARVALHO, 2006, p. 163).

## 2.3 A Educação Ambiental na Colômbia e o Desenvolvimento

### 2.3.1 O Contexto do Desenvolvimento na Colômbia

A questão que orienta a análise da presente seção relaciona-se com a identificação da concepção de desenvolvimento plasmada no marco da Política Nacional de Educação Ambiental e sua relação com a educação dentro de suas formulações. Previamente, será apresentada de forma geral, uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento na Colômbia e alguns aspectos associados a suas implicações para o meio ambiente durante o período de governo 2002-2006 dentro do qual foi sancionada a política.

O ponto de partida é o pressuposto de Marcuse (1993) sobre as formas de controle reproduzidas e perpetuadas nas sociedades modernas, através do sistema produtivo, impossibilitando qualquer tipo de transformação, já que o desenvolvimento das forças produtivas integra um sistema totalitário no qual o progresso técnico se desenvolve dentro de um quadro de dominação que cria formas de vida e poder, dirigidas por uma estrutura técnica e a eficiência do aparato produtivo que, por sua vez, neutraliza as forças opostas do sistema. Segundo o autor, em consequência, são alteradas as bases da crítica e é contida a "mudança social, que estabeleceria instituições essencialmente diferentes, uma nova direção do processo produtivo, [e] novas formas de existência humana" (MARCUSE, 1993, p. 22, tradução nossa)<sup>66</sup>. Portanto, na ausência de agentes evidentes de mudança social, perpetuam-se as formas tecnológicas de controle social que compõem um projeto que abrange a cultura, a política e a economia em um sistema que rejeita todas as alternativas, gerando, entre outras tendências:

concentração da economia nacional nas necessidades das grandes empresas, com o governo como uma força estimulante, de apoio e algumas vezes até de controle; sujeição desta economia a um sistema mundial de alianças militares, acordos monetários, assistência técnica e modelos de desenvolvimento [;] manutenção de uma harmonia preestabelecida entre educação e objetivos nacionais (MARCUSE, 1993, p. 49, tradução nossa)<sup>67</sup>.

<sup>66</sup> *cambio social, que establecería instituciones esencialmente diferentes, una nueva dirección del proceso productivo, [ y ] nuevas formas de existencia humana.*

<sup>67</sup> *concentración de la economía nacional en las necesidades de las grandes empresas, con el gobierno como una fuerza estimulante, de apoyo y algunas veces incluso de control; sujeción de esta economía a un sistema a escala*

Em relação a este pressuposto, pode-se considerar o processo de desenvolvimento como um mecanismo de dominação, já que tal e como afirma Escobar (1986), este tem constituído um discurso em que "o poder e o conhecimento articulam-se para servir de tecnologia política", em seu propósito de criar e manter formas de controle e exploração sobre o Terceiro Mundo, e que tem sido perpetuado através de um dispositivo político e um processo de institucionalização que inclui a introdução e promoção de um conjunto de práticas, conceituações, políticas, planos e programas, cuja base organizacional é constituída por uma rede formada, entre outros, por organizações internacionais e governos de diferentes países, incluindo a Colômbia, com seu órgão nacional de planejamento inscrito como estamento articulador da política de desenvolvimento e as organizações locais estendidas nas entidades territoriais. Em consequência foi criada:

uma esfera de intervenção de poder, uma rede de controles locais através da qual liga-se a nosso povo - indivíduos e comunidades - a determinados ciclos de produção, a determinados padrões de comportamento, determinadas racionalidades econômicas, sociais, políticas e culturais que podem ser usadas mais eficientemente pelas grandes formas negativas de exploração e dominação (ESCOBAR, 1986, p. 23, tradução nossa).<sup>68</sup>

Nesse sentido, tal e como reflete o autor, Colômbia foi conduzida na direção do desenvolvimento a partir da Missão Currie em 1949 - como parte de uma ininterrupta série de missões externas que têm lugar até hoje- patrocinada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, que teve como objetivo formular um programa de desenvolvimento em relação a áreas como "a agricultura, saúde, economia, finanças públicas e banca, balanço de pagamentos, indústria e energia, petróleo, transporte e serviços comunitários" (ESCOBAR, 1986, p. 13). Esta estratégia que constituía uma resposta para resolver os problemas do subdesenvolvimento, significou o aprofundamento e alargamento da intervenção e a dependência da Colômbia, que foi sujeita a inúmeras práticas e programas dentro dos quais o Estado, através da agência de planejamento, impôs o desenvolvimento como um problema

---

*mundial de alianzas militares, convenios monetarios, asistencia técnica y modelos de desarrollo [;] mantenimiento de una armonía preestablecida entre la enseñanza y los objetivos nacionales*

<sup>68</sup> *una esfera de intervención de poder, una red de controles locales a través de la cual se ata a nuestras gentes - individuos y comunidades- a ciertos ciclos de producción, a ciertos patrones de comportamiento, ciertas racionalidades económicas, sociales, políticas y culturales que puedan ser utilizadas más eficientemente por las grandes formas negativas de explotación y dominación.*

nacional desde uma perspectiva utilitária e funcional da pobreza vinculada a considerações de trabalho e produção, sob o qual tem sido moldada a sociedade colombiana e a própria nação (ESCOBAR, 1986).

Este autor também sugere que essa visão economicista advém da racionalidade econômica ocidental, "baseada na orientação para o mercado e o lucro, a maximização de utilidades, o consumo individual" (ESCOBAR, 1986, p. 29), que tem sido ampliada forçosamente "para as sociedades do Terceiro Mundo, sem reparar que estas têm significados, práticas e valores pelo menos parcialmente diferentes" (ESCOBAR, 1986, p. 30). Esse tem sido precisamente o caso da sociedade colombiana, na qual foi generalizada uma racionalidade que configurou a ordem social e política, impondo normas aceitas como universais, modificando as formas enraizadas de comportamento e de produção que não se ajustam aos processos de acumulação devido a que não se orientam para o mercado e o lucro, ignorando e em alguns casos anulando as diferenças culturais e até mesmo direitos da sociedade civil, que agudizou-se com a inserção de empresas americanas e europeias na região, centradas em mecanismos de dominação e relações capitalista e imperialistas representadas através do "monopólio de terras, a ênfase no individualismo cultural e a noção de supremacia racial, o controle do aparato estatal, a mercantilização e manipulação da pessoa humana, o uso de certas formas de violência e o controle tecnológico" (ESCOBAR, 1986, p. 28)<sup>69</sup>.

Através deste processo, a estratégia de desenvolvimento foi constituída em uma necessidade que tem abrangido todos os setores da vida social e que tem estado condicionada à ideia de um aumento do nível de vida comparável ao dos países mais industrializados (ESCOBAR, 1986). Esta distorção do que realmente implica o objetivo do desenvolvimento, não tem sido alheia aos planos de governo do país nos quais têm sido plasmado na direção do crescimento econômico, aumento da renda e do PIB, constituídos em prioridades dentro das estratégias respaldadas (e até ditadas) pelos grêmios econômicos que procuram investimentos estrangeiros, tal e como foi evidenciado na formulação dos dois planos de governo apresentados durante o período que teve lugar a formulação e sanção da Política Nacional de Educação Ambiental.

Neste ponto, é importante considerar as observações de Gorz (2010) em relação a que os governos reclamam pelo crescimento em si, sem jamais definir sua finalidade. O autor

---

<sup>69</sup> *monopolio de tierras, el énfasis en el individualismo cultural y la noción de supremacía racial, el control del aparato estatal, la mercantilización y manipulación de la persona humana, el uso de ciertas formas de violencia y el control tecnológico.*

afirma que de fato, esse crescimento que responde a uma necessidade do capital, e não às necessidades da população, cria muitas vezes mais pobres e mais pobreza, e com frequência, traz rendimento a uma minoria em detrimento da maioria, deteriorando a qualidade da vida e do meio ambiente, em vez de melhorá-la:

O conteúdo do crescimento não interessa aos que decidem. O que lhes interessa é o aumento do PIB, ou seja, o aumento da quantidade de dinheiro trocado, a quantidade de mercadorias compradas e vendidas no decurso de um ano, quaisquer que sejam essas mercadorias. Nada garante que o crescimento do PIB aumente a disponibilidade dos produtos de que a população necessita (GORZ, 2010, p. 77).

A respeito dessa ideia, pode-se afirmar, de acordo com Marcuse (1993) que na civilização industrial o desenvolvimento tem se tornado um discurso dominante e totalitário, cuja reprodução tem constituído uma sociedade unidimensional, na qual o controle social é exercido através de uma série de necessidades criadas sob uma racionalidade que expressa seu paradoxo em "sua produtividade e eficiência, sua capacidade de aumentar e difundir os confortos, de converter o supérfluo em necessidade e a destruição em construção" (MARCUSE, 1993, p. 39):

[...] o grau em que esta civilização transforma o mundo-objeto em extensão da mente e o corpo do homem faz questionável até a própria noção de alienação. As pessoas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu carro, em seu dispositivo de alta fidelidade, sua casa, seu equipamento de cozinha. O mecanismo que une o indivíduo a sua sociedade tem mudado e o controle social tem se incorporado nas novas necessidades que tem produzido (MARCUSE, 1993, p. 39, tradução nossa).<sup>70</sup>

Sob esta lógica, tem sido articulada a dimensão ambiental à legislação colombiana através de políticas e planos de governo direcionados a promover e reproduzir a implementação de métodos de um discurso desenvolvimentista, o que entra em contradição com a lógica local, mesmo difundida pelos princípios constitucionais. Especificamente em seu artigo 80, a Constituição Política de Colômbia alude a um desenvolvimento sustentável como um dos direitos coletivos e do ambiente, relacionado com a adequada planificação da gestão e

---

<sup>70</sup> [...] *el grado en que esta civilización transforma el mundo-objeto en extensión de la mente y el cuerpo del hombre hace cuestionable hasta la noción misma de alienación. La gente se reconoce en sus mercancías; encuentra su alma en su automóvil, en su aparato de alta fidelidad, su casa, su equipo de cocina. El mecanismo que une el individuo a su sociedad ha cambiado, y el control social se ha incrustado en las nuevas necesidades que ha producido.*

aproveitamento dos recursos naturais por parte do Estado, enfatizando o papel deste para a proteção, a diversidade e integridade do ambiente, além de sua responsabilidade na prevenção e controle dos fatores de sua deterioração, para garantir a conservação ecológica, e da imposição de sanções legais e exigência da reparação dos danos provocados (COLÔMBIA, 1991). Este constitui-se num dos princípios orientadores dos planos de governo que tem abrangido a formulação de políticas educativas e ambientais do país.

Dentro deste contexto, a formulação da Política Nacional de Educação Ambiental esteve delimitada nos planos de governo “Mudança para Construir a Paz” e “Para um Estado Comunitário”, correspondentes aos governos de Pastrana e Uribe respectivamente. O Plano Nacional de Desenvolvimento “Mudança para Construir a Paz” (1999-2002), exprime como objetivo fundamental “a busca e conservação da paz, a fim de colocar o país em um caminho de crescimento sustentável com coesão social” (COLÔMBIA, 1999, p. 1). Por outra parte, “Para um Estado Comunitário” (2002-2006), centrou seus objetivos em “impulsionar o crescimento econômico sustentável” (COLÔMBIA, 2002, p. 102) do país, associado a um acelerado e contínuo aumento dos indicadores econômicos. A política deste plano de governo foi dirigida a promover estratégias encaminhadas ao fortalecimento do desempenho da economia nacional, fundamentadas na ideia do crescimento econômico como “única palha viável para restituir o bem-estar material a milhões de colombianos” (COLÔMBIA, 2002, p. 103).

Sem dúvida esta visão é uma expressão do discurso de desenvolvimento que a Colômbia tem herdado e que, tal e como afirma Escobar (1986), tem confinado o país em uma estratégia que prometia elevar seu nível de desenvolvimento econômico e social, consolidada progressivamente com a evolução mundial da política e a economia nas últimas décadas. Precisamente dentro desta foram enquadrados os dois períodos de governo de Uribe (2002-2006, 2006-2010), durante os quais o desenvolvimento foi associado a um crescimento econômico, especificamente com o aumento do PIB, no qual a dimensão ambiental foi inscrita em uma perspectiva utilitarista que explica a repercussão negativa da implementação de políticas dentro da gestão ambiental sobre o meio ambiente e as populações. No plano de desenvolvimento do mandato presidencial compreendido entre 2002 e 2006, a sustentabilidade ambiental foi formulada como uma estratégia relacionada ao aproveitamento da oferta ambiental em recursos florestais, hídricos e de biodiversidade, como base para a produção nacional. Neste sentido, dentro dos programas foi proposta a estratégia de “conservação e uso

sustentável de bens e serviços ambientais” visando “potencializar a manutenção da base natural como fator primordial para o desenvolvimento do país” (COLÔMBIA, 2002, p. 151). Esta visão restrita do ambiente e sua sustentabilidade foi mantida no período de governo consecutivo de Uribe (2006-2010), no qual a conservação e a preservação da natureza tiveram fines produtivos, expressados no propósito da exploração dos recursos naturais como possibilidade de um desenvolvimento sustentável dentro de termos de crescimento econômico:

A gestão ambiental deve contribuir para que o país aproveite as oportunidades que oferece um mundo em transformação, criando as condições para promover processos produtivos competitivos e, ao mesmo tempo, proteger e conservar os recursos naturais e o meio ambiente que os sustenta, promovendo a socialização dos benefícios que traz consigo a inserção na economia mundial, especialmente os derivados dos acordos comerciais multilaterais. [Esta] deve reconhecer os privilégios proporcionados pela oferta ambiental do território, usando-a como apoio e alternativa de desenvolvimento nacional, regional ou local, sobre os quais deve-se gerar uma base de conhecimento que permita estabelecer ações de conservação e uso sustentável (COLÔMBIA, 2006, p. 349-350, tradução nossa)<sup>71</sup>.

Nesse sentido, contempla-se dentro dos princípios e critérios desta gestão uma "sustentabilidade ambiental, que garanta a manutenção de uma base de recursos naturais como suporte para o desenvolvimento econômico e social", portanto, a conservação e proteção da biodiversidade do território colombiano, são consideradas vantagens e estratégias para “aproveitar as oportunidades comerciais nos mercados internacionais de bens e produtos” , tal e como é expressado nos seguintes termos: “Os dados mais recentes indicam que a Colômbia exporta US \$17 milhões em alguns produtos de biodiversidade [...] nativa, no entanto, e de acordo com a dinâmica do mercado mundial destes produtos, a Colômbia ainda tem um grande potencial para explorar” (COLÔMBIA, 2006, p. 173-174, tradução nossa)<sup>72</sup>. O curso das sociedades é definido através dos fins que perseguem e dos meios que elas mesmas escolhem (HORKHEIMER, 1973), e, no caso em questão, a exploração da natureza tem constituído o

---

<sup>71</sup> *La gestión ambiental ha de contribuir a que el país aproveche las oportunidades que ofrece un mundo en transformación, creando las condiciones para impulsar procesos productivos competitivos y, a la vez, proteger y conservar los recursos naturales y el medio ambiente que los soportan, promoviendo la socialización de los beneficios que trae consigo la inserción en la economía mundial, en especial los derivados de los acuerdos comerciales multilaterales. [Esta] ha de reconocer los privilegios que provee la oferta ambiental del territorio, utilizándola como soporte y alternativa de desarrollo nacional, regional o local, sobre los cuales se debe generar una base de conocimiento que permita establecer acciones de conservación y aprovechamiento sostenible.*

<sup>72</sup> *Los datos más recientes indican que Colombia exporta US\$17 millones en algunos productos de la biodiversidad nativa [...] sin embargo, y de acuerdo con la dinámica del mercado mundial de estos productos, Colombia tiene aún un gran potencial por explorar.*

meio mais eficaz para alcançar crescimento econômico como um fim máximo, assinalado dentro deste plano de governo como desenvolvimento sustentável.

Durante estes períodos de governo, a política de desenvolvimento apontou à proteção do meio ambiente em função dos objetivos do desenvolvimento econômico, contrariando à legislação ambiental e inclusive os mandatos constitucionais. Este fenômeno tem sido estudado por Becerra (2007) quem salienta que durante o primeiro período de governo de Uribe foram implementadas uma série de medidas, em muitos casos arbitrarias, com o propósito de favorecer interesses comerciais de curto prazo, procedendo a um enfraquecimento institucional e político em relação ao meio ambiente na Colômbia, evidenciado, entre outros fatos, pela perda de posição hierárquica da autoridade ambiental nacional dentro da administração pública.

Uma das primeiras medidas foi a fusão do Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Desenvolvimento, que "não foi o resultado de uma avaliação dos logros, fortalezas, fraquezas e perspectivas do Ministério do Meio Ambiente, nove anos depois de ter sido posto em marcha a partir da Lei 99 de 1993" (BECERRA, 2007, p. 10, tradução nossa)<sup>73</sup>, foi uma iniciativa para "reduzir o número de carteiras ministeriais como estratégia para tornar mais pequena a burocracia e diminuir o déficit fiscal" (BECERRA, 2007, p. 10). Em consequência, foi enfraquecido o Ministério do Meio Ambiente e, portanto, também a política ambiental nacional (BECERRA, 2007).

A fusão entre o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério do Desenvolvimento, deu lugar à criação do Ministério do Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial (MAVDT)<sup>74</sup>, que teve pouca capacidade de gestão ambiental, já que Uribe em sua afã por apresentar resultados no curto prazo, o canalizou para questões relacionadas à habitação, saneamento básico e água potável<sup>75</sup>, enquanto influenciava e controlava o exercício de suas funções como autoridade ambiental nacional, reduzindo sua capacidade política e técnica. Isto foi evidenciado pela inércia e cumplicidade do ministério ante a promoção e realização de projetos com alto impacto ambiental, com exclusão das comunidades, em favor do setor privado

---

<sup>73</sup> *no fue el fruto de una evaluación de los logros, fortalezas, debilidades y perspectivas del Ministerio del Medio Ambiente, nueve años después de haber sido puesto en marcha a partir de la Ley 99 de 1993.*

<sup>74</sup> Atualmente estes dois ministérios operam de forma independente, denominados: Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Ministério de Habitação, Cidade e Território.

<sup>75</sup> A política ambiental implementada pelo MAVDT (justificada com base em um discurso baseado nos Objetivos do Milênio e no Plano de Ação de Johannesburgo) foi parcialmente acordada com o Banco Mundial através do crédito setorial. Nas condições estabelecidas no empréstimo, foram estabelecidas como prioridades a habitação, água potável e saneamento básico (as metas quantitativas dos objetivos do milênio que coincidem com as funções do antigo Ministério do Desenvolvimento), dando um papel secundário a uma grande parte da gestão ambiental (BECERRA, 2007).

e em detrimento do interesse geral, cujas licenças foram outorgadas contrariando o conceito negativo emitido pelas entidades responsáveis pelos estudos de impacto ambiental (BECERRA, 2007):

Assim tem acontecido, por exemplo, com os casos dos projetos para a construção de portos na Bahia Málaga e Tribugá, duas localidades que sempre têm sido consideradas altamente problemáticas desde a perspectiva ambiental, e da hidrovía Arquímedes no Pacífico (que implica a expansão e união dos estuários para formar uma rota que comunique a Buenaventura com Tumaco), bem como com o megaprojeto de reflorestamento comercial na Orinoquia, que substituiria uma paisagem natural de planície por outra florestal (BECERRA, 2007, p. 11, tradução nossa).<sup>76</sup>

O MAVDT também não cumpriu com seu dever -conferido pela Lei 99 de 1993-, de promover a conservação e o uso sustentável do Chocó biogeográfico, por estar a margem da invasão ilegal de territórios pertencentes às comunidades negra e indígena da região do baixo Atrato, onde ecossistemas florestais foram cortados para a plantação de palma de óleo, e que foi denunciada pela Defensoria do Povo como um ato criminoso (BECERRA, 2007).

Outro dos aspectos relevantes da análise de Becerra (2007) relaciona-se à falta de conhecimento, através dos discursos do MAVDT, sobre os elementos básicos constitutivos das concepções sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental, bem como as obrigações ditadas pela legislação ambiental nacional e aquelas adquiridas pela Colômbia em sua ratificação de tratados internacionais, alguns deles de caráter vinculante. Prova disso foram as declarações da ministra em serviço e seus funcionários: "Em uma entrevista de rádio, a ministra Suárez, questionada sobre o que ela entendia por desenvolvimento sustentável, respondeu: "o desenvolvimento sustentável é metade conservação e metade produção" (BECERRA, 2007, p. 34, tradução nossa)<sup>77</sup>.

Mas não era uma questão simplesmente de retórica. Assim, por exemplo, no Comité Técnico Assessor do Minambiente, os porta-vozes desta carteira, fazendo uma defesa sustentada da conveniência do projeto de Lei Florestal chegaram a afirmar que não fazia nenhum sentido incorporar a abordagem do ecossistêmica como um dos eixos condutores do mesmo, tal como era

<sup>76</sup> *Así ha ocurrido, por ejemplo, con los casos de los proyectos para la construcción de puertos en Bahía Málaga y Tribugá, dos localizaciones que siempre han sido consideradas como altamente problemáticas desde la perspectiva ambiental, y de la acuavía Arquímedes en el Pacífico (que implica la ampliación y unión de los esteros para conformar una vía que comunique a Buenaventura con Tumaco), así como con el megaproyecto de reforestación comercial en la Orinoquia, que reemplazaría un paisaje natural de llanura por otro foresta*

<sup>77</sup> *En alguna entrevista de radio la ministra Suárez, interrogada sobre qué entendía por desarrollo sostenible, puntualizó: "El desarrollo sostenible es mitad conservación y mitad producción.*

proposto por seus detratores. Segundo os especialistas do ministério, o conceito de ecossistêmico não tinha relevância para o manejo das florestas, uma posição fortemente rejeitada pelo representante da Universidade Nacional. Este último assinalou como exatamente este conceito não só faz parte integral da Convenção da Diversidade Biológica ratificada pela Colômbia, mas também constitui o marco teórico fundamental para o avanço da pesquisa no Instituto de Ciências Naturais desse centro universitário. Durante um ano e meio esta abordagem esteve fora do projeto; o Congresso, dias antes de sua aprovação, concordou em incorporar o termo talvez como resultado da pressão dos grupos de ambientalistas (BECERRA, 2007, p. 35, tradução nossa)<sup>78</sup>.

Tal e como tem podido se observar, muitas medidas adotadas durante este período de governo não apenas infringiram a normatividade ambiental, mas também, baseados nas ideias de Sen (2000), restringiram e negaram as liberdades substantivas de muitos colombianos que foram privados de suas liberdades políticas e direitos civis, como represálias contra sua ação de mobilização e resistência ante a execução de projetos que, entre outras consequências, afetaram a vida de milhares de pessoas que habitam os territórios nos quais foram alteradas as cadeias produtivas, foi quebrado o tecido social, houve uma degradação irreversível do ambiente natural e um aumento dos conflitos sociais e ambientais (PÉREZ-RINCÓN, 2016). Segundo Sen (2000), afirma-se com certa frequência que a negação desses direitos ajuda a estimular o crescimento econômico e é benéfica para o desenvolvimento econômico rápido. “Alguns chegaram a defender sistemas políticos mais autoritários [...] alegando a vantagem desses sistemas na promoção do desenvolvimento econômico” (SEN, 2000, p. 30).

Depois de um balance é pertinente perguntar: o crescimento tem garantido um verdadeiro desenvolvimento para as populações e para a expansão das liberdades sobre as quais reflete Sen? Na Colômbia, o desenvolvimento dentro da perspectiva de crescimento econômico e aumento do PIB não tem garantido melhor qualidade de vida para os sujeitos, pelo contrário, tem encarnado o que Sen (2000) denomina como “fontes de privação de liberdade: pobreza e

---

<sup>78</sup> *Pero no era un asunto simplemente de retórica. Así, por ejemplo, en el Comité Técnico Asesor del Minambiente, los voceros de esta cartera al hacer una sostenida defensa de la conveniencia del proyecto de Ley Forestal llegaron a afirmar que no tenía ningún sentido incorporar el enfoque ecosistémico como uno de los ejes conductores del mismo, tal como lo proponían sus detractores. Según los expertos del ministerio el concepto ecosistémico no tenía ninguna relevancia para el manejo de los bosques, una posición contundentemente rechazada por el representante de la Universidad Nacional. Este último señaló cómo precisamente dicho concepto no solo hace parte integral de la Convención de Biodiversidad ratificada por Colombia, sino que además constituye el marco teórico fundamental para adelantar la investigación en el Instituto de Ciencias Naturales de ese centro universitario<sup>35</sup>. Durante año y medio este enfoque estuvo por fuera del proyecto; el Congreso, días antes de su aprobación, acordó incorporar el término quizá como producto de la presión de los grupos de ambientalistas.*

tiraniam, carência de oportunidades econômicas, e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18):

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória, ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000, p. 18).

Segundo Sen (2000), a remoção das fontes de privação de liberdade representa um dos objetivos do desenvolvimento, bem como a expansão das capacidades dos sujeitos para levar uma vida por eles valorizada, “que podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo” (SEN, 2000, p. 32). O autor adverte que as liberdades dos indivíduos são elementos constitutivos básicos, portanto, dentro do processo de desenvolvimento:

é inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza. [...] O crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos (SEN, 2000, p. 29).

Sen (2000) afirma que a questão não é a possibilidade de viver em condições de opulência, mas a possibilidade de eliminar as privações de liberdades substanciais que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. “Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele” (SEN, 2000, p. 28), já que o desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda.

Na Colômbia, estas possibilidades dependem das alternativas para superar o esquema unidimensional ao qual tem sido integrada a sociedade colombiana, e cujo maior problema radica, tal e como afirma Marcuse (1993, p. 39) na impressão de que “toda contradição parece irracional e toda a oposição impossível”, fator determinante na forma em que a dinâmica econômica produz constantemente transformações que alimentam o aparelho repressivo dos Estados autoritários que exigem a adaptação à ordem estabelecida (HORKHEIMER, 2003). Este fenômeno foi evidenciado na Colômbia durante o governo de Uribe, cujo regime autoritário foi aceito (e ainda é) por grande parte da população como a via para garantir a estabilidade econômica no país, apesar dos crimes e violações dos direitos humanos pelos quais Uribe tem sido denunciado. Segundo Guzmán (2012), durante seus dois períodos presidenciais foram quatro os problemas essenciais de direitos humanos, aos que a comunidade internacional prestou atenção:

o deslocamento forçado de populações rurais como resultado do confronto entre grupos armados, a implementação da Lei de Justiça e Paz<sup>79</sup>, o notável aumento de execuções extrajudiciais ou os chamados falsos positivos<sup>80</sup>, e as interceptações ilegais promovidas por agências do governo nacional aos membros dos tribunais, à oposição e agências governamentais e não governamentais internacionais (GUZMÁN, 2012, p. 117, tradução nossa).<sup>81</sup>

Borda (2008), afirma que a principal característica deste governo foi o nível de belicismo derivada da estratégia de segurança democrática, que desencadeou um fenômeno de normalização da violência e de acumulação criminosa. Sob estas condições "o desenvolvimentismo assumiu então seu papel beligerante na forma mais selvagem de neoliberalismo capitalista" [e] o tráfico "foi corrompendo à política tornando-a um travestismo

---

<sup>79</sup> A Lei de Justiça e Paz (Lei 975 de 2005) tornou-se a estrutura normativa para o processo de desmobilização dos grupos paramilitares, no entanto, esta não se tornou efetiva, uma vez que estes foram substituídos por grupos criminosos (BACRIMs) que cometem abusos contra a população civil, através da tortura, o desaparecimento forçado, as ameaças e a extorsão (GUZMÁN, 2012).

<sup>80</sup> Os falsos positivos são casos de execuções extrajudiciais perpetradas por membros das Forças Armadas. Seu objetivo era fazer passar a civis assassinados por membros do exército colombiano, como guerrilheiros mortos em combate. Desta forma, o exército apresentava cifras acrescentadas nos resultados militares na guerra contra a insurgência e o governo conseguia legitimar o alto custo público em segurança (GUZMÁN, 2012).

<sup>81</sup> *el desplazamiento forzado de poblaciones rurales como resultado del enfrentamiento entre grupos armados, la implementación de la Ley de Justicia y Paz, el incremento notable de ejecuciones extrajudiciales o los denominados falsos positivos, y las interceptaciones ilegales adelantadas por agencias del gobierno nacional a miembros de las cortes, la oposición y agencias gubernamentales y no gubernamentales internacionales.*

inaceitável, o da parapolítica de hoje” (BORDA, 2008, p. 255, tradução nossa)<sup>82</sup>. Segundo o autor, a militarização da nação e socialização da guerra minaram o ethos cultural, e constituíram políticas aprovadas por uma fração da população que foi indiferente ante os crimes promovidos por Uribe - entre os quais encontra-se sua imposição de fumigações com glifosato sobre a população e a natureza -, e ante as acusações apresentadas desde 1997 por ter fundado e promovido as cooperativas Convivir, que "tornaram-se em guaridas de paramilitares [...] empregados para combater as guerrilhas com o consentimento direto ou indireto do governo " (BORDA, 2008, p. 261, tradução nossa)<sup>83</sup>:

As razões são claras: após o chamado "fracasso pacifista" de Pastrana, o pêndulo da opinião pública inclinou-se para a intensificação da guerra. Os eleitores encontraram um paladino no ex-governador de Antioquia, Álvaro Uribe Vélez, onde tinham nascido, com sua vênua, os novos "pássaros" ou "chulavitas", agora chamados de "paramilitares", para impor ordem e controle. Não houve pausa para ponderar melhor essa controversa experiência. Mas os projetos continuaram. O país, com Uribe no comando, embarcou-se na mais intensa e dura opção bélica dos últimos tempos. E este passo foi complexo e intenso, se desenhando como um processo cumulativo e saturador de todos os instrumentos e história da Violência que provinha do século XX, com sua espiral trágica (BORDA, 2008, p. 256, tradução nossa)<sup>84</sup>.

Mas, apesar disso, Uribe continua a participar ativamente na cena política nacional na qual conta com o apoio de diferentes setores da sociedade que permanecem aderidas às suas propostas, sem dimensionar suas implicações. Isto ficou evidente nas eleições presidenciais realizadas em 17 de junho do presente ano, cujo resultado em favor de Ivan Duque, obedeceu a sua aliança política com Uribe, em uma estratégia destinada a aumentar o PIB, o desenvolvimento da mineração, a promoção do investimento internacional e o fortalecimento das forças armadas. Pode-se dizer que nesse sentido, será dada continuidade à estratégia belicista sobre a qual adverte Borda, e que vai ser estendida até o setor ambiental, com a criação

---

<sup>82</sup> *el desarrollismo asumió entonces su papel beligerante en la forma más salvaje del neoliberalismo capitalista” [y] el narcotráfico “fue corrompiendo a la política convirtiéndola en un travestismo inaceptable, el de la “parapolítica” de hoy.*

<sup>83</sup> *se convirtieron en guaridas de paramilitares [...], empleados para combatir las guerrillas con la anuencia directa o indirecta del gobierno.*

<sup>84</sup> *Las razones son claras: después del llamado “fracaso pacifista” de Pastrana, el péndulo de la opinión pública se inclinó hacia la intensificación de la guerra. Los electores encontraron un paladín en el exgobernador de Antioquia Alvaro Uribe Velez, donde habían nacido, con su venia, los nuevos “pájaros” o “chulavitas, ahora llamados “paramilitares, para imponer orden y control. No hubo pausa para sopesar mejor esta polémica experiencia. Pero los proyectos continuaron. El país, con Uribe al mando, se embarcó en la más intensa y dura opción bélica de los últimos tiempos. Y este paso fue complejo e intenso, dibujándose como un proceso acumulativo y saturante de todo el instrumental e historial de Violencia que provenía del siglo XX, con su trágica espiral.*

da Força de Reação Integral Ambiental (FRIA), com a justificação de proteger a biodiversidade como um ativo estratégico da nação. Este tipo de proposta aumenta a força repressiva do Estado e não prevê possíveis soluções para os conflitos ambientais por meio de estratégias de pacificação e reconciliação. De fato, levanta questões sobre o tipo de ameaças e a procedência destas que justificariam sua implementação.

Este fato desconcertante põe em dúvida as bases críticas da sociedade colombiana diante de uma ordem social que continua se reproduzindo e que descarta as proposições de mudança, geralmente advindas de uma oposição, cujos integrantes (políticos, líderes sociais, acadêmicos, entre outros) têm sido perseguido e assassinados<sup>85</sup>. Adorno (1998) reflete sobre a repressão precisamente no fervor da vontade de mudança, que na tentativa de transformar nosso mundo é exposta à força esmagadora do existente e parece estar condenado à impotência:

A existência sob a coerção do sistema, que demonstra estar civilizada apenas em comportamentos automáticos e forçados que permitem transluzir por toda parte rebeldia e furor, devem ser disciplinadas pelo espetáculo da vida inexorável e pelo comportamento exemplar das vítimas. A cultura tem contribuído sempre para domesticar e controlar os instintos, tanto os revolucionários quanto os bárbaros. [...] Cada um deve demonstrar que se identifica sem reservas com o poder que lhe bate. Cada um pode ser como a sociedade onipotente, cada um pode se tornar feliz contanto que ceda sem reservas e renuncie a sua pretensão de felicidade. Na fraqueza de cada um, a sociedade reconhece sua própria força (ADORNO, 1998, p. 198-199, tradução nossa)<sup>86</sup>.

Como sugerido por Adorno e Horkheimer (1998), o sucesso deste tipo de sistemas procede da falta de resistência de seus membros e de sua adaptação, já que “o indivíduo é tolerado só na medida em que sua identidade incondicionada com o universal está fora de toda dúvida” (ADORNO; HORKHEIMER, 1998, p. 199):

---

<sup>85</sup> Segundo a Defensoria do Povo, entre 1 de janeiro de 2016 e 26 de julho de 2018, têm sido reportados no país 330 homicídios de líderes sociais e defensores dos direitos humanos. Depois das eleições presidenciais, têm sido reportados assassinatos de líderes sociais que apoiaram a campanha presidencial de Gustavo Petro - um dos líderes políticos da oposição-, muitos outros têm recebido ameaças por parte de uma fração paramilitar conhecida como Águilas Negras.

<sup>86</sup> *La existencia bajo la coerción del sistema, que demuestra estar civilizada sólo en comportamientos automáticos y forzados que dejan translucir por doquier rebeldía y furor, deben ser disciplinadas por el espectáculo de la vida inexorable y por el comportamiento ejemplar de las víctimas. La cultura ha contribuido siempre a domar y controlar los instintos, tanto los revolucionarios como los bárbaros [...] Cada uno debe demostrar que se identifica sin reservas con el poder que le golpea. Cada uno puede ser como la sociedad onnipotente, cada uno puede llegar a ser feliz con tal de que se entregue sin reservas y de que renuncie a su pretensión de felicidad. En la debilidad de cada uno reconoce la sociedad su propia fortaleza.*

### 2.3.2 A Educação Ambiental e sua Relação com o Desenvolvimento

O enfoque economicista e utilitarista do desenvolvimento na Colômbia, de acordo às reflexões de Grün (2006) tem desconhecido a Outridade da natureza, impedindo uma interpretação e compreensão dela como um Outro com o qual podemos entrar numa relação distinta à da dominação, controle e exploração. Pese a isto, a concepção de desenvolvimento na Política Nacional de Educação Ambiental expressa uma visão menos restrita do que a apresentada nos planos de governo que antecederam e abrangeram sua formulação, já que esta reconhece a dimensão ética como um pilar fundamental na relação da sociedade com a natureza. Neste sentido, esta normatividade alude a um desenvolvimento sustentável entendido como “a relação adequada entre o ambiente e o desenvolvimento, que satisfaça as necessidades das gerações presentes e garanta o bem-estar das gerações futuras”, e como um marco para a orientação da cultura em sentido de uma ética ambiental, através da promoção da participação cidadã e sua responsabilidade na prevenção e solução dos problemas ambientais gerados pela sociedade e os distintos setores da economia. Além disso, destaca que este tipo de desenvolvimento deve ser pensado em termos não apenas econômicos, mas também sociais, culturais, políticos e éticos a fim de garantir uma gestão do entorno, entendida como a capacidade de diferentes indivíduos e comunidades para identificar, acessar e mobilizar seus recursos (COLÔMBIA, 2002).

Pode-se observar dentro do marco normativo da política, uma definição da categoria desenvolvimento, fundamentada nos princípios das Conferências das Nações Unidas direcionadas à consecução deste fim, que também delinearão uma dimensão do sentido ético do desenvolvimento. Uma questão, aprofundada no Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar em Bogotá (Colômbia) no 2002, e que deu lugar à elaboração de um Manifesto para a Sustentabilidade conhecido sob o nome de “Manifesto pela Vida: por uma ética para a sustentabilidade”, cujo propósito é promover princípios, valores, e uma consciência ecológica como critérios para orientar as ações dos governos e da cidadania, bem como para a formulação de políticas ambientais coerentes com a construção de sociedades sustentáveis (MANIFESTO... 2002).

Neste manifesto, a ética ambiental é proposta como um suporte existencial da conduta humana perante a natureza e a sustentabilidade da vida, portanto, expressa-se uma crítica ao desenvolvimento sustentável tal e como tem sido formulado (MANIFESTO... 2002, p. 1):

O discurso do “desenvolvimento sustentável” parte de uma ideia equivocada. As políticas do desenvolvimento sustentável buscam harmonizar o processo econômico com a conservação da natureza favorecendo um equilíbrio entre a satisfação de necessidades atuais e das gerações futuras. Contudo pretende realizar seus objetivos revitalizando o velho mito desenvolvimentista, promovendo a falácia de um crescimento econômico sustentável sobre a natureza limitada do planeta. Mas a crítica a esta noção do desenvolvimento sustentável não invalida a verdade e o sentido do conceito de sustentabilidade para orientar a construção de uma nova racionalidade social e produtiva.

Acrescenta-se ao mesmo tempo o verdadeiro sentido deste conceito:

O conceito de sustentabilidade se funda no reconhecimento dos limites e potenciais da natureza, assim como a complexidade ambiental, inspirando uma nova compreensão do mundo para enfrentar os desafios da humanidade no terceiro milênio. O conceito de sustentabilidade promove uma nova aliança natureza-cultura fundando uma nova economia, reorientando os potenciais da ciência e da tecnologia, e construindo uma nova cultura política baseada em uma ética da sustentabilidade –em valores, crenças, sentimentos e saberes– que renovam os sentidos existenciais, os modos de vida e as formas de habitar o planeta Terra (MANIFESTO... 2002, p. 1).

A ética da sustentabilidade é intrínseca ao saber orientado a entender as interações entre a sociedade e a natureza, promovido por uma racionalidade ambiental conduzida à formação de “capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa”, através do qual as sociedades possam produzir e se apropriar de “saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir sua qualidade de vida”, e intervir nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento sustentável (LEFF, 1996, p. 246-247).

Estes princípios identificam-se na perspectiva da Política Nacional de Educação Ambiental, através de sua alusão à construção de uma cultura ambiental ética e responsável frente à vida, o ambiente, a biodiversidade e a diversidade cultural; e a importância da construção de modelos de desenvolvimento fundamentado na equidade e no respeito pelas dinâmicas socioculturais do país. Assim, assinala dentro deste processo, o papel relevante da educação ambiental como mecanismo para a construção de uma escala de valores que permita aos sujeitos estabelecer relações apropriadas consigo mesmos, com os outros e com seu ambiente natural, promovendo um pensamento crítico a favor da relação sociedade-natureza, e da tomada responsável de decisões na gestão racional dos recursos. Da mesma forma, esta

norma enfatiza numa dimensão política da sustentabilidade, vinculada à democracia, tolerância, o consenso, a governança, a participação cidadã e o respeito à diferença (COLÔMBIA, 2002).

Uma questão fundamental que precisa ser debatida dentro da educação ambiental relaciona-se com o tipo de desenvolvimento necessário na Colômbia, e no caso da política, esta reflexão é abordada em relação com a participação cidadã:

Todos os planos, programas, projetos e / ou atividades desenvolvidas no âmbito desta política devem promover processos de formação cidadania que qualifiquem sua participação nos espaços decisórios para a gestão ambiental, atendendo os direitos humanos e sua projeção no respeito de todas as formas de vida. Além disso, devem incentivar a discussão sobre o tipo de desenvolvimento e de sociedade que o país requer e o papel que a educação deve desempenhar nesse sentido (COLÔMBIA, 2002, p. 16, tradução nossa)<sup>87</sup>.

Este dispositivo também observa que seu sucesso como norma na educação ambiental depende da capacidade do Estado na implementação de ações ambientalmente responsáveis, e seu compromisso com uma mudança radical ante o meio ambiente, que não será suficiente com a definição de políticas e a aceitação de compromisso com o desenvolvimento sustentável, "é necessário que suas instituições realizem uma mutação essencial: passem de ser organismos predadores para ser ambientalmente exemplares", tornando suas ações em padrões que possam estimular o processo de mudança na sociedade civil (COLÔMBIA, 2002, p. 37, tradução nossa)<sup>88</sup>. Nesse sentido é pertinente a observação de Sierra (2009) sobre a necessidade de produzir mudanças institucionais e curriculares na Colômbia para superar o sentido técnico da educação ambiental que reduz as questões ambientais a conceitos específicos de uma disciplina e ao treinamento do indivíduo para o desenvolvimento de condutas corretas diante determinadas situações.

A partir destes termos pode-se concluir que a falta de prioridade da dimensão ambiental dentro dos planos de governo e o pouco respaldo e liderança das autoridades competentes para a implementação da legislação ambiental, redundam na falta de efetiva aplicação de todas as políticas que integram o marco normativo ambiental nacional, dentro da qual se inscreve a

---

<sup>87</sup> *Todos los planes, programas, proyectos y/o actividades desarrollados en el marco de esta política deben promover procesos de formación ciudadana que cualifiquen su participación en los espacios de decisión para la gestión ambiental, atendiendo los derechos humanos y su proyección en el respeto de todas las formas de vida. Además, deben propiciar la discusión a propósito del tipo de desarrollo y de sociedad que requiere el país y el papel que al respecto debe jugar la educación.*

<sup>88</sup> *es necesario que sus instituciones realicen una mutación esencial: pasen de ser organismos depredadores a ser ambientes ejemplares.*

política em questão. A formulação dos princípios desta política propõe uma direção oposta à dos governos que se têm centrado na consecução do crescimento a toda costa, desconhecendo toda classe de limites, e gerando contradições, já que o Estado tem sido promotor de políticas de desenvolvimento em contradição com os instrumentos normativos que ele mesmo sanciona e do bem-estar da população.

A promoção de um pensamento crítico através do qual podam-se identificar e analisar estas contradições é imperiosa para possibilitar a construção de uma racionalidade a partir de um diálogo com a natureza que permita compreendê-la, reconhecê-la e respeitá-la como um Outro em uma relação de proximidade com a sociedade (Grün, 2006), dentro da qual se integre a questão ambiental na vida pública através de políticas definidas em “ sua relação com a natureza [já que] não é possível distinguir as questões da natureza e as questões da política, tratando-as como uma só questão que se propõe a todos os coletivos” (LATOURE, p. 54, 2010).

Nesse sentido, a educação ambiental desde uma perspectiva crítica, não se limita a se inserir transversalmente no currículo, ela tem que nos mobilizar diante dos problemas e nos ajudar na ação coletiva transformadora (LOUREIRO, 2006), na busca de compreender as práticas, as tecnologias e formas de pensamento do desenvolvimento através das quais temos sido criados como sujeitos, com a finalidade de propor formas de resistência a estes processos de sujeição através da geração de um poder coletivo, que proporcione a oportunidade de pensar em outras alternativas de desenvolvimento possível para nossas sociedades. Este tipo de educação pode nos ajudar na tarefa de compreender as consequências da introdução do desenvolvimento na Colômbia, desde o ponto de vista do conflito entre as representações coletivas resistentes em determinada comunidade e as introduzidas com o desenvolvimento, para tentar promover, a partir da valorização do conhecimento popular e as diversas formas culturais, a criação de contra-discursos e contra-poderes através de meios endógenos de resistência para contestar os modelos aculturais e normatizantes (ESCOBAR, 1986).

Outra questão que ocupa a educação ambiental em sua relação com o desenvolvimento é a dimensão dos desafios que para a Colômbia implica a subscrição de acordos internacionais vinculantes. O caráter vinculante é um ponto importante nas atuais agendas e acordos internacionais de sustentabilidade estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) com relação aos Estados participantes. Tanto a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (Acordo de Paris), realizada pela ONU em 2015, tiveram a aprovação de seus países membros, dos quais a Colômbia faz

parte. Portanto, a assinatura desses acordos traz uma responsabilidade na inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas correspondentes conquistas nas políticas públicas nas diferentes áreas que lhe são inerentes, como, por exemplo, aquelas relacionadas à Objetivo 13 "Ação para o clima" que, devido a sua grande importância pelas mudanças climáticas, exigiu a realização do Acordo-Quadro feito em Paris.

Esta inclusão dos ODS deve permear as políticas e seus instrumentos correspondentes de forma gradual, a fim de cumprir as metas estabelecidas nas mesmas agendas. Na Colômbia, essa integração é escassa. Em março de 2018, o Conselho Nacional de Política Econômica e Social criou o CONPES 3918 "Estratégia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Colômbia" (PLANEACÃO, 2018), documento que tem como objetivo definir um conjunto de indicadores e metas para o monitoramento dos ODS, fortalecer o sistema estatístico e estabelecer as diretrizes políticas, no entanto, sua orientação não está focada na vinculação e a transversalidade entre os ODS, como, por exemplo, a adesão dos ODS da qualidade na educação (4) com produção e consumo responsáveis (12), água potável e saneamento (6), ação pelo clima (13) e cidades e comunidades sustentáveis (11). Suas metas de resultados são traduzidas no preenchimento e agrupamento de indicadores específicos que vêm sendo utilizados há vários anos em diferentes estudos do Governo, como o Censo Nacional de Estatística ou relatórios setoriais.

No caso da Política Nacional de Educação Ambiental também é imprescindível uma revisão de seu marco normativo que considere a integração dos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), dentro dos quais o ODS Consumo e Produção Responsáveis (12) – "assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis" - figura como um assunto relevante para ser abordado desde seu correspondente objetivo de aprendizagem relacionado com a capacidade, por parte do educando, de comunicar a necessidade de práticas sustentáveis de produção e consumo, incentivar outros a se envolverem nestas práticas, "diferenciar entre necessidades e desejos e refletir sobre seu próprio comportamento como consumidor individual à luz das necessidades do mundo natural, de outras pessoas, culturas e países, e das gerações futuras", bem como de conceber estilos de vida sustentáveis, e assumir a responsabilidade "pelos impactos ambientais e sociais de seu próprio comportamento individual como produtor ou consumidor" (UNESCO, 2017, p. 34).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia é um instrumento normativo orientado para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável desde uma perspectiva social e ambiental. No entanto, sua eficácia tem estado sujeita ao modelo de crescimento econômico vigente na Colômbia, o qual tem gerado contradições na mesma prática educacional encaminhada para o estudo do meio ambiente.

Os eixos de ação da educação ambiental no país inicialmente estiveram inseridos em estratégias de conservação dos recursos naturais, redução e mitigação do impacto da deterioração ambiental, mas a partir das conferências internacionais sobre educação ambiental e desenvolvimento sustentável, foram orientados em outro sentido com uma abordagem mais integral, articulada às dimensões política e social, na tentativa de assumir o compromisso de contemplar as causas predominantes que permitiriam encontrar mudanças significativas em matéria de educação, cultura ambiental e prevenção no sentido da sustentabilidade.

Apesar desta transição, a política tem enfrentado sérios obstáculos para sua implementação eficaz, já que no país a ideia de desenvolvimento tem sido confundida com um crescimento econômico promovido pela sucessão de governos - que em alguns casos delegaram a responsabilidade em matéria ambiental a funcionários mal informados e pouco competentes nesta área - em parceria com grandes indústrias e o setor privado na exploração massiva dos recursos naturais e em detrimento de florestas, áreas hídricas e de biodiversidade que sustentam ecossistemas, bem como a base social e cultural de comunidades que têm sofrido as consequências do abandono por parte do Estado e a desarticulação de suas políticas públicas em matéria social e ambiental. Muitas ações em defesa do meio ambiente na Colômbia têm vindo da mobilização coletiva dos grupos sociais vulneráveis, dentro de um contexto de violência e desigualdade social gerado por um progresso excludente que se expande cada vez mais e que continua aumentando a brecha entre sociedade e natureza.

Os efeitos das práticas da sociedade de consumo sobre o meio ambiente exigem uma análise crítica a partir da qual podem-se fundamentar as estratégias pedagógicas orientadas a estudar a problemática ambiental como consequência de práticas sociais que têm impedido uma relação adequada entre a sociedade e a natureza. Precisamente nesse sentido, é necessário que ante a problemática ambiental, as estratégias pedagógicas se fundamentem em uma análise das causas de práticas ambientalmente inadequadas que deterioram nossa relação com o meio natural e social, contribuindo à criação de espaços de reflexão e geração de propostas concretas

para garantir o equilíbrio dos ecossistemas e do meio ambiente. Portanto, este deve ser desenvolvido a partir de um pensamento crítico frente as questões relacionadas com o sentido do consumo e seus novos significados - a raiz das transformações sociais e culturais - que incite aos sujeitos questionar os padrões que além de se constituírem numa das causas da degradação ambiental, têm-se estendido até aspectos que têm a ver com a construção de suas identidades e a forma de se relacionar com os outros e com seu entorno.

Segundo Bauman (2008), o conjunto de condições existenciais da sociedade de consumidores promove nos sujeitos a adoção de um comportamento acrítico sobre o que consideram ser seu objetivo de vida e o que acreditam ser os meios corretos de alcançá-lo. As práticas da sociedade de consumo têm implicações éticas sobre as quais os sujeitos em seu processo de formação precisam refletir, já que estão estritamente relacionadas com situações que eles assistem no seu ambiente e na sua cotidianidade, através dos meios de comunicação, das redes sociais, e de uma série de dispositivos que de alguma forma vão determinando padrões de conduta em sua maneira de se relacionar, não só com o meio ambiente, também com seus próximos e com eles mesmos. Neste sentido, o papel da educação deve-se orientar a fazer com que os sujeitos pensem precisamente sobre sua forma de existência na sociedade contemporânea e, também, questionem as práticas e os padrões de comportamento impostos por ela.

Na Colômbia, a problemática ambiental foi incorporada nas instituições educativas, como um componente pedagógico do currículo da educação básica com o propósito de contribuir à preservação do meio ambiente. Esta incorporação tem sido produto da formulação da Política Nacional de Educação Ambiental. Mas é preciso analisar a necessidade de abordar, desde as estratégias de educação ambiental, a relação entre a racionalidade da sociedade de consumo e o meio ambiente. Nesse sentido, o consumo, seus usos, significados e implicações para a cidadania, bem como sua racionalidade, devem passar das agendas públicas para os debates escolares, que exigem cada vez mais a formação de um pensamento crítico. Nessa lógica, é importante que as políticas públicas facilitem a análise conjuntural da Colômbia e a compreensão das causas de seus problemas, bem como a criação de espaços de reflexão e geração de alternativas e ações transformadoras coerentes com nossa sociedade, nossa cultura e nosso meio ambiente.

O projeto educativo crítico esta aderido a ideais emancipadores (CARVALHO, 2006), e portanto, a emancipação entendida como uma categoria dinâmica e em formação, constitui um processo do qual depende a transformação de nossa sociedade e a autonomia dos sujeitos

para se opor e resistir à pressão de aceitar e se adaptar à ordem existente. Em vista disso, a educação entendida como um mecanismo para a mobilização no sentido da contradição e a resistência, torna-se um problema que ultrapassa os limites dos sistemas políticos, o que implica obstáculos que também devem ser examinados no processo de promoção da emancipação (ADORNO, 1998), que entre outras coisas, convida a perguntarmos se nas condições de nosso sistema educacional, nós estamos contribuindo para uma educação nessa direção, se somos sujeitos educadores para ela, e educados para alcançá-la.

O consumo como categoria de análise dentro de uma educação ambiental crítica pode contribuir para alcançar esse propósito, já que tal como afirma Canclini (1999, p. 286), em virtude de sua racionalidade sociopolítica, o consumo “serve para pensar, mas não somente na direção em que aponta a racionalidade moderna”, serve para refletir sobre as dinâmicas de sua racionalidade e a condição alienada dos sujeitos frente a ela e para compreender a importância de superar um sistema que tem condicionado os mesmos propósitos da educação ambiental na Colômbia, no qual têm persistido o que Grün (2006) denomina como as áreas de silêncio do currículo, que precisam ser problematizadas para possibilitar a tematização de valores éticos e políticos das questões ambientais em educação. Segundo o autor, o aspecto mais problemático desta ausência é a pouca reflexão sobre áreas essenciais da vida social, portanto, torna-se imperativo tematizar a dimensão ética das relações entre a sociedade e o ambiente que ela habita.

No caso da Política Nacional de Educação Ambiental da Colômbia, as áreas de silêncio representam a ausência de elementos que poderiam evidenciar as consequências do modelo de desenvolvimento do país, bem como temas apresentados com pouco aprofundamento, relacionados com o consumo como uma categoria de conotação crítica que, desde a perspectiva da educação ambiental, tem que nos incitar a refletir sobre o tipo de valores sobre os quais fundamentamos nossas vidas, sobre nossas prioridades e sobre o tipo de sociedade que necessitamos construir, para promover nos sujeitos um pensamento crítico sobre seu papel dentro da transformação social.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialéctica de la ilustración**. Madrid: Trotta, 1998.
- ADORNO, Theodor. **Educación para la emancipación**. Madrid: Morata, 1998.
- ACUÑA, Isaías Tobasura. Ambientalismo y ambientalistas: una expresión del ambientalismo en Colombia. **Ambiente & Sociedad**, Campinas, v. 10, n. 2, p.45-60, jul. 2007.
- AHUMADA, Consuelo. **El modelo neoliberal y su impacto en la sociedad colombiana**. Bogotá: Áncora, 1996.
- APPADURAI, Arjun. Fluxos Globais. In: APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 1996. p.41-119.
- BARBERO, Jesús Martin. Modernidade e mediação de massa na América Latina: os processos: dos nacionalismos às transnacionais. In: BARBERO, Jesús Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ufrj, 2009. Cap. 1. p. 217-260.
- BAUDRILLARD, Jean. **La sociedad de consumo: sus mitos, sus estructuras**. Madrid: Siglo XXI, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Río de Janeiro: Zahar, 2001
- \_\_\_\_\_. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoría**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Vida Líquida**. Río de Janeiro: Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Mundo Consumo**. Barcelona: Paidós, 2010.
- BECERRA, Manuel Rodríguez. Hacia la insostenibilidad ambiental: un balance de la política ambiental 2002-2006. **Actualidad: discusiones y propuestas**, Bogotá, n. 18, p.6-50, ago. 2007.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998.
- BOOKCHIN, Murray. **La ecología de la libertad: el surgimiento y la disolución de la jerarquía**. Madrid: Nossa y Jara, 1999.
- BORDA, Orlando Fals. **Ciencia, compromiso y cambio social**. Buenos Aires: El Colectivo, 2012.
- BORDA, Orlando Fals. El ritmo social de la historia. In: BORDA, Orlando Fals. **De la subversión y la finalidad histórica**. 4. ed. Bogotá: Fica, 2008. Cap. 10. p. 237-268.
- BOURDIEU, Pierre. Crítica social do julgamento do gosto. In: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 15-92.
- BRUNGARDT, Maurice. **La United Fruit Company en Colombia**. Bogotá: Universidad Nacional, 1987.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Río de Janeiro: Ufrj, 1999.

CARRASCO, Maritza Torres. **La dimensión ambiental: un reto para la educación de la nueva sociedad.** Proyectos Ambientales Escolares. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 1996.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, Ana Lúcia de. Sentidos do consumo e fronteiras simbólicas: uma etnografia entre grupos de baixa renda em um município da Grande São Paulo, Brasil. **Etnográfica**, São Paulo, v. 20, p.101-117, fev. 2016.

COLÔMBIA. Constituição (1991). **Constitución Política de Colombia.** Bogotá: Corte Constitucional, 2015.

COLÔMBIA. Decreto nº 1743, de 03 de agosto de 1994. Por el cual se instituye el Proyecto de Educación Ambiental para todos los niveles de educación formal, se fijan criterios para la promoción de la educación ambiental no formal e informal. **Decreto 1743.** Bogotá: Congreso de la República, 1994.

COLÔMBIA. Decreto nº 1860, de 3 de agosto de 1994. Por el cual se reglamenta parcialmente la Ley 115 de 1994, en los aspectos pedagógicos y organizativos generales. **Decreto 1860.** Bogotá: Congreso de la República, 1994.

COLÔMBIA. Decreto nº 2811, de 1 de dezembro de 1974. Por el cual se dicta el Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y de Protección al Medio Ambiente. **Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y de Protección Al Medio Ambiente.** Bogotá: Congreso de la República, 1974.

COLÔMBIA. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Censo Poblacional.** 2018. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

COLÔMBIA. INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. **Servicios Web Geográficos.** 2016. Disponível em: <<http://www.igac.gov.co/wps/portal/igac/raiz/iniciohome/AreasEstrategicas/homeGeoCarto>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

COLÔMBIA. Lei nº 115, de 8 de fevereiro de 1994. Por la cual se expide la ley general de educación. **Ley 115.** Bogotá: Congreso de la República, 1994.

COLÔMBIA. Lei nº 1549, de 5 de julho de 2012. Por medio de la cual se fortalece la institucionalización de la política nacional de educación ambiental y su incorporación efectiva en el desarrollo territorial. **Ley 1549.** Bogotá: Congreso de la República, 2012.

COLÔMBIA. Lei nº 508, de 29 de julho de 1999. Por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo para los años de 1999-2002. Bogotá: Congreso de la República, 1999.

COLÔMBIA. Lei nº 99, de 22 de dezembro de 1993. Por la cual se crea el Ministerio del Medio Ambiente, se reordena el Sector Público encargado de la gestión y conservación del medio ambiente y los recursos naturales renovables. **Ley 99.** Bogotá: Congreso de la República, 1993.

COLÔMBIA. **Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010:** Estado comunitario: desarrollo para todos. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2006.

COLÔMBIA. **Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006**: hacia un Estado comunitario. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2002.

COLÔMBIA. Política (2002). **Política Nacional de Educación Ambiental**. Bogotá: Ministerio del Medio Ambiente; Ministerio de Educación Nacional, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (Colômbia). **CONPES 2544**: Una política ambiental para Colombia. 1991. Disponível em: <<https://www.dnp.gov.co/CONPES/documentos-conpes/Paginas/documentos-conpes.aspx>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (Colômbia). **CONPES 2750**: Salto social hacia el desarrollo humano sostenible. 1994. disponível em: <<https://www.dnp.gov.co/CONPES/documentos-conpes/Paginas/documentos-conpes.aspx>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (Colômbia). **CONPES 2910**: evaluación de la política nacional ambiental hacia el desarrollo humano sostenible. Disponível em: <<https://www.dnp.gov.co/CONPES/documentos-conpes/Paginas/documentos-conpes.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (Colômbia). **CONPES 3918**: Estratégia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Colômbia. 2018. Disponível em: <<https://www.dnp.gov.co/CONPES/documentos-conpes/Paginas/documentos-conpes.aspx>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

DIAMOND, Jared. Uma história de duas fazendas. In: DIAMOND, Jared. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 15-41.

DIEGUES, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p. 22-29. 1992.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. As Mercadorias como Sistema de Informação. In: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006. p. 29-141.

ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Vol. 1, Cap. 2, p. 63-203.

ESCOBAR, Arturo. La invención del desarrollo en Colombia. **Lecturas de Economía**., Medellín (Colômbia), n. 20, p.9-35, 1986.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Carolina del Norte: Envió, 2010.

FOLADORI, Guillermo. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, n. 5, 19-32,1999.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GLOBAL WITNESS. **Defender la tierra: asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016**. Londres: Global Witness, 2017. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defender-la-tierra/2>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. Sao Paulo, Sao Paulo, Brasil: Contexto, 2011.

GONZÁLES, Jaime Torres. **Influencia de la política neoliberal en la sociedad colombiana y el fortalecimiento del autoritarismo**. 2009. 461 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciência Política, Facultad de Ciencia Política, Universidad Libre, Berlin, 2009.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas: Papirus, 2007.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 2005.

GRÜN, Mauro. Descartes, historicidade e educação ambiental. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel (Org.). **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: UNESCO, 2006. p. 60-73.

GUZMÁN, Sandra Borda. La administración de Álvaro Uribe y su política exterior en materia de Derechos Humanos: de la negación a la contención estratégica. **Análisis Político**, Bogotá, n. 75, p.111-137, maio 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo : história e implicações**. São Paulo:Loyola, 2008.

HORKHEIMER, Max. **Crítica de la razón instrumental**. Madrid: Trotta, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoría crítica**. Madrid: Amorrortu, 2003.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Sociología**. Madrid: Taurus, 1971.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos Cedes: Educação Ambiental**, Campinas, v. 29, n. 77, p.63-79, abr. 2009.

JAY, Martin. **La imaginación dialéctica**. Madrid: Tauros, 1974.

LATOUR, Bruno. Por que a ecologia política não saberia conservar a natureza? In: LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: Edusc, 2004. Cap. 1. p. 25-96.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ecología y capital:** racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: Siglo XXI, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e teorias críticas. In: MAURO GUIMARÃES Org.). **Caminhos da educação ambiental:** da forma à ação. Campinas: Papirus, 2006. Cap. 4. p. 51-86.

MANIFESTO pela Vida: por uma ética para a sustentabilidade. por uma ética para a sustentabilidade. Bogotá: Desconhecida, 2002. 11 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/manifestovida.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MARCUSE, Herbert. **La sociedad industrial y el marxismo.** Buenos Aires: Quintaria, 1969.

\_\_\_\_\_. **El hombre unidimensional:** ensayo sobre la ideología de la sociedad industrial avanzada. Barcelona: Planeta, 1993.

MAYA, Augusto Ángel. **El retorno de ÍCARO:** muerte y vida de la filosofía una propuesta ambiental. 3. ed. Bogotá: Idea, 2012.

MAYA, Augusto Ángel. **La diosa Némesis:** desarrollo sostenible o cambio cultural. Cali: Corporación Universitaria Autónoma de Occidente, 2003.

MAYA, Augusto Ángel. **La fragilidad ambiental de la cultura.** Bogotá: Idea, 1995.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1992.

MEADOWS, Donella et al. **Limites do crescimento.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

MORALES, Lorenzo. **La paz y la protección ambiental en Colombia:** Propuestas para un desarrollo rural sostenible. Washington: Diálogo Interamericano, 2017. Disponível em: <[http://static.iris.net.co/sostenibilidad/upload/documents/envt-colombia-esp\\_web-res\\_final-for-email.pdf](http://static.iris.net.co/sostenibilidad/upload/documents/envt-colombia-esp_web-res_final-for-email.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil) (Org.). **Agenda 21:** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (Brasil). **Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible.** 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/es/sustainablefuture/about.shtml>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Nova York). **Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Nova York). **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. 2000. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_milenio\\_nacoes\\_unidas.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (Johannesburgo). **Informe de la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible**. 2002. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/conferences/wssd/>>. Acesso em: 4 set. 2016

ORTIGOZA, A. T. **Consumo sustentável: Conflitos entre necessidade e desperdício**. São Paulo: UNESP, 2007.

ORTIZ, Renato. **Otro territorio**:. ensayos sobre el mundo contemporáneo. Santafé de Bogotá: Convênio Andrés Bello, 1998.

PÉREZ-RINCÓN, Mario Alejandro. Caracterizando las injusticias ambientales en Colombia: estudio para 115 casos de conflictos socio-ambientales. **Working Paper**, Cali, v. 5, p.1-128, 1 maio 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIERRA, Diana Fabiola Moreno. **Os sentidos outorgados por docentes de cursos de licenciatura sobre educação ambiental como possibilidade para se pensar a formação de professores**. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Para A Ciência, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2009.

UNESCO (França). **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem**. Paris: Unesco, 2017.

UNESCO (Japón). **Conferencia Mundial sobre la Educación para el Desarrollo Sostenible**. 2014. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/es/unesco-world-conference-on-esd-2014/resources/aichi-nagoya-news-day-2/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

UNESCO (Grécia). **Declaração de Thessaloniki**. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

UNESCO. **Informe Conferencia Intergubernamental sobre Educación Ambiental**. Tbilisi, 1977.

UNESCO-PNUMA. **Seminario Internacional de Educación Ambiental**. Belgrado, 1975.

UNESCO (Brasil). **Simpósio sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Sociedade de Consumo**. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/educating-for-a-sustainable-future/>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

WEBER, Max. Los tipos de dominación. In: WEBER, Max. **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. 2. ed. Madrid: Paidós, 1964. p. 170-197.